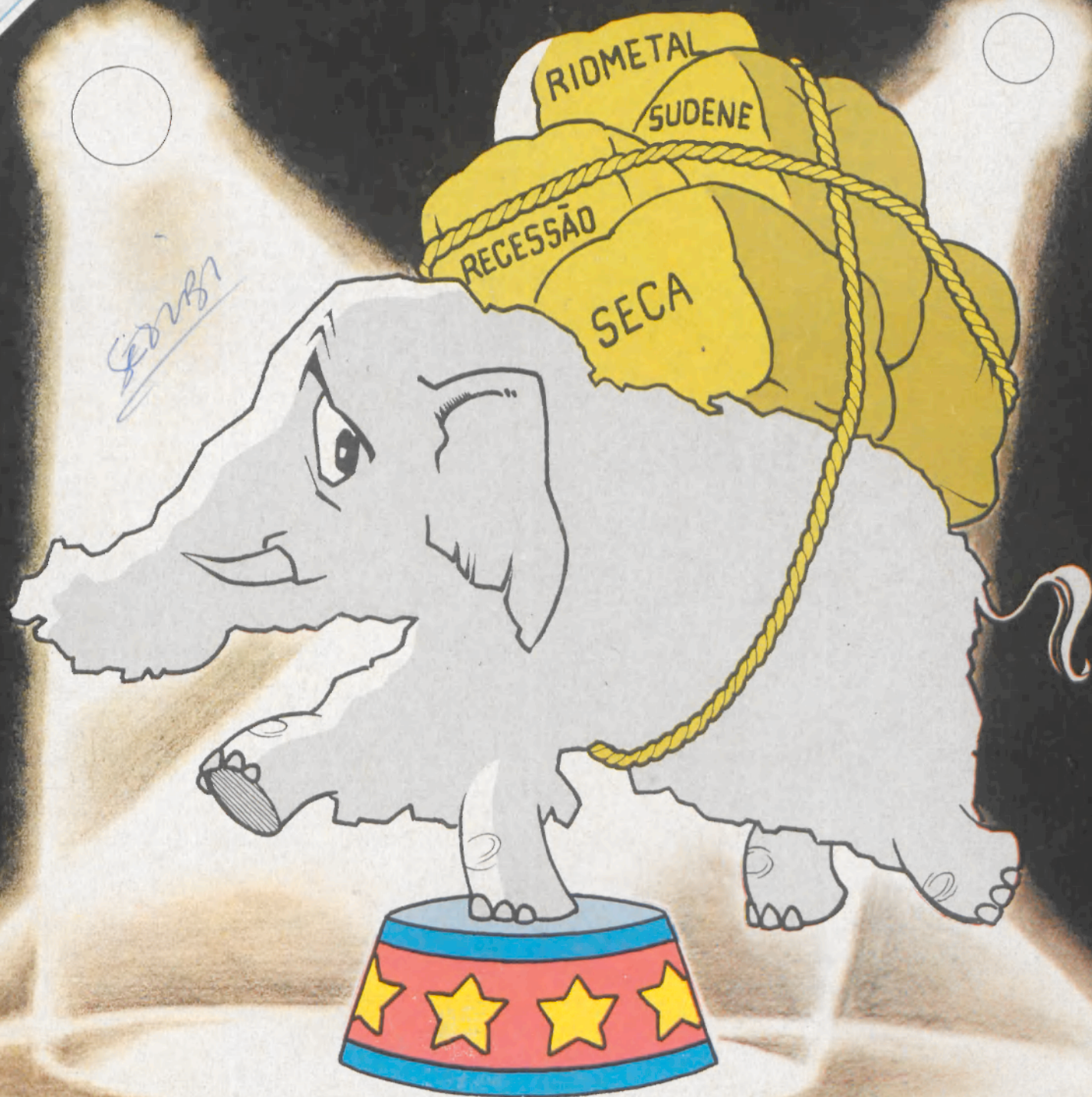


EMERGÊNCIA
Um rio cheio de
dinheiro mal empregado

RN/ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios
ANO X — Nº 112 — MAIO/80 — Cr\$ 60,00



411

O «ELEFANTE» SOB PRESSÃO

CONSÓRCIO GRANORTE

— SÉRIE “A” PONDERADO —



* 36 meses sem entrada, sem juros ou correção monetária

* Mensalmente, um carro por sorteio e outro por lance.

* Seu carro é entregue sem avalista e não exigimos seguro

* Carro usado de qualquer marca vale como lance.

* O veículo é entregue pelo preço de fábrica

* Liberamos os carros de reserva de domínio



Você pode optar por qualquer carro da linha Ford.

CORCEL COUPÊ

CORCEL LDO

FORD F-75

CORCEL SEDAN

BELINA

FORD F-100

CORCEL GT

GALAXIE

FORD F-4000

Granorte

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA

Rua Presidente Bandeira, 656-A - Alecrim - Fones (084) 222-6788 - 231-4586 - 59.000 - Natal-RN.

RN/ECONÔMICO

Revista Mensal para Homens de Negócios

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Diretor-Adjunto

Pedro Simões Neto

Gerente Administrativo

Maurício Fernandes

Redatores

Aderson França
José Ari
Paulo de Souza Lima
Petit das Virgens

Correspondente em Mossoró

Emery Costa

Diagramação e Paginação

Fernando Fernandes

Fotografias

João Garcia de Lucena

Fotocomposição e Montagem

Fortunato Gonçalves
Gonçalo Henrique de Lima

Departamento de Assinaturas

Vanda Fernandes

Capa

Luiz Pinheiro

Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvarado Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Janilson de Paula Rêgo, João Frederico Abbot Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Nelson Hermógenes Freire, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otomar Lopes Cardoso, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista Mensal especializada em assuntos econômicos-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC nº 08288320/0001-81 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC nº 08423279/0001-28 — Inc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 60,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 400,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 80,00.

DA MESA DO EDITOR

Caro leitor:

O "elefante" está sob pressão. O RN se defronta com todos os problemas particulares ao país, com os desgraçados efeitos da estiagem e mais alguns desacertos da política governamental. Neste número enfocamos alguns dos aspectos que pressionam o "elefante": a emergência, um rio cheio de dinheiro mal empregado; as indefinições da mecanização agrícola — agora é a vez da urbanização; os políticos repetem 1890, 1945, etc — com um saco cheio de ineficiências, todavia, sem propostas objetivas que aliviem o "elefante" de sua carga secular; a ameaça da recessão inibe a iniciativa privada, a partir do mercado imobiliário. Nessa conjuntura SUDENE faz o que pode — e é muito pouco.

Também damos continuidade às análises das relações empregado/empregador, enfocando um ângulo novo de produtividade: a valorização do empregado. Os assalariados, através dos líderes classistas reivindicam correções salariais compatíveis com o custo de vida.

A Prefeitura de Natal vai disciplinar o uso do solo urbano e legalizar a situação dos posseiros de terrenos da municipalidade.

A Universidade descobre sua verdadeira vocação: auxiliar o desenvolvimento do RN.



O plantio de seringueiras será mais uma alternativa para a agricultura do RN.

Um novo colaborador do RN/Econômico, Adilson Gurgel, dá um tratamento jurídico ao "confisco" decretado pelo Governo Federal; Pedro Simões continua a série "O País dos Nordestinos"; Alcir Veras desmistifica as chamadas "empresas familiares"; Paulo Pereira dos Santos acredita que a recessão é inevitável; Gutemberg Tinoco, jovem líder estudantil universitário, expressa o seu descontentamento com a política.

Mas o "elefante continua firme, embora cansado e maltratado!

CONJUNTURA

Emergência — um rio cheio de dinheiro mal empregado..... 7
RIOMETAL de novo em discussão... 11

GOVERNO E POLÍTICA

Políticos — em 1980 como em 1890, 1945, etc..... 15
UFRN descobre sua vocação..... 19
Perspectivas da Emergência..... 24
SUDENE faz o que pode..... 28

SETOR IMOBILIÁRIO

PMN vai disciplinar o uso do solo urbano..... 32
A hora e a vez dos loteamentos..... 37

RELAÇÕES NO TRABALHO

Assalariados pretendem correção.... 42
Valorização do empregado dá lucro..... 52

COMUNICAÇÕES

O rádio deixou de gritar para ser ouvido..... 49

AGRICULTURA

Mecanização agrícola: política ainda indefinida..... 58
RN desenvolve plantio de seringueiras..... 63

SEÇÕES

Homens & Empresas..... 4
Olho Vivo..... 34
Informações Econômicas..... 54
RN-CONSUMO..... 66

ARTIGOS

Técnica vs. empirismo — ALVIR VERAS..... 46
A voracidade do leão — ADILSON GURGEL..... 51
Começar de novo — GUTEMBERG TINOCO..... 56
O país dos Nordestinos (2) — PEDRO SIMÕES NETO..... 60
Há alguma força atrasando a marcha anti-inflacionária — PAULO PEREIRA DOS SANTOS..... 64

HOMENS & EMPRESAS

INAUGURADO O CENTER HOTEL

Já está em pleno funcionamento o **Center Hotel**, no centro de Natal, classificado pela **EMBRATUR** na categoria três estrelas. Contando com 66 apartamentos e 12 suites, todos dotados de ar-condicionado, geladeira, telefone e outros itens de conforto, o novo hotel também possui restaurante com cozinha internacional e bar executivo. Localizado à rua Santo Antônio, no largo da Catedral, o **Center** não oferece problema de estacionamento. Trata-se de mais um empreendimento do grupo **M. Macedo**, realizado quase que exclusivamente com recursos próprios. Na gerência geral se encontra **Roberto Macedo**, com larga experiência no setor turístico e com cursos sobre hotelaria na Europa.

CIA. ALFREDO FERNANDES PROGRAMA INVESTIMENTOS

A **Companhia Alfredo Fernandes Indústria e Comércio**, uma das mais antigas e tradicionais empresas com atuação no setor da comercialização e beneficiamento de algodão no Rio Grande do Norte, sediada em Mossoró, passa por grandes transformações administrativas em decorrência da renovação da sua diretoria. À frente do grupo estão hoje **Paulo de Medeiros Fernandes** (diretor-presidente), **Aldemir Pessoa Fernandes** e **Miguel Marcelino Fernandes**. Investindo recursos próprios, a empresa está modernizando todas as suas instalações industriais, que constam de duas usinas de beneficiamento e uma fábrica de óleo comestível. Esta última já conseguiu elevar em 50 por cento a sua capacidade de produção. Uma das metas maiores da **Cia. Alfredo Fernandes** é implantar em Mossoró uma grande indústria têxtil.

DUAUTO ABRE LOJAS DE PNEUS

O grupo **DUAUTO**, que já mantém duas importantes lojas em Natal (a **Duauto Veículos Ltda.** e a **Duauto Equipadora — Peças e Acessórios**), ingressa agora no mercado de pneus. Embora em instalações provisórias, a **Duauto Pneus** já está funcionando normalmente, revendendo para o Estado os produtos da marca **Good-Year**, que incluem pneumáticos e câmaras de ar para tratores, caminhões, carros e veículos em geral. O endereço definitivo da loja será a avenida Presidente Bandeira, 1284, na esquina com a rua São José. Por enquanto, ela está situada ao lado da **Duauto Veículos**.



Ezequias Cortez

EZEQUIAS CORTEZ É O VICE-REITOR

Ezequias Pegado Cortez, ex-presidente da **Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte** e atualmente ocupando a **Secretaria de Planejamento do Estado**, foi confirmado através de ato do Presidente da República, para exercer o cargo de Vice-Reitor da **UFRN**. O governo estadual perde, desta forma, um dos seus auxiliares mais competentes. A saída de **Ezequias** da equipe de **Lavoisier Maia** talvez sirva para dar início à reforma do secretariado, tão esperada pelo mundo político.

LAVOISIER PERDE APOIO NA ASSEMBLÉIA

Em apenas um ano de exercício do governo, **Lavoisier Maia** já perdeu o apoio de dez deputados estaduais e de dezenas de prefeitos do Interior, sem contar os líderes políticos de expressão que dele se afastaram, como por exemplo o ex-governador **Aluizio Alves**. Embora esteja, no mesmo estilo do seu antecessor, pregando a chamada "paz pública", nesse primeiro ano de governo, **Lavoisier Maia** já conseguiu abrir frentes de desentendimento com a **Assembléia Legislativa** com a **Universidade Regional do Rio Grande do Norte** (Mossoró), com a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, com o **Ministério da Previdência Social**, com a **SUDENE**, com grande parte da imprensa estadual e com as lideranças políticas ligadas ao aluizismo, ao dinartismo e à família Rosado.

DIRETOR DA DUMBO TEM ESTÁGIO NA SALLES/INTERAMERICANA

Everaldo Gomes, diretor da **Dumbo Publicidade**, já retornou do seu estágio de dois meses numa das maiores agências de propaganda no país, a **Salles/Interamericana**, com sede em São Paulo. Durante o período de estágio, **Everaldo** percorreu os departamentos de Atendimento e de Criação, adquirindo novos conhecimentos e técnicas, que agora a **Dumbo** passa a pôr em prática no mercado publicitário natalense. Por outro lado, durante sua permanência em São Paulo, **Everaldo Gomes** — que também é o Chefe do Departamento de Relações Públicas da **Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte** — comandou o "stand" do nosso Estado na **FENIT**, que este ano foi montado em conjunto pela **FIERN** e pelo governo.

TARCÍSIO FAVORECEU GRUPO ESTRANGEIRO

Repercutem intensamente as acusações de entreguismo dirigidas contra o ex-governador **Tarcísio Maia** pelo presidente da **Associação dos Mineradores do Rio Grande do Norte**, desembargador **Mário Moacyr Porto**. Segundo a denúncia, o governo do Estado na gestão do atual presidente da **Cia. Nacional de Alcalis**, entregou à multinacional **Voest-Alpine**, num processo pelo menos cheio de reticências e mistérios, todo o controle de uma sociedade de economia mista que se propõe, no futuro, a explorar e industrializar a scheelita potiguar. De mão-beijada, a **Voest-Alpine** receberia a condição de, embora acionista minoritária da **RIOMETAL** (apenas 30 por cento das ações), poder comandar a política comercial e industrial da sociedade. Por trás de tudo, estaria a entrega à multinacional das grandes reservas scheelitíferas da **Bodominas**, no município de Cerro Corá.

ASCB INAUGURA CLÍNICA PARA SÓCIOS

A **Associação dos Servidores Cívicos do Brasil**, seção do Rio Grande do Norte, já inaugurou a sua clínica médica, situada à rua Trairí, 641, em Natal. Conhecida pela sigla **SERVEMED**, a clínica da **ASCB** garantirá bom atendimento médico e odontológico para as 6.400 famílias dos associados da instituição, dirigida em nosso Estado por **Ivan Fernandes**.

HOMENS & EMPRESAS



Nelson da Matta

NELSON DA MATTA É PRESIDENTE DA ANECIP

O norte-riograndense Nelson da Matta, diretor da Banorte Crédito Imobiliário S/A, é o presidente da Associação Nordestina das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ANECIP), recém-fundada para defender os interesses dos agentes financeiros do BNH na região. A ANECIP é vinculada à Associação Brasileira das Entidades de Crédito e Poupança — ABECIP. Outro potiguar, Álvaro Alberto Barreto, também faz parte da diretoria da instituição.

GRÁFICOS QUEREM MAIS DO QUE METALÚRGICOS

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica do Rio Grande do Norte estão realizando movimento de classe a favor de um reajuste salarial de 40,7 por cento, conforme os índices estabelecidos pelo governo federal. Acontece que, sobre este aumento, o Sindicato está exigindo uma taxa de produtividade de exatamente 20 por cento, o que perfaz um aumento global de 68,84 por cento sobre o último reajuste salarial ocorrido há apenas seis meses. Considerando-se a remuneração de maio de 1979, e comparando-se com a de junho de 1980 (com aumento salarial de 40,7 por cento, sem falar em produtividade), um empregado da indústria gráfica do Rio Grande do Norte teve aumentos acumulados em 13 meses que superam os 170%.

NORDESTÃO CRIA O SUPER-BOX

O Supermercado Nordestão parte para instalar em Natal um novo modelo de auto-serviço, já testado e aprovado em muitas capitais brasileiras, através do qual — por meio de lojas mais simplificadas — se pode assegurar ao público consumidor uma substancial economia nas suas compras de gêneros alimentícios. O novo sistema será praticado pelas lojas Super-Box, que a empresa implantará pelos diversos bairros natalenses, a primeira das quais ficará na esquina das ruas Alexandrino de Alencar e Olinto Meira. As lojas Super-Box funcionarão com apenas 400 ou 500 artigos (uma grande loja de supermercado chega a ter mais de 10 mil itens nas prateleiras); terão pouco mais de 10 empregados, enquanto uma grande loja chega a ter mais de 100; não oferecerão embalagens e nem serviços de entrega. Com isto se conseguirá significativa redução de custos para as mercadorias. José Geraldo de Medeiros, diretor do Nordestão, acredita que os consumidores obterão, no mínimo, 10 por cento de economia nas suas compras pela rede Super-Box.

MOSSORÓ TERÁ FÁBRICA DA COCA-COLA

O grupo Filomeno, do Ceará, que é concessionário da Coca-Cola no Rio Grande do Norte, adquiriu na cidade de Mossoró uma área de 13 hectares, na qual pretende construir e inaugurar ainda este ano a sua segunda unidade industrial neste Estado. Toda a maquinaria para a fábrica de Coca-Cola mossoroense já está encomendada, e terá capacidade para produzir até 180 mil caixas por mês de refrigerantes. Ainda está dentro dos planos do grupo Filomeno implantar uma terceira fábrica, que será na cidade de Caicó, e já está sendo agilizada a compra de um terreno para tal finalidade. A unidade de Caicó entrará em funcionamento em 1981.

ITORN COMEÇA A CONSTRUIR HOSPITAL

O Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Rio Grande do Norte (ITORN) já deu início à construção do seu hospital para tratamentos traumo-ortopédicos, em terreno ao lado da sua sede, na rua Joaquim Manoel, em Natal. Este será o primeiro hospital da especialidade na região e contará com 60 leitos, além de enfermarias e salas cirúrgicas. O investimento será da ordem de Cr\$ 25 milhões e a meta dos médicos que compõem o ITORN é inaugurar o hospital no começo do próximo ano.



Zildamir Soares



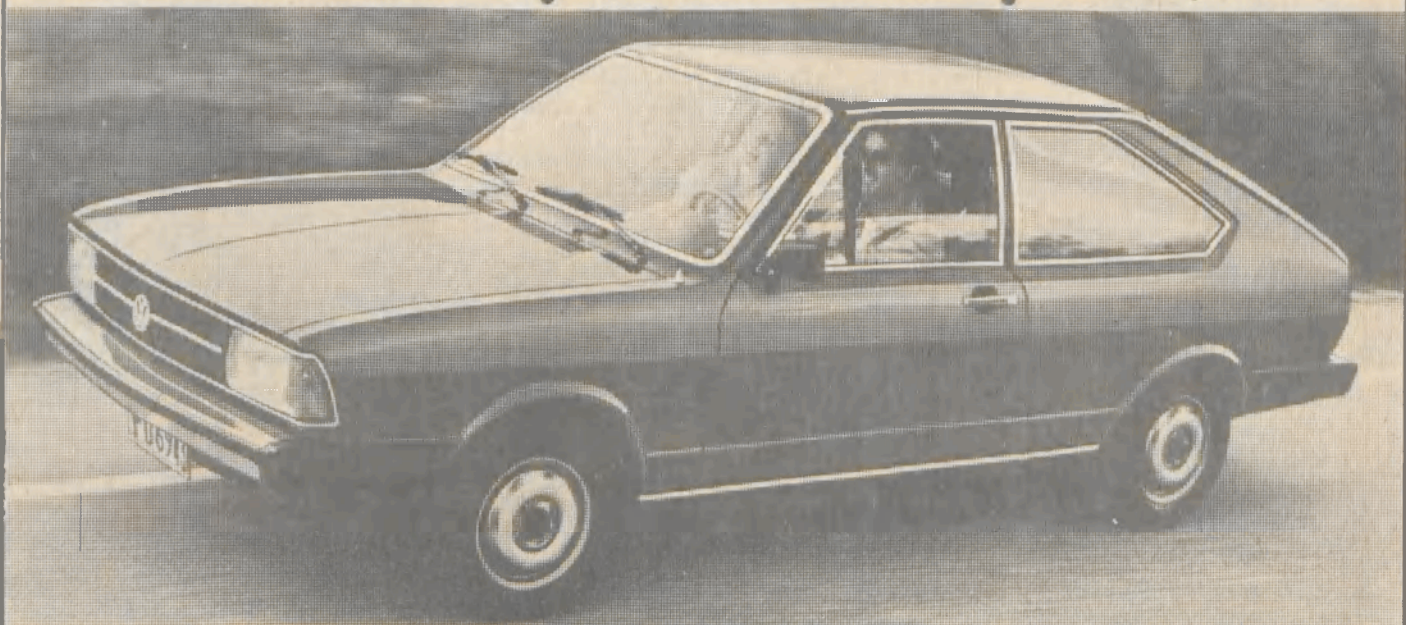
José Geraldo

CDL EMPOSSA DIRETORIA

O Clube dos Diretores Lojistas de Natal deu posse à sua diretoria para o período 80/81, que continua encabeçada por Zildamir José Soares de Maria, um dos dirigentes do grupo Radir Pereira/A Sertaneja, reconduzido à presidência pela unanimidade dos seus companheiros graças ao bom trabalho desenvolvido no seu primeiro mandato. Nas demais funções da diretoria do CDL estão os seguintes empresários: Antônio Gentil de Souza — vice-presidente; Vicente de Paulo Avelino — 1º secretário; Olavo de Gusmão Freitas — 2º secretário; José Geraldo de Medeiros — 1º tesoureiro; Gilson Queiroz Pereira — 2º tesoureiro; José Anchieta de Figueiredo — 1º diretor do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito); Aderbal Soares Costa — 2º diretor do SPC; Roberto Elias Moura — diretor-social; José Anchieta Costa — diretor de relações públicas. Para o Conselho Consultivo foram eleitos: Aderbal Soares Costa, Eustáquio Alves de Medeiros, Marclio Furtado, Reginaldo Teófilo da Silva e Roberto Elias Moura.



Venha conquistar uma posição.



Você tem direito ao Passat.

Ele espera por você em nossa loja. Entre! Isto significa tomar posição em relação ao conforto total. Conquistar o maior avanço

tecnológico do automóvel.

Venha ver até onde chegou o Passat, com seu motor refrigerado a água.

A perfeição mecânica. Nós temos planos de

pagamento dignos de alguém da sua posição.

Enquanto você toma um cafezinho conosco, você escolhe o plano, a cor e o modelo.

E você leva o Passat.

Rev. Autorizados:

MARPAS S/A
AV. TAVARES DE LIRA, 159
PTE. SARMENTO, 592



DIST. AUTOMÓVEIS SERIDÓ S/A
AV. NASCIMENTO DE CASTRO, 1597 FONE 223-4566



Segundo depoimentos de agricultores, a safra desse ano seria a maior do Estado do RN em todos os tempos.

EMERGÊNCIA

UM RIO CHEIO DE DINHEIRO MAL EMPREGADO

Em 1979 o Rio Grande do Norte foi castigado por uma grande seca - como está sendo agora. O governo federal destinou grandes somas para custear obras de "emergência" em quase todos os municípios do Estado, ao mesmo tempo em que pagou salários a mais de cem mil trabalhadores rurais durante muitos meses, evitando a ampliação da miséria e da

fome - como está disposto a fazer agora.

À primeira vista, sem uma análise mais cuidadosa da atuação do governo diante de problema tão grave, merece elogios a providência de assistir o homem do campo nordestino, desfavorecido pela natureza e sem nível cultural para modificá-la. Entretanto, observando-se o fato de que

a seca é um fenômeno absolutamente normal no Nordeste, repetido infalivelmente às vezes até por anos seguidos, se chega à conclusão de que tem faltado inteligência e capacidade aos nossos homens públicos para enfrentar e resolver o problema da escassez de chuvas na região. A cada novo período de estiagem, temos tido oportunidade de ver os governantes

fazerem declarações do tipo “estamos sendo *surpreendidos* pelo flagelo da seca, mas já estamos cuidando para que não falte apoio às populações do interior e já conseguimos recursos para realizar obras de emergência”.

DINHEIRO MAL EMPREGADO

— Cada nova seca no Nordeste representa um rio cheio de dinheiro mal empregado, investimento sem nenhum retorno, que só tem servido para apassivar o caráter e a índole do flagelado, enganar o seu estômago e prendê-lo a um *status quo* anacrônico, dentro do qual - mesmo nos anos de bom inverno - a população rural não tem sequer condições de produzir o suficiente para comer.

Se, no passado, a vergonhosa “indústria da seca” era manipulada pelos políticos inescrupulosos que se aproveitavam da inércia de órgãos oficiais e da ignorância do povo, hoje a ela ainda subsiste, travestida com a terminologia “técnicos” e com os aparatos modernos, ainda, como antigamente, aumentando os currais eleitorais, só que agora os beneficiados são os políticos de proveta e os governadores nomeados. Qualquer tribunal de contas, se fizesse um cotejo de despesas, veria que geralmente se gasta com a “administração” da seca uma verba tão grande quanto aquela que, no final, chega às mãos das vítimas. Todos estes recursos não servem para construir nada de definitivo, porque são dissipados em obras sem planejamento, sem que ninguém se interessasse em interromper ou prevenir os efeitos nocivos de uma seca futura.

A SECA DE HOJE — Superado o drama de 1979, o rebanho bovino do Rio Grande do Norte havia sofrido uma redução de 50 por cento e a agricultura estava, como sempre, na bancarrota. Mas, chegados os primeiros dias de janeiro de 80, surgiram prenúncias de um inverno promissor. As chuvas, em princípio ligeiras, foram se generalizando em todas as regiões até o mês de março. Os terrenos começaram a ser preparados para o plantio do algodão, do feijão e do milho. Novos campos



O fenômeno da seca no Nordeste é cíclico. Portanto, ninguém pode ser **surpreendido** por sua ocorrência. .

de pastagem foram fundados e o comércio de gado foi reativado pelos pecuaristas esperançosos de recuperar os prejuízos do ano anterior. A euforia agrícola foi tamanha que surgiram até críticas aos órgãos governamentais por não terem reforçado os estoques de sementes para revenda aos agricultores. Os recursos do Banco do Brasil para financiamento de máquinas e tratores foram poucos para atender ao volume de solicitações.

No final de março, porém, as chu-

vas já haviam desaparecido até mesmo da região litorânea, causando as primeiras apreensões. Em abril os dias foram de sol e calor. Em maio, as culturas de subsistência estavam destruídas em quase toda parte. Os leitos dos rios estavam secos e o gado sem pastos e sem água. Aí, não havia mais dúvidas. O Estado estava vivendo uma nova seca. E outra vez o governo externou sua *surpresa* diante da calamidade tão comum, para a qual tantos alertas tinham sido lançados pelos cientistas do Centro

Técnico de Aeronáutica, de São José dos Campos, que ano passado divulgaram um amplo estudo pelo qual se previa que o Nordeste enfrentará mais cinco anos seguidos de seca.

POLÍTICA E CALAMIDADE — “Surpreendido” outra vez, o governo do Estado, como sempre, estava sem nenhum dispositivo montado para enfrentar a seca, a não ser ativar o velho costume de, com o pires na mão, procurar sensibilizar o governo federal para conseguir dinheiro. Como no ano passado, este dinheiro seria dado aos trabalhadores utilizados em “obras de emergência” nos municípios mais duramente atingidos pela falta de chuvas.

Enquanto o governador Lavoisier Maia reivindicava que 132 municípios fossem considerados em situação de emergência, a SUDENE pretendia enquadrar menos de 50 dentro da área considerada crítica. Diante desse impasse, ele apelou para que todas as correntes políticas do Estado se unissem em sinal de protesto contra SUDENE, garantindo a ele governador força suficiente para encaminhar o assunto se possível ao próprio presidente da República. A unidade foi alcançada. Políticos de todos os partidos hipotecaram solidariedade ao governo estadual na luta pela ampliação da área de emergência, inclusive com o encaminhamento de telegramas às autoridades federais. Enquanto isto, o governador viajava a Brasília, para uma audiência com o ministro do Interior, Mário Andreazza, e nessa mesma ocasião a SUDENE divulgava uma nota oficial declarando que apoiava o enquadramento não de 132, mas de 133 municípios do Rio Grande do Norte na zona de emergência, e que a tentativa de se intrigar os meios políticos do Estado com a SUDENE era maldosa. De fato, o Ministério do Interior considerou em situação de emergência toda a área abrangida pelo decreto estadual, dando entretanto prioridade ao atendimento de 60 municípios, numa primeira etapa do programa de assistência.

Até aí, tudo bem. Já se tem a cer-



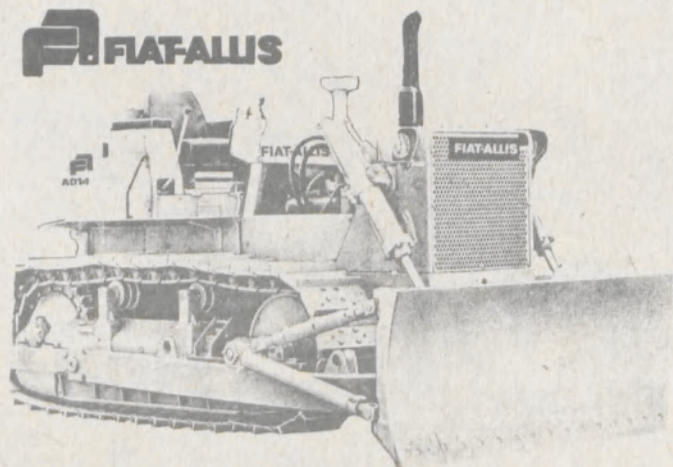
A “emergência” ajuda, assiste, mas não resolve o problema. O Nordeste careceria de uma “emergência” permanente ou de uma solução definitiva.

teza de que a população não ficará ao abandono. Numa previsão inicial, pelo menos 80 mil trabalhadores rurais receberão salários (em torno de Cr\$ 2.500,00, por mês), durante o tempo de seca. Mas aí, pergunta-se: de que adianta, mesmo que emergencialmente, dar ao trabalhador do interior um salário que mal garante a sua subsistência, se não lhe dá também um perspectiva de mudança, se não se lhe acena a possibilidade de um futuro melhor? Que entusiasmo pelo trabalho e pela produção pode ter um homem que sabe estar recebendo do governo apenas um óbulo para não morrer de fome?

Vê-se, portanto, que está na hora de se encontrar uma solução para o problema da seca; empregar a técnica, a ciência e o capital para estabelecer um novo modelo de exploração da terra, que não torne o homem um escravo do clima. Fora disto, continuaremos assistindo de quando em vez o espetáculo grotesco e miserável das populações famintas saqueando feiras e armazéns, do governo distribuindo esmolas disfarçadas em salários, e dos nossos homens públicos bradando aos quatro ventos a sua “surpresa” diante de um fenômeno natural tão antigo quanto o próprio Nordeste.

A Turma da Pesada

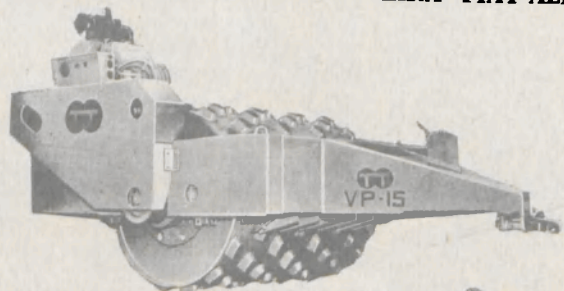
(e a mais completa linha de implementos)



TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALL IS"



TRATORES DE PNEUS
E EMPILHADORAS "VALMET"



COMPACTADOR VIBRATÓRIO
REBOCÁVEL



MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"



GUINDASTES "GALION"
ATÉ 14 TONELADAS



PÁS CARREGADORAS DE RODA E ES-
TEIRA "FIAT-ALLIS"

TUDO ISTO COM A MELHOR ASSISTÊNCIA TÉCNICA

COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

R. TEOTÔNIO FREIRE, 218 - FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222.1554 - NATAL-RN

RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - Mossoró-RN.

RIOMETAL DE NOVO EM DISCUSSÃO

O projeto Riometal está tão confuso quanto há meses passados, com alguns dados novos: a imprensa noticiou declarações do governador nas quais ele transparecia desconhecer detalhes do "Acordo", talvez por isso, consentirá na constituição de uma Comissão para apurar as denúncias; os mineradores se queixam do arbítrio do governo, que deixou de ouvi-los; a opinião pública continua surpresa e inconformada com o que considera "negócio da china" em desfavor do RN. Mário Moacyr Porto, nesta reportagem, expressa a opinião do setor de mineração, que seria o mais atingido pelo projeto.

Desde 1978 quando foi assinado o Protocolo de Intenções até maio deste ano quando foi feito o Acordo de Acionistas entre o Governo e a empresa austríaca Voest-Alpine, que se manteve sigilo do documento que traz em seu conteúdo cláusulas lesivas ao Estado. A denúncia do presidente da ASMINORTE, Mário Moacyr Porto foi a gota d'água que faltava para transbordar um assunto que vem merecendo as atenções da opinião pública do Estado. O Governo aceitou a idéia de constituição de uma comissão para "rever o caso" e esta comissão começa a atuar agora, tentando encontrar um meio de anular o documento.

HISTÓRICO — O grande momento do "affaire" Riometal ocorreu em maio. O pronunciamento feito na Câmara dos Deputados, pelo Presidente da Associação dos Mineradores do Estado, Mário Moacyr Porto, sobre a "inversão de controle" da empresa mista de mineração.

Toda a história da criação da RIOMETAL, segundo palavras de Mário Moacyr Porto, tem sido sigilosa, não se sabe porque, e notadamente quando se tem procurado esconder dos produtores de minérios, tudo que se passa com a futura empresa. Recorda ainda Mário Porto, que, como Presidente da Asso-

ciação dos Mineradores, ou como Diretor Presidente da Mineração Tomás Salustino, nunca foi chamado para participar ou mesmo tomar conhecimento de documentos ou da elaboração dos seus estatutos, "tudo foi feito à revelia, não se podendo desta forma implantar uma indústria manufatureira de tungstênio, sem se ouvir os mineradores, certamente os futuros fornecedores da empresa a ser criada".

Em 1978, foi assinado entre Governo do Estado, - através da Secretaria de Indústria e Comércio - e a multinacional Voest-Alpine, um Protocolo de intenções o qual teve presença no ato, de dois ministros do Estado e do Embaixador da Áustria. Desse Protocolo de Intenções, nunca foi enviada cópia, nem para a Associação dos Mineradores, nem a qualquer minerador de scheelita do Estado e segundo afirma o Presidente da Associação dos Mineradores, somente chegou ao seu conhecimento por o que se convencionou chamar "vasamento de informações". O Protocolo contém uma sequência de cláusulas que anula completamente qualquer possibilidade de co-gestão do Estado na RIOMETAL, transferindo, ao mesmo tempo, todos os direitos ao parceiro minoritário.

O ACORDO — Segundo é do



Mário Porto: "Tudo foi feito à revelia".



Geraldo Melo: "O governo não se julga dono da verdade"

conhecimento dos Mineradores, tanto o Ex-Governador do Estado, Tarcísio Maia, como o atual, reiteraram o propósito do Estado de transferir, para indústria local, brasileira, o empreendimento, tão logo ficasse confirmada a sua viabilidade, notadamente após serem apontados os graves erros contidos no Acordo de Acionistas, entretanto, ao passar dos meses, parece que tudo cai no esquecimento e nada é feito.

Pelo acordo, a RIOMETAL terá que adequar suas linhas conforme a necessidade do mercado, sem atra-

palhar as empresas do setor. Ora, como a Voest-Alpine possui duas empresas controladas no Brasil, atuando nesse campo, o que se pretende com as cláusulas estabelecidas, é possibilitar aquela multinacional o controle da RIOMETAL para que possa manipular os preços.

No acordo, uma das cláusulas - a que trata da compra de ações - be.n como nas que se referem à subscrição de capital, existem falhas determinantes de como se pretendeu dirigir o Protocolo. O Estado está representado na RIOMETAL, pela CDM, e de acordo com o que estabelece a cláusula referida, ao transferir suas ações para uma empresa nacional, o Estado terá que obter a indicação dessa empresa compradora, através da Voest-Alpine, caso contrário, pela primeira vez na história, um acionista pode proibir a venda de ações, pois está escrito na cláusula: "A venda de ações somente será concretizada com a permissão da Voest-Alpine".

O fato é que o Governo não conhe-

cia o conteúdo do Acordo de Acionistas, e até chegou a dizer que da forma como alegam que está firmado, não poderá ter continuidade. Todavia, apesar de não ter conhecimento do Protocolo de Intenções, o Governador Lavoisier Maia, assinou o documento em ato solene realizado no dia 14 de março, e, talvez seus assessores não tenham tido o cuidado de antes da assinatura, dar conhecimento do seu conteúdo ao Governador.(?)

EM DEFESA — Após conhecidos os erros, quando o próprio governador reconheceu que os documentos já firmados para a constituição da RIOMETAL iriam beneficiar unicamente a empresa Voest-Alpine do Brasil, o Secretário da Indústria e Comércio Getúlio Nóbrega, tem explicações em defeza do Governo: "O Governo do Estado não é industrial da mineração e sendo nossa economia, em decorrência dos fatores climáticos, muito desequilibrada, não pôde o Governo do

Estado criar um projeto visando o desenvolvimento do setor mineral, surgindo assim a RIOMETAL, com o objetivo de manufaturar o tungstênio, do qual o Estado é o maior produtor".

Afirmou ainda o Secretário da Indústria e Comércio, que, da mesma forma como foi intenção do Governo anterior dinamizar o processo de industrialização da sheelita, o atual continua com os mesmos propósitos e já tinha estabelecido que, após a implantação da RIOMETAL, esta teria o seu controle acionário repassado para indústrias locais e nesse sentido vários contatos já tinham sido iniciados.

Com relação a participação da Voest-Alpine, afirmou Getúlio Nóbrega, que o Estado procurou por diversas vezes outras empresas que pudessem participar da RIOMETAL, inclusive empresas locais, entretanto "nenhuma apresentou condições de levar à frente o projeto".

Merece estranheza o fato de que o Governo tenha convidado alguma

SKF
Rolamentos POP
- Rebites e
Rebitadores
SCHULZ - Co
- mpressores.
ELETELE - Re
ostatos e Resistências.
RIGID - Ferramentas Pré-testadas
que Reduzem o Trabalho.



CODIF TEM:

Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.
TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão.
INVICTA - Tudo para Madeira. WEG - O Motor Elétrico.
OSRAM - Lâmpadas. SIEMENS - Material Elétrico Industrial.
HARTMANN & BRAUN DO BRASIL
Transformadores de Corrente. OK - Eletrodos.
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.
ELIANE - Azulejos e Pisos. COBEL

Equipamentos para Lubrificação.
ADELCO - Transformadores.
ELETROMAR - Chaves Magnéticas. STARRETT - Serras de Aço. BURNDY DO BRASIL
Conectores e Válvulas. - Etc.

3M
Emendas das Terminações.
PIRELLI - Fios e Cabos Elétricos. 3M
PETERCO - Iluminação Comercial.
STANLEY - Ferramentas de Aço. BELZER
- ITMA - Ferramentas do

**COMPANHIA
DISTRIBUIDORA
DE FERRAGENS**

CODIF
Matriz: Recife-PE
Filial: Natal-RN. R. Dr. Barata, 190
Tels.: 222.3571 - 222.8210
222.8033 — Natal-RN

empresa local a participar do projeto, uma vez que, o presidente da Associação dos Mineradores, desconhece totalmente a consulta, ele que deveria ser o primeiro a saber, não somente pela condição de presidente da ASMINORTE, mas como Diretor Presidente da Mineração Tomas Salustino, uma das mais fortes no ramo da mineração em nosso Estado.

REVISÃO — Depois das denúncias formuladas sobre irregularidades contidas nas cláusulas contratuais do "acordo de acionistas", tudo que estava sendo mantido em sigilo veio à tona e como foi dado a conhecimento público, o Governo se viu na obrigação de tentar aplicar um paliativo ao problema, anunciando a concordância em rever os contratos da RIOMETAL.

Como havia se pronunciado Geraldo José de Melo, quando no exercício do cargo de Governador, "se alguém demonstrasse que o Acordo de Acionistas, em qualquer dos seus aspectos, prejudica os interesses do Estado, ele seria revisado, pois o Governo não se julga do absoluto da verdade". Com esta afirmação, ratificada depois pelo Governador Lavoisier Maia, acredita o presidente da ASMINORTE, Mário Moacir Porto, que, de imediato, chegou a oportunidade de se cobrar do Governo esta "abertura" para revisão do Acordo, pois como provou em análise feita no plenário da Câmara dos Deputados, este acordo é realmente lesivo aos interesses do Estado.

COMISSÃO — Diante dos fatos, e a requerimento do Deputado Roberto Furtado, foi solicitada a formação de uma Comissão Especial para analisar o Protocolo de Intenções e o Acordo de Acionistas, assinados entre o Governo do Estado e a empresa austríaca Voest-Alpine para criação da empresa Rionorte Metalúrgica e Metais S/A - RIOMETAL.

A Comissão Especial é composta pelos Deputados Márcio Marinho, Onézimo Maia, Willy Saldanha, Dary Dantas, Garibaldi Alves, Paulo de Tarso e Roberto Furtado, que analisarão os pontos contraditórios sobre a assinatura do acordo, inclusive,



Getúlio Nóbrega: "O governo do Estado não é industrial da mineração".

no tocante a ilegalidade e ilegitimidade desses documentos visto que, a Assembléia Legislativa tem meios legais para desfazer os negócios prejudiciais ao Estado.

Segundo fontes dessa Comissão, embora o ex-Secretário da Indústria e Comércio, Benivaldo Azevedo não tenha obrigação, por força da lei, de depor sobre o problema que teve iní-

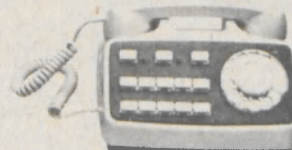
cio em sua gestão à frente daquela Secretaria, ele será convocado para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários, embora, contatos preliminares revelassem que o ex-Secretário não tem a mínima vontade de atender a este convite.

SUGESTÕES — Face aos problemas indicados e comprovados através de longas explicações em plenário, notadamente na exposição dos fatos lesivos contidos no acordo de acionistas, feita pelo Presidente da ASMINORTE, Mário Porto, algumas sugestões foram apresentadas nas quais fica claro que, antes do Governo investir somas astronômicas numa empresa como a RIO-METAL, que vai beneficiar diretamente uma multinacional, melhor seria a aplicação desse dinheiro em recursos para a exploração de minérios no Estado, dando maior condição aos mineradores. Mário Moacir Porto, é um que defende essa idéia e também acha que a Voest-Alpine poderia perfeitamente ser substituída por uma empresa nacional, já que existem mais de seis operando com *know how* próprio, e a tecnologia para a industrialização da sachelita é coisa simples que não tem porque se importar da Áustria, uma vez que temos empresa de gabarito em Pernambuco, na Bahia e em São Paulo.

comunique-se com o grupo executivo **GTE**



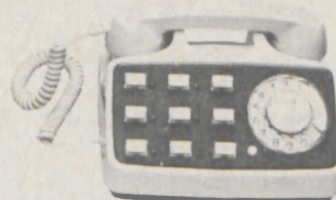
816
1 tronco — 6 ramais



829
2 troncos — 10 ramais



849
4 troncos — *10 ramais



860
6 troncos — 30 ramais

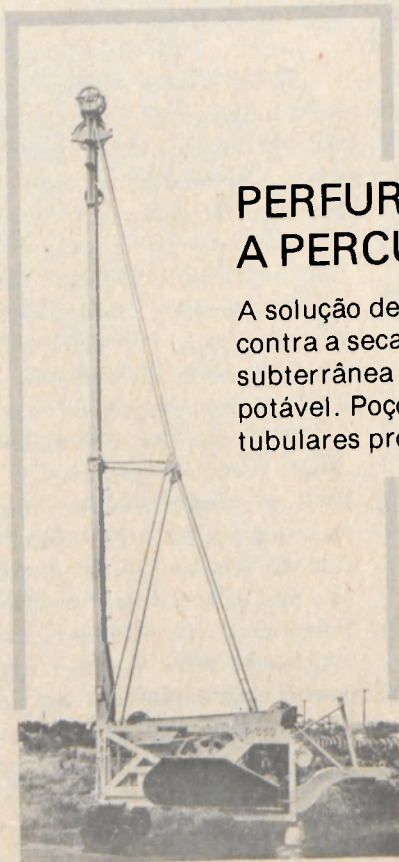
* (extensíveis a 20)

CÉSAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN.

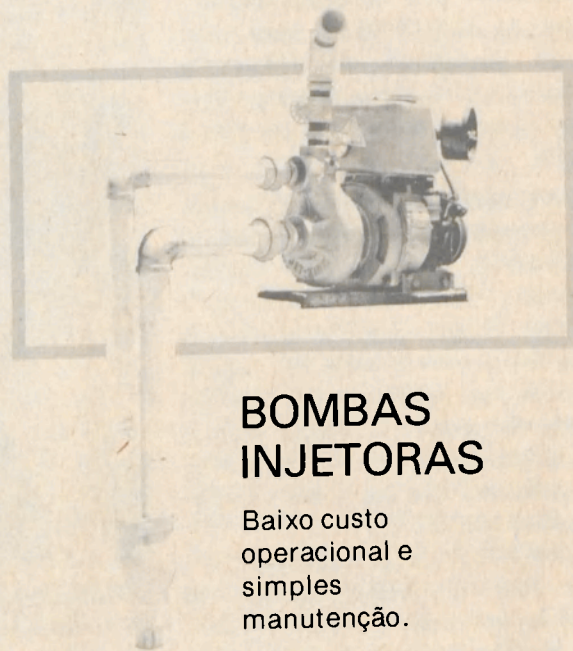
ÁGUA O ANO TODO

(MESMO DURANTE A SECA)



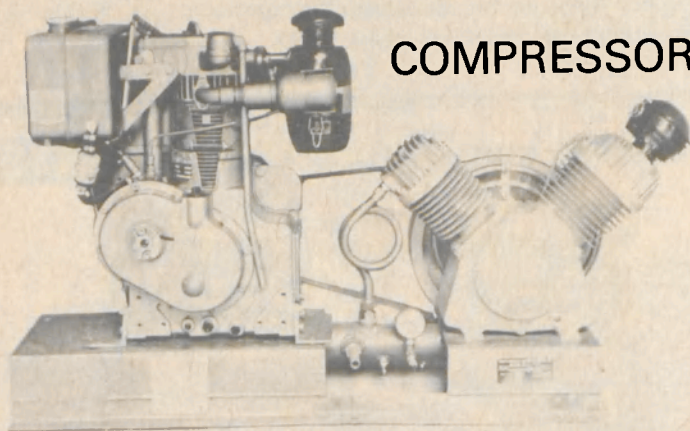
PERFURATRIZ A PERCUSSÃO

A solução definitiva
contra a seca. Água
subterrânea - a fonte
potável. Poços
tubulares profundos.



BOMBAS INJETORAS

Baixo custo
operacional e
simples
manutenção.



COMPRESSORES

Para captação de água em poços
profundos. Uma solução simples,
eficiente e econômica.



MOINHO A VENTO

Uma solução prática e econômica



COBRAZ

COBRAZ — MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.

AV. SALGADO FILHO, 2860 — FONES: 231-1549 — 231-2725
TELEX: (0842) 248 — 59.000 — NATAL-RN.

POLÍTICOS

EM 1980 COMO EM 1890, 1945, ETC ...

A história não se repete mas é muito parecida. A safra política de 1980 promete questionar, mas o que ninguém sabe é do próprio destino da política. Os parlamentares estaduais discutem sobre o vazio, considerando a indefinição institucional do país e o próprio esvaziamento do legislativo.

Mais uma vez o Rio Grande do Norte deve conscientizar-se de que nada, ou muito pouco, poderá esperar do legislativo estadual esse ano e até mesmo em 1982. A fase é de transição, onde a política é um fim e não um meio de conquistar objetivos. Os parlamentares estão mais preocupados com a luta pela conquista do poder. Os deputados estaduais, como que buscando uma defesa, alegam que o Legislativo é um poder castrado, vez que os verdadeiros representantes do povo, a partir de 1967, por força Constitucional, tiveram seus poderes limitados, a ponto de não poderem apresentar projetos que redundem em despesas para o Executivo.

Dentre as discussões subjetivas dos problemas do País, tais como a defesa dos temas sociais, a discussão dos problemas econômicos e a luta pela conquista do poder, na atual conjuntura político-partidária do Brasil e, particularmente a do Estado, prevalece a última alternativa. Como até 1982 aguardam-se definições de caráter institucional, onde as agremiações políticas (agora cinco) a sangue e fogo tentam galgar o poder, obviamente há de se convir que os parlamentares, nesse intervalo de tempo, irão exclusivamente fazer política, tal como nos velhos tempos do proselitismo.

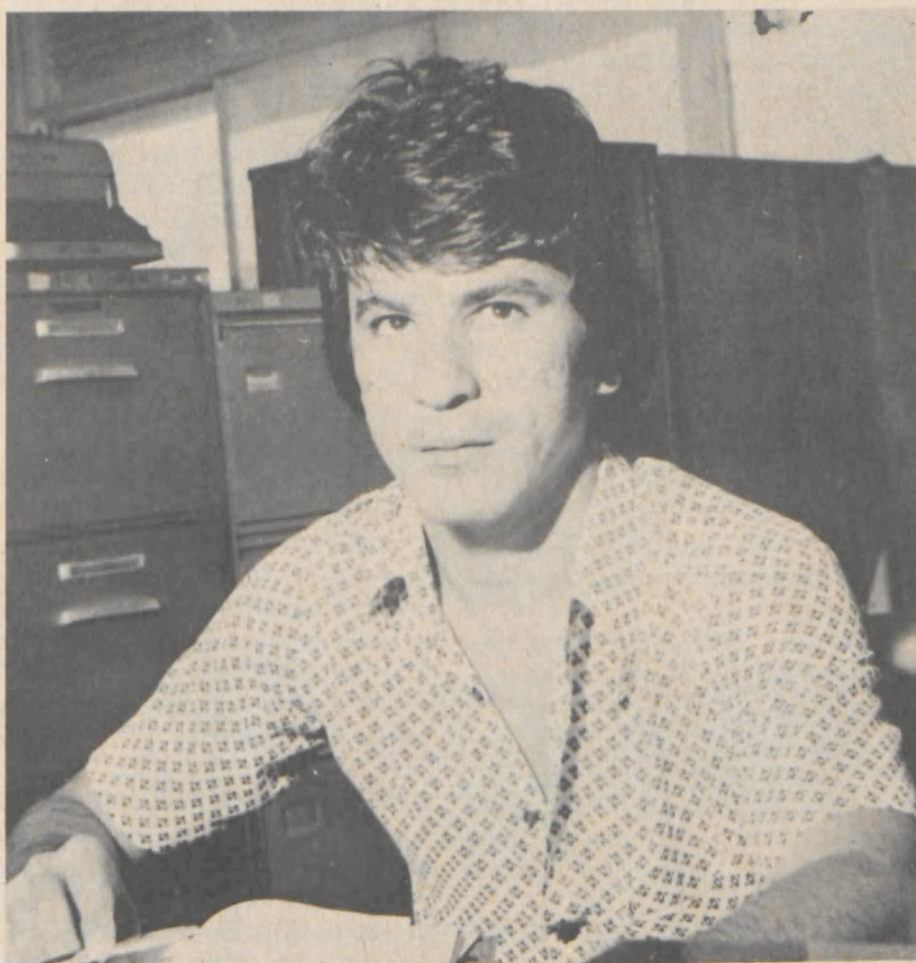
Comprometendo mais a manifestação do Legislativo, está o fato deste ser considerado um poder sem poderes, limitando-se tão somente os parlamentares a utilizarem as Assembleias Legislativas como foro de debates, e muitas vezes discutindo no

vazio. O remédio, ou o paliativo, para o grave problema poderá se configurar com a recente Emenda Flávio Marcílio/Djalma Marinho onde esses políticos reclamam a restituição de plenos poderes para o Legislativo, perdidos nas épocas de exceção. É duvidoso saber se o Executivo permitirá essas prerrogativas. Afinal, a

tônica do atual regime é a centralização de poderes no âmbito do executivo.

Em linhas gerais, nenhum dos segmentos políticos (PDS, PP, PMDB, PTD e PT), em termos concretos, tratou de definir e ou elaborar um Projeto ou um objetivo específico, voltado para o desenvolvimento econômico-social do Rio Grande do Norte partindo do amplo programa partidário. Conforme transpareceram os deputados das referidas agremiações, "qualquer posicionamento concreto só após as eleições de 82".

CONQUISTAR O PODER — Numa abordagem que pretendeu fugir às colocações habituais, RN/ECONÔMICO ouviu diversos parlamentares, representativos das tendências partidárias. Primeiramente, ouviu o deputado Jeová Alves, atuando em sua primeira legislatura. Conforme



Segundo o representante do Trabalhismo Brizolista, Jeová Alves, "a tendência maior das facções está voltada para a luta pela conquista do poder".

expôs o parlamentar, no atual momento político brasileiro "a tendência maior das facções está voltada para a luta pela conquista do poder".

"Até 1982 a situação política do Brasil, e particularmente a do Rio Grande do Norte, permanecerá a mesma. Dentre as várias preocupações dos parlamentares, prevalece a luta pela conquista do poder. Hoje, os reais problemas do povo são deixados em segundo plano por seus representantes" - explica ele.

Até a data da entrevista (16/5/80) o parlamentar mantinha-se indeciso sobre a qual partido oposicionista se filiaria, vez que o PTB Brizolista ao qual estava vinculado, não fora registrado pelo TSE. A sigla do partido, como se sabe, foi dado à ex-deputada Ivete Vargas, recente desafeto dos Brizolistas.

Jeová Alves procurando ser sincero e aberto com o repórter, não fez cerimônia em afirmar que nem mesmo seu partido de então, o PTB, tinha elaborado, em termos práticos, algum projeto em prol do desenvolvimento econômico-social do Estado. Afirmou porém que "é tema prioritário no pensamento dos colegas de facção, desenvolver um amplo programa de reforma agrária na Região".

Aproveitando o posicionamento anunciado pelo líder petebista, RN/ECONÔMICO interpelou quanto aos fatos, ponderando que uma reforma agrária é tema de quase todos os políticos de oposição no Estado. Há anos esse programa é cogitado, e em termos práticos, nada foi executado. A reforma agrária não seria um programa já bastante desacreditado pelo povo?

"Verdade. Mas o povo tem que acreditar em seus políticos jovens, pessoas que têm melhores condições de se identificar com as preeminentes necessidades da população. O PTB, com especialidade no Rio Grande do Norte, é formado por essas pessoas" - reconheceu o deputado.

Sempre afirmando que *perdemos a sigla, mas o partido está unido*", Jeová disse que o bloco político para se definir partidariamente ouviria suas bases. Mas, de ante-



O Legislativo não tem autonomia para apresentar projetos que resultem em despesas - informa Vivaldo Costa (PDS)

mão, tinha a certeza de suas tendências oposicionistas.

Em relação ao esvaziamento do poder Legislativo, Jeová Alves também fez suas considerações:

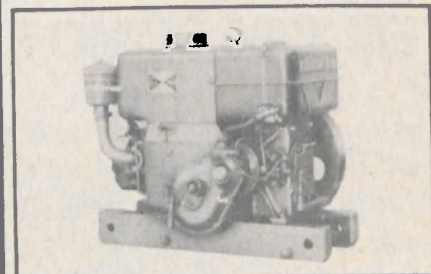
"Quem está com o poder nas mãos não dá de graça a ninguém. Acho muito remota a possibilidade do Governo restituir ao Legislativo a plenitude de seus poderes, perdidos nos anos de exceção. A solução seria o povo, de livre vontade, escolher os seus legítimos governantes".

Estas considerações especulam ou profetizam que mais uma vez as Assembleias Legislativas se tornarão foros de debates, onde os políticos se restringirão a discutir no vazio os reais problemas da Nação, pelo fato de, por força constitucional, não possuírem força de pressão perante o Governo.

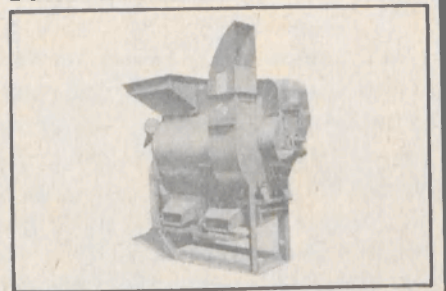
DISCUSSÃO SUBJETIVA — Quem também afirma que o poder Legislativo atualmente se restringe a discutir subjetivamente os problemas do País é o deputado pedesista, Vivaldo Costa. Na sua concepção "enquanto não forem restabelecidos os plenos poderes do Legislativo, os parlamentares utiliza-

DUCAMPO
O Lojão da Agropecuária

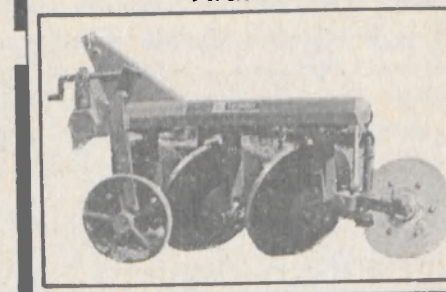
Motores "Yanmar"



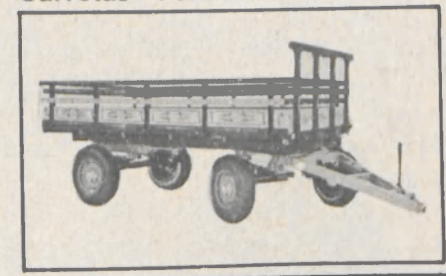
Batedeiras de Cereais "Laredo"



Arados "Lavromec"



Carretas "Fanavia"



DUCAMPO — Agro Ind. e Com. Ltda.

MATRIZ: Praça Augusto Severo nº. 89/91 — Ribeira
Fones: 222-4590 — 222-4434
FILIAL: R. Dr. Mário Negócio, 1469 — Alecrim
Fone: 222-4557 — Natal-RN.
INTERIOR: João Câmara — Nova Cruz — e Calço

rão as assembléias apenas como palco de debates''.

Disse Vivaldo Costa que atualmente o poder Legislativo simplesmente sugere, aprova e fiscaliza os atos do Governo, mas não tem autonomia para apresentar Projetos que redundem em despesas. *''Ora, se todos os Projetos, e até mesmo os de Lei, redundam em despesas, a ação do Legislativo torna-se prejudicada''* - enfatizou.

Nem mesmo o próprio partido do Governo, conforme adiantou Vivaldo, até agora preocupou-se em delinear metas ou programas procurando incrementar o desenvolvimento econômico do Estado. Defendendo tal posicionamento, alega o deputado que *''o partido está em formação, onde nem as Comissões Provisórias municipais foram ainda criadas, nem tampouco o partido foi registrado''*. Descartando metas providenciais, conclui Vivaldo que o binômio Agricultura/Pecuária deverá ser a principal preocupação do Governo.

FAZ PARTE DO JOGO — Procurando ser menos incisivo, Vivaldo Costa ao responder a pergunta *''o que o RN pode esperar de seus políticos na década de 80''*, afirmou:

''Todos os partidos políticos, em sua filosofia, enfocam discussões de temas sociais e problemas econômicos, mas na prática restringem-se muito à discussão subjetiva. A luta pelo poder faz parte do jogo em todos os regimes políticos''.

O líder do Partido Popular, Garibaldi Alves Filho, entre os demais políticos consultados, foi o único a apresentar algumas metas ou programas que sua agremiação se propõe, em termos concretos, a agilizar no Estado. Esses projetos, porém, estão na dependência de dáveis fatores.

O PP, com sua programação a nível nacional apregoa para o Nordeste uma revisão política econômica vigente. Prevê também uma revisão na legislação agrária estadual, embasando-se no fato, principalmente, das terras devolutas sendo dadas ou vendidas sem se observar verdadeiros critérios seletivos. Essas modificações, na opinião de Garibaldi



Garibaldi Alves: "o PP só agilizará sua programação caso detenha o poder nas eleições de 1982".

Alves, representarão amplos caminhos para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Será fácil dar essa reviravolta no sistema?

Os dois Projetos delineados pelo PP, ao que tudo indica, não serão facilmente postos em prática. O primeiro necessita de uma decisão Federal, enquanto o último está a mercê do executivo estadual, e este, dificilmente, abrirá mão de uma reivindicação desse nível quando feita por um partido da oposição.

INEXPRESSIVIDADE — Indagado quando poderia acontecer a revisão na política econômica da Região, Garibaldi deixou transparecer desânimo e afirmou: *''Os nossos representantes no Congresso Nacional, embora representem 1/3 do total da bancada, infelizmente são considerados inexpressivos em termos de força política. Essa reviravolta no sistema carece de um intenso trabalho de pressão política dos representantes da Região, perante o Governo Federal''*.

Em relação à revisão da legislação agrária estadual, Garibaldi fez questão de afirmar que *''o Governo sempre considera ou taxa de inconstitucionais, os Projetos ou Programas traçados pelos partidos que lhe fazem oposição. Frente ao exposto é*

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Cadeira "ESTIL" Linha Diretor

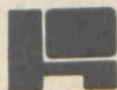


Máquinas de escrever "REMINGTON"



Mesa "ESTIL" Linha 90

RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242
Filial: Praça Augusto Severo, 91
Fones: 222-1467 e 222-4208

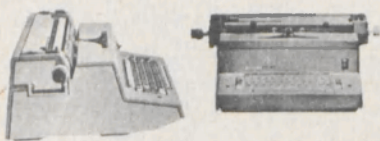
FILIAL EM MOSSORÓ:
Rua Cel. Gurgel, 286
Fone: 321-1330

CASA PORCINO

TRADIÇÃO EM PRODUTOS
PARA ESCRITÓRIOS



Cadeiras e
Birôs GIROFLEX.



Máquinas para escritório OLIVETTI



Telefones e Centrais ERICSSON.



Cadeiras de
Palhinha e Birôs FLORENSE.



Móveis de Aço AÇOMÓVEIS.



CASA PORCINO

A LOJA SEM LIMITE.

Rua Princesa Isabel, 641 — Tel.: 222-0235
Natal-RN.

Rua Cal. Vicente Sabóia, 162 — Tel.:
321-1133 — Mossoró-RN.



Para Roberto Furtado (PMDB) o sistema permanece o mesmo e é este que deve mudar.

fácil concluir que o PP só agilizará sua programação caso detenha o poder nas eleições de 1982''.

Se, conforme os dados enfocados, nem o PDS, nem o PP nem o PTB podem se dar ao luxo ou à primazia de afirmar ter algum projeto objetivamente aplicável em prol da economia do Rio Grande do Norte nesses dois próximos anos, muito menos o PMDB, Partido de tradições oposicionistas. A esse bloco político, conforme adiantou seu líder, Roberto Furtado, *''não compete apresentar projetos ao Governo, e sim fiscalizar seus atos*''.

OS OBSTÁCULOS — O pronunciamento do deputado oposicionista gira em torno da desatenção do Governo aos Projetos ou às reivindicações dos partidos de oposição. *''Quando apresentamos algum Projeto ao Governo, é quase certo enfrentarmos obstáculos. O ano passado apresentei um defendendo a preferência às Empresas locais para a con-*

tratação de serviços com o Estado. O Governo taxou meu Projeto de inconstitucional, alegando que a matéria tratava de assuntos financeiros''.

O mesmo projeto deixou de ser inconstitucional quando o governo resolveu - ele próprio - realizá-lo, ironizou o deputado.

Então, *''calejado*'' de tanto ter projetos vetados pelo executivo, desabafa Roberto Furtado que o partido detém-se somente a fiscalizar os atos do Governo. No seu entender, desde o Presidente Castelo Branco, vários governos se sucederam, mas o sistema permanece o mesmo *''e é este que deve mudar*'' observa o líder da oposição.

Descartando o interesse de tomar o poder, Roberto Furtado afirma que o PMDB não pensa exclusivamente em chegar ao trono, e sim modificar o atual regime, como também sua política econômica social. Concluiu suas afirmações, afirmando: *''De concreto, a Oposição. PMDB ou qualquer outra, só poderá agilizar seus Programas se um dia derrubar o atual regime político do País*''.

Embora não quizessem afirmar abertamente, em termos regionais, as nossas agremiações políticas desejam ou se propõem a: o PMDB, por todos os meios, pretende *''sentar no trono*'' , derrubando assim o atual regime político. Nessa investida, mudaria toda a estrutura existente. O PTB, (com outra sigla), se propõe a *''renovar o parlamento*'' . Assim, a agremiação, no poder, passaria a ditar leis segundo o pensamento de candidatos ou políticos realmente jovens. O PP, por seu turno, apesar de já ter elaborado dois projetos veiculados para o desenvolvimento do Estado, por outro lado está na dependência de posicionamentos Federais, como regionais. O partido, se vitorioso, pretende *''trabalhar para a Agricultura*'' . Finalmente, PDS, o mais indefinido, em termos generalizados trabalharia também em prol da Agricultura. Mas, tudo isso só após 1982.



O reitor Diógenes da Cunha Lima aproveitou a inauguração do novo edifício da Reitoria para promover um Seminário sobre "A Universidade e o Desenvolvimento do Nordeste"

UFRN DESCOBRE SUA VOCAÇÃO

Em um ano de administração, Diógenes da Cunha Lima já conseguiu definir um grande projeto para a UFRN, contando com o apoio de toda a comunidade universitária: ajudar ao desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Ao completar o primeiro ano à frente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o reitor Diógenes da Cunha Lima já pode ser referido como um administrador que ousou questionar a instituição e definir para ela uma vocação objetiva: ajudar ao desenvolvimento do Estado.

Talvez porque a história da UFRN seja muito nova (pouco mais de 20 anos de existência) e porque, ao longo deste curto espaço de tempo, todas as energias estavam sendo empregadas na consolidação de uma base material, o fato é que a Universidade vinha convivendo pouco (e à

distância) com os grandes problemas estaduais, a ponto de muitas vezes ser acusada de elitista. O que a opinião pública via era a UFRN transformada numa comunidade à parte, preocupada tão somente em formar doutores e alheia até mesmo ao futuro profissional dos seus alunos sem mercado de trabalho.

MUDANÇAS — Desde o seu discurso de posse que Diógenes da Cunha Lima vem repetindo sua intenção de fazer com que a Universidade deixe de ser *do* Rio Grande do Norte e passe a ser *para* o Rio Grande do Norte. E nos primeiros doze meses de sua gestão a tônica dos seus

projetos, dos seus pronunciamentos e dos seus atos estão confirmando que este é mesmo o seu objetivo. Só como exemplo, vale a pena ser dito que por ocasião da inauguração em abril último da nova sede da Reitoria e dos Laboratórios de Química — obras que representaram investimento superior a Cr\$ 180 milhões — ao invés de promover festividades e coquetéis, o reitor aproveitou a vinda a Natal do Ministro Eduardo Portella e de reitores de várias universidades brasileiras para realizar aqui um seminário sobre o tema "A Universidade e o Desenvolvimento do Nordeste", que teve a participação maciça da comunidade universitária discutindo e analisando a problemática regional.

É o próprio Diógenes da Cunha Lima quem sempre se refere ao passado da UFRN dizendo que ela já venceu duas importantes etapas, faltando apenas vencer mais uma, para assim se consolidar institucionalmente. A primeira etapa foi o nascimento, a origem sadia e idealista, dentro da qual foi peça importantíssima o primeiro reitor, Onofre Lopes, que



Na foto acima, o Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, fala aos participantes do Seminário sobre "A Universidade e o Desenvolvimento do Nordeste", conclave que despertou interesse de toda a comunidade universitária.

soube conduzir a Universidade acima dos interesses de grupos políticos ou de pessoas, traçando-lhe diretrizes que fizeram dela um exemplo nacional. A etapa seguinte foi praticamente concluída pelos dois reitores que se sucederam a Onofre Lopes: a construção de uma excepcional estrutura física, representada por mais de 120 mil metros quadrados de instalações didáticas, administrativas e de lazer, dentro e fora do Campus Universitário. Resta, agora, segundo o atual reitor, alcançar a última etapa, sem dúvida a mais importante: a criação, dentro da Universidade, de uma mentalidade cultural e científica aberta ao diálogo, questionadora e construtiva, através da qual ela possa influir decisivamente sobre o seu meio, gerando novas disposições desenvolvimentistas para a sociedade do Rio Grande do Norte.

CARÁTER UNIVERSITÁRIO — Quando assumiu a reitoria, Diógenes da Cunha Lima tinha em mente alguns projetos nascidos da reflexão sobre o estágio em que a Universidade se encontrava. Partindo da observação de que em termos físicos restava pouco a fazer, ele já imaginava a fórmula para transformar o

Campus num instrumento de apoio para um trabalho intelectual, cujo objetivo básico seria dirigido para repensar o papel da instituição e fazê-la sentir-se responsável pelos destinos do meio ao qual ela pertence. Ele queria uma Universidade receptiva, crítica, criadora, participante e servindo como agente de transformações sociais.

Para transmitir essas idéias e submetê-las ao debate, o novo reitor promoveu reuniões com professores de todos os cursos, visitou salas de aula, discutiu com as lideranças estudantis. Em sua essência, as idéias foram aceitas. O passo seguinte foi a realização de uma grande pesquisa, da qual participaram mais de 12 mil pessoas da comunidade universitária. Disso tudo, nasceu um grande projeto que se chama "Projeto Rio Grande do Norte", que já está em execução, e dentro do qual competirá aos 46 cursos da UFRN estudar a realidade local e apresentar propostas de desenvolvimento que serão colocadas à disposição do governo e da iniciativa privada. Mas, outros dois programas darão suporte e subsídios ao Projeto Rio Grande do Norte: o "Projeto Memória" e o "Projeto Vanguarda". Conforme o próprio título de cada um já define,

primeiro buscará recolher do passado estadual os documentos e as idéias que sirvam de contribuição para os planos novos que agora se procura formular, enquanto o segundo se volta para as perspectivas que a ciência, a técnica e as artes podem oferecer ao Estado.

PROJETO RIO GRANDE DO NORTE — "O Projeto Rio Grande do Norte é uma tentativa de mudança de mentalidade, uma tentativa de transformar uma Universidade clássica e técnica numa Universidade comprometida e implicada no desenvolvimento da região, com características próprias, moldando a realidade local e sendo moldada por ela". É assim que o reitor Diógenes da Cunha Lima define, em linhas gerais, o projeto que já conta com a adesão de toda a comunidade universitária.

Num prazo máximo de dois anos, a UFRN, através de todos os seus cursos, num trabalho conjunto de professores e alunos, elaborará um documento com propostas de desenvolvimento para o Estado. Os setores responsáveis pela coordenação e orientação desse trabalho já coletaram, até agora, mais de 800 documentos, redigidos de 1908 até o pre-

sente, em que intelectuais, políticos, técnicos e administradores das mais diversas tendências analisam e sugerem soluções para problemas crônicos do Rio Grande do Norte, dentre os quais a seca, a exploração mineral, o aproveitamento dos recursos hídricos, a pesca, a pecuária, etc. Esses documentos, devidamente estudados, criticados, confrontados com o avanço tecnológico e científico dos tempos atuais, proporcionarão uma ótima base para as propostas finais que serão oferecidas pelo Projeto Rio Grande do Norte.

Ao decidir encaminhar a UFRN para o estudo dos grandes problemas estaduais, o reitor julgou importante realizar uma pesquisa de opinião no meio universitário, sendo consultadas mais de 12 mil pessoas entre professores e estudantes que tiveram oportunidade de sugerir modelos de atuação, de indicar assuntos que mereçam ser aprofundados, e até de externarem ou não o interesse particular de cada um em tomar parte do projeto. A partir desta providência, se passou a constatar que as bases da Universidade aprovam com larga maioria o ponto de vista do reitor, dentro do qual deve a instituição, como parcela cultural e cientificamente mais expressiva da comunidade, estar obrigada a se envolver com a realidade sócio-econômica, ao invés de se fechar em torno de si mesma. Ou seja: deve a UFRN distribuir à população todos os conhecimentos e experiências que permitam impulsionar o desenvolvimento.

PROJETO MEMÓRIA — Para justificar o *Projeto Memória*, diz o reitor Diógenes da Cunha Lima que é indispensável à afirmação de um povo o conhecimento completo do seu passado. Por isso, dentro desse projeto, a Universidade pretende estimular a pesquisa histórica e preservar o acervo cultural do Estado. Duas etapas do projeto Memória já estão em plena execução: 1) dentro do seu ambicioso programa editorial, a UFRN está providenciando a reedição de obras básicas da literatura potiguar e o lançamento de estudos, teses e monografias que tenham como tema a nossa cultura popular,



Flagrantes do seminário promovido pela UFRN. Acima, o deputado federal pelo Ceará, Paulo Lustosa, pronunciando conferência sobre a economia regional. Na foto abaixo, uma visão parcial do auditório superlotado.



costumes e tradições. Nessa perspectiva, por exemplo, serão reeditados livros de Luiz da Câmara Cascudo, José Augusto Bezerra de Medeiros, Nestor Lima, Nísia Floresta, Osvaldo Lamartine, entre outros nomes importantes da nossa história; 2) estudos estão sendo feitos sobre a nossa cultura popular, ajuntando-se os registros de todas as manifestações folclóricas do Estado. Ao mesmo tempo, a Universidade está fazendo todo o levantamento arqueológico da região do baixo-Açu, que dentro de algum tempo será inundada pelas águas da barragem Armando Gonçalves, que o DNOCS constrói naquela área.

PROJETO VANGUARDA — O terceiro plano que Diógenes pretende levar adiante é o *Projeto Vanguarda*, cuja finalidade é estimular a pesquisa aplicada à realidade local e dotar a Universidade do conhecimento de novas técnicas, que estejam ou não em aplicação nos centros mais adiantados, mas que representem alternativa viável para a solução dos nossos problemas. Nesse projeto, segundo as palavras do reitor, "*aproveitaremos todas as experiências e estudos já realizados, de modo a que não se perca tempo e dinheiro inventando o que já foi por outros inventado. Assim, daremos apoio às pesquisas de coisas novas.*"

que possam servir efetivamente ao nosso desenvolvimento”.

A nível de extensão do projeto Vanguarda, serão realizados diversos seminários e experiências culturais, a exemplo do já programado Seminário de Tropicologia, que terá apoio do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, de Recife, e do Laboratório de Criatividade da própria UFRN, já em funcionamento. Este último órgão, por sinal, acaba de ser instalado e tem como finalidade estabelecer dentro do meio universitário um ambiente propício à livre criação artística. Ainda dentro do Projeto Vanguarda, a Universidade está dando enfoque especial à Homeopatia. Já existe uma numerosa equipe de professores e alunos dos cursos de Farmácia e Medicina produzindo remédios de homeopatia, para distribuição aos habitantes dos bairros mais carentes de Natal, através de 22 ambulatórios. A equipe responsável prevê o atendimento de mais de 5 mil pessoas.

ANIVERSÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO — O sinal dos tempos já se faz sentir na Universidade. Ao comemorar o primeiro ano de sua administração no mês de maio, e ao inaugurar o novo prédio da Reitoria e o Laboratório de Química, o reitor Diógenes da Cunha Lima em vez de marcar os eventos com festas, preferiu aproveitar a presença em Natal de várias autoridades nacionais e regionais para promover dois seminários que tiveram resultados amplamente positivos. O primeiro deles, que contou com a presença do Ministro da Educação Eduardo Portella, foi sobre a “Universidade e o Desenvolvimento do Nordeste”. O outro foi sobre “Melhoria do Ensino” e reuniu mais de 300 participantes, entre diretores de Centros e Departamentos, professores, monitores e lideranças estudantis. Na mesma época, a Universidade fez lançamento de uma só vez de dez livros impressos pela sua Editora, e realizou uma Assembléia Universitária em que o reitor apresentou a prestação de contas dos primeiros doze meses de sua gestão.

Declarou o reitor diante da comunidade universitária reunida em as-

sembléia que a UFRN está hoje nordestada para os seguintes objetivos: 1) melhorar o desenvolvimento administrativo; 2) continuar a ampliação e melhoria das instalações físicas; 3) garantir a melhoria da qualidade do ensino; 4) orientar a pesquisa para as reais necessidades do Estado e da região nordestina; e 5) aumentar, através da extensão, a capacidade de serviço da Universidade ao Rio Grande do Norte, ampliando o entrosamento Universidade/Empresa.

Em termos de aperfeiçoamento da administração, se conseguiu por exemplo descentralizar a execução orçamentária entre vinte unidades distintas, o que acarretou em desburocratização. Foi conseguida, por outro lado, uma economia de Cr\$ 12 milhões anuais somente com a mudança no sistema de vigilância e zeladoria, e outra economia de Cr\$ 1,2 milhão com a reativação de uma oficina de mecanografia dentro da própria UFRN. Também foram realizadas melhorias nas oficinas de Serralharia, Marcenaria, Mecânica, Eletro-Mecânica e Refrigeração, dando-se condições a que estas atendam integralmente às necessidades da instituição. O Campus Universitário passou a contar com uma Central Telefônica controlando todos os telefones e trazendo grandes reduções nas contas mensais. Cerca de 200 funcionários receberam treinamento para conseguir melhor desempenho em suas funções.

OBRAS — Nos doze meses de gestão, Diógenes da Cunha Lima concluiu a construção de quase 20 mil metros quadrados de edificações, incluindo-se entre estas o prédio da Reitoria, laboratórios, o Pouso Universitário, a sede da FUNAM, além de obras de infraestrutura.

Prosseguem em ritmo normal as obras de construção de mais 32 mil metros quadrados de áreas cobertas, destacando-se o Centro de Convivência, o Campus Biomédico, o Laboratório de Psicologia e Biociências. E já estão projetadas as construções dos Núcleos de Técnicas Educacionais e de Processamento de Da-

dos. O primeiro abrigará a TV-Universitária e uma estação de rádio da Universidade.

No campo das pesquisas, a UFRN possui no momento equipes empenhadas no estudo de 63 temas, que incluem a criação de peixes em cativeiro, a produção de gás a partir de fontes não convencionais, o levantamento arqueológico do Baixo-Açu, a difusão da cultura do sorgo no Rio Grande do Norte, a tecnologia dos doces, o aproveitamento das águas-mães das salinas, estudos bacteriológicos em águas de rios, poços e lagoas, prevalência da cárie dentária em municípios do Estado, estudos dos moluscos da Plataforma Continental do Nordeste, levantamentos sobre o mercado de trabalho, custos do ensino na UFRN, entre outros.

A TV-Universitária adquiriu equipamentos que permitem a geração e a repetição de programas a cores, tendo ainda implantado mais duas repetidoras no interior, o que lhe permite cobrir grande parte do território estadual. Foi ela ainda integrada ao Sistema Nacional de Televisão Educativa e passou a oferecer cursos para as quatro primeiras séries do 1º Grau, atingindo milhares de alunos espalhados em 500 salas de aula nas áreas rurais com sedes em Caicó, Currais Novos Santa Cruz, Nova Cruz e João Câmara.

NOVO VESTIBULAR — Para que os jovens que venham a ingressar na Universidade já cheguem lá conhecendo a nossa realidade, e para que os próprios alunos da UFRN assumam posição ativa dentro da luta em favor da integração da Universidade com o seu meio, o reitor Diógenes da Cunha Lima já determinou que sejam feitas alterações no próximo vestibular, passando-se a exigir dos candidatos uma maior informação sobre as coisas do nosso Estado. Isto obrigará os jovens a, desde cedo, procurarem entender e estudar os problemas locais e a se preocuparem com os destinos da nossa gente.

Isto tudo, sem dúvida, reflete um bom começo de gestão.

ALGODOEIRA SÃO MIGUEL S.A.

C.G.C. N° 08.412.124/0001-96
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em respeito à Lei e aos dispositivos estatutários, submetemos à apreciação de Vv. Ss. o relatório das atividades desenvolvidas por esta sociedade durante o exercício de 1° de Janeiro a 31 de Dezembro de 1979, bem como o Balanço Geral e as respectivas demonstrações referentes ao mesmo período.

Permanecendo à disposição de Vv. Ss. para quaisquer esclarecimentos considerados necessários, agradecemos a confiança recebida, certos de haver cumprido com o nosso dever.

Natal, 09 de Maio de 1980

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979

ATIVO

<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	1979
<u>Disponível</u>	7.697.738,84
Caixa	1.663.127,17
Bancos	6.034.611,67
<u>Realizável a Curto Prazo</u>	227.841.974,98
Contas Correntes	57.563.436,24
(-) Provisão p/Contas Incobráveis	62.802,06
Contas a Receber	313.141,12
Estoques	160.206.903,58
Investimentos Compulsórios	5.879,20
Depósito e Taxas Recuperáveis	263.210,24
Impostos a Recuperar	5.933.720,63
Despesas do Exercício seguinte	3.618.486,03
<u>Realizável a Longo Prazo</u>	1.924.583,00
Depósito SUDENE - Lei 4239	1.311.658,00
Investimento Eletrobrás - Lei 4150	607.925,00
Investimento Telern Port. n° 911/70	5.000,00
<u>ATIVO PERMANENTE</u>	
<u>Investimentos</u>	
Ações de Outras Empresas	67.607.045,46
<u>Imobilizações Técnicas</u>	22.872.822,63
Terrenos	3.197.354,35
Edifícios	14.495.597,38
Muros, Ruas e Pátios	1.657.932,26
Maquinismos e Acessórios	21.970.398,00
Veículos	5.360.072,35
Móveis e Utensílios	2.636.164,20
(-) Depreciações	26.444.695,91
<u>Imobilizado em Curso</u>	
Obras em Andamento	1.978.291,14
TOTAL DO ATIVO	329.922.456,05

PASSIVO

<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	1979
Contas Correntes	147.071.826,67
Contas a Pagar	91.894.777,76
Despesas a Pagar	39.718.713,31
Provisão para Imposto a Pagar	12.144.447,34
Impostos a Pagar	3.304.253,00
	9.635,26
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
<u>Capital</u>	
Capital Social Realizado	93.500.000,00
<u>Reserva de Capital</u>	63.313.481,30
Reserva p/ aumento de capital	47.426.363,91
Correção Monetária de Investimentos	15.887.117,39
<u>Reserva de Lucros</u>	
Reserva Legal	8.953.244,78
<u>Lucros Acumulados</u>	
Lucros a disposição da A.G.O.	17.083.903,30
TOTAL DO PASSIVO	329.922.456,05

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

Vendas do Período	346.546.177,83
Custo dos Produtos Vendidos	222.594.492,48
Lucro Bruto Operacional	123.951.685,35
Juros	21.054.915,84
Despesas Gerais	26.740.537,79
Serviços Sociais	10.709.978,71
Taxas e Impostos	29.634.046,90
Depreciação	1.634.504,47
Despesas com Correção Monetária	23.163.054,50
Lucro Operacional	112.937.038,21
Dividendos Recebidos	7.408.204,90
Comissões e Juros	6.352.555,02
Propriedades Substituídas	10.803,71
Reversão da Provisão p/ Devedores Duvidosos	153.167,44
	13.924.731,07

Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda	24.939.378,21
Provisão para Imposto de Renda	3.304.253,00
Reserva para Aumento de Capital	3.304.253,00
Distribuição do Resultado	18.330.872,21
Reserva Legal	1.246.968,91
Lucro a Disposição da Assembléia	17.083.903,30

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

	31.12.79	31.12.78	Varição
Ativo Circulante	235.539.713,82	197.535.272,16	38.004.441,66
Passivo Circulante	147.071.826,67	132.292.752,51	14.779.074,16
Capital Circulante Líquido	88.467.887,15	65.242.519,65	23.225.367,50

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

<u>Origens</u>	
Lucro Líquido do exercício	18.330.872,21
Reserva p/ Aumento de Capital	3.304.253,00
Despesa Correção Monetária	23.163.054,50
Depreciação Legal	1.634.504,47
Venda do Ativo Fixo	34.196,29
	46.466.880,47
<u>Aplicações</u>	
Aquisição de Bens do Ativo Imob.	7.376.900,73
Dividendos pagos no exercício	15.741.869,61
Aumento do Ativo Real a Longo Prazo	122.742,63
Totais das Aplicações	23.241.512,97
Aumento do Capital Circulante Líquido	23.225.367,50

"NOTAS EXPLICATIVAS"

NOTA 1

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- A Demonstração Financeira foi elaborada de conformidade com o exposto na Lei 6404 de 15.12.76 e atual legislação tributária.
- Estamos considerando como Ativo a Receber a Curto Prazo e Passivo Circulante os vencimentos até 360 dias.
- A provisão de Contingentes p/Devedores Duvidosos, foi calculada na base de 3% s/ os valores das Duplicatas a Receber.
- O efeito inflacionário foi reconhecido pela Correção Monetária do Patrimônio Líquido e Ativo Permanente de acordo com a Lei 6404 e Dec. Lei 1598 "no início e no fim do exercício".
- O Ativo Imobilizado está devidamente contabilizado pelo valor original mais a correção monetária e Depreciações pelo método linear as taxas de acordo com a Lei.
- O Ativo "Investimento" é avaliado pelo custo de aquisição e corrigido monetariamente com base na variação da ORTN.

NOTA 2

O Capital social é constituído de 93.500.000 (noventa e três milhões e quinhentos mil) de ações no valor de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada.

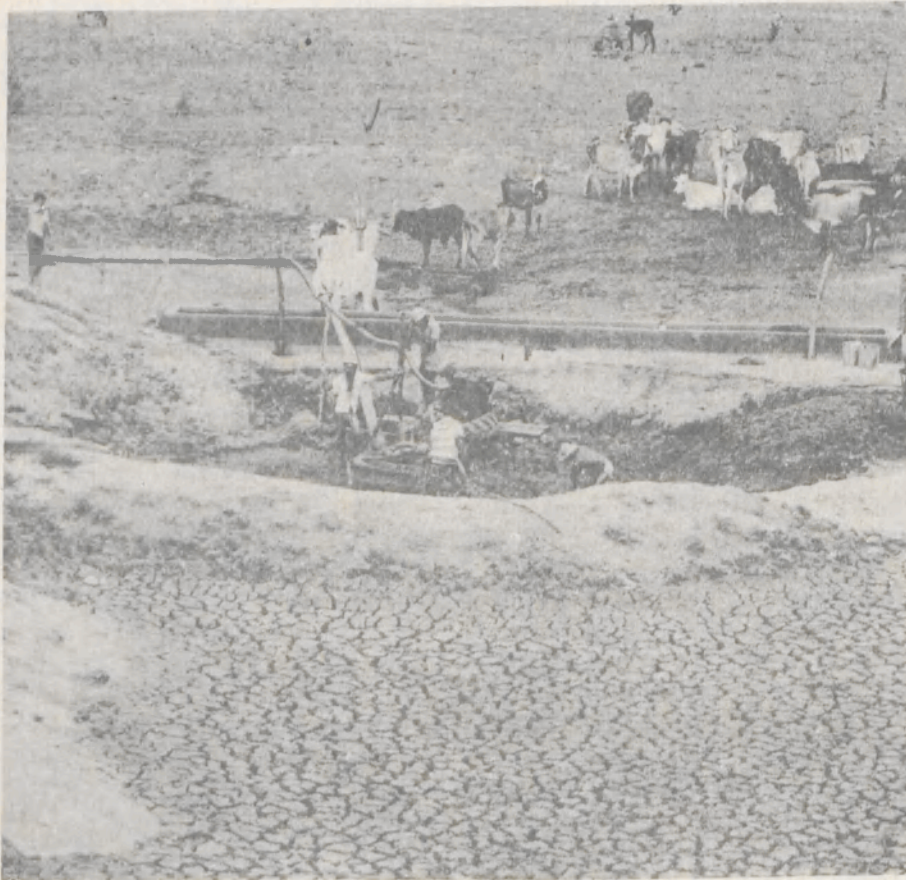
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTUAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	Capital Realizado	Reserva para Aum. de Capital	Corr. Monetária de Investimento	Reserva Legal
Saldo em 31.12.78	58.320.000,00	23.486.335,61	11.763.861,84	5.235.617,96
Aumento do Cap. Social	35.180.000,00	(23.486.335,61)	(11.693.664,39)	
Correção Monetária			4.811.694	2.470.657,93
Ações Bonificadas		47.426.363,91	11.005.653,00	
Fundo e Reserva Leg.				1.246.968,93
Saldo em 31.12.1979	93.500.000,00	47.426.363,91	15.887.117,39	8.953.244,78

Lucros Acumulados

Saldo em 31.12.78	15.741.869,61
Dividendos distribuídos	(15.741.869,61)
Lucro Líquido do Exercício ora encerrado	17.083.903,30
Saldo em 31.12.79	17.083.903,30

CHARLES GRAY BIRCH - Diretor
JONH ROYSTON SHEPHERD - Diretor-Adjunto
GERALDO DE ALBUQUERQUE PIRES
Técnico Contabilidade CRC N° 899 RN



A seca, progressivamente, transformará o Nordeste num imenso deserto.

PERSPECTIVAS DA EMERGÊNCIA

A "emergência" foi decretada e mais uma vez o Estado terá seus resultados produtivos comprometidos pela estiagem. De emergência em emergência o Nordeste vai ficando cada vez mais empobrecido e sem perspectivas agrícolas. Espera-se que a orientação da emergência recém-decretada objetive a implantação de uma infra estrutura capaz de prevenir os efeitos de uma nova estiagem, com ampla constituição de recursos hídricos e orientação técnica aos agricultores.

Um estudo feito pelos técnicos do Centro Tecnológico da Aeronáutica sobre os períodos de estiagens prolongadas, já registrados na história do Nordeste, numa projeção de cerca de 150 anos até hoje, revela que em vários estados do Nordeste, inclusive o Rio Grande do Norte, em cada seguimento de 26 anos ocorrem estiagens de três a quatro anos. A ausência de chuvas ora verificada em toda a extensão do Estado, denuncia

um forte indicio de que as previsões dos técnicos do CTA têm razão. E se este estudo estiver certo, estará decretada a terrível adversidade da seca por mais dois ou três anos.

Existem, porém, a esperança de que, como estes cálculos não têm bases científicas e sim probatórias, eles cheguem a falhar. Contudo, os governos das esferas federal e estadual estão forçados a se preparar

para o pior. E o agricultor, já tão sofrido com situações negativistas, só tem é que rezar para que os estudos elaborados pelo Centro de Tecnologia, só tenha acertado com este ano de seca, uma vez que nestas alturas do calendário, a seca já é irremediável.

O homem do campo sequioso pela presença de chuvas e vendo-as caírem entre janeiro e fevereiro deste ano, correu ao campo com toda gana possível e plantou. Plantou muito e para isso contou com um suporte positivo deixado pela Emergência, em termos de infra-estrutura; com o advento da estiagem, ninguém pode garantir que os resultados deixarão um saldo positivo na produção agrícola estadual.

PRODUÇÃO MAGNÍFICA — A opinião defendida por todos os agricultores e agrônomos do Estado é a de que a produção agrícola seria excepcional, porventura as chuvas se mantivessem. Roberto Silva Frota de Holanda, Diretor Presidente da EMATER, e o Eng^o. Agrônomo Sidney Fonseca, diretor administrativo da empresa DUCAMPO — Agro Industrial e Comercial Ltda. dizem o mesmo: *"com a garra evidenciada pelo agricultor no plantio aos primeiros sinais de chuva verificadas no início do ano, se a chuva não tivesse parado, estaria marcada na história agrícola do Rio Grande do Norte, a maior safra de todos os tempos, tanto de milho como de feijão e algodão"*. Adianta Roberto Frota que a infra-estrutura proporcionada pelo Plano de Emergência, facilitou muito no plantio, uma vez que, sua finalidade não só era a de prestar assistência ao homem do campo, segurando-o na terra, como também preparar as propriedades para a possibilidade de um bom inverno.

A verdade é que a estiagem já é uma realidade inelutável, tendo-se como certa a decretação da emergência no estado. Todavia, a classe política e a iniciativa privada lutarão para uma maior abrangência do plano, em termos de ampliação da área beneficiada e por reformulações no plano, considerando as falhas do plano anterior.

PROPOSIÇÕES — A EMATER, que será novamente o órgão executor do programa, assim que foi decretada a nova Emergência, resolveu apresentar as seguintes sugestões: propor, que as propriedades até 100 hectares, tenham direito a crédito de fundo perdido; acima de 100 hectares as propriedades teriam crédito rural a juros de 2% a 7% ao ano, com carência de 4 a 6 anos e o prazo de amortização variando entre 12 a 20 anos.

O Plano, diz Roberto Frota, está apresentando melhoras na sua formulação pelo fato de haver uma experiência anterior e para isso diz ele: *"foram fixados vários parâmetros; por exemplo, no que diz respeito a atividades financeiras, demos prioridade 1, a construção de açudes e barreiros (açudes pequenos), obras de irrigação e correlatas para aumentar as alternativas hídricas; prioridades 2 (dois) foi dada à produção de alimentos nas áreas de irrigação e vazantes de açudes; prioridade 3 (três), às construções rurais de sistemas, silos-trincheiras, para conservação de alimentos, cacimboes, cercas, estábulos e currais; prioridade 4 (quatro), desmatamento, com índice determinado para não haver desmatamento indiscriminado.*

A SECA EXISTE — Para os habitantes da capital do Estado a seca pesa mais na hora da procura do feijão verde e do tradicional milho da época junina. Fora isso, o comércio é o setor econômico que mais se ressentiu: as vendas caem e a escassez aumenta. Mas para Roberto Frota, não há dúvida de que a seca está caracterizada e a única saída como remédio para o agricultor é a emergência. Afirma ele que foram absorvidos pelo atual Plano de Emergência, cerca de 131 municípios do Estado e informa, quanto às notícias de que este número seria reduzido para 47, que louvando-se em informações prestadas pelo escritório local da SUDENE, tudo não passa de boato, *"nem poderia ser diferente"* argumenta Frota *"o atendimento deverá ser feito em toda a extensão dos efeitos da estiagem"*.

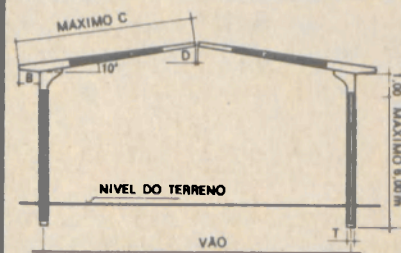


Roberto Frota, da Emater, informa que o atendimento será feito em toda a extensão dos efeitos da estiagem.

Um outro que vive lidando com o homem do campo em função de negócios comerciais, Sidney Fonseca, afirma que a estiagem é irreversível e diz: *"a estiagem desse ano é mais forte do que a do ano passado e a safra de algodão será muito menor porque o gado foi colocado dentro dos algodoeiros e este não se recuperou pela falta da chuva na hora certa. Quanto ao feijão e o milho, será um desastre"*, e adianta; *"nunca se plantou tanto estes dois produtos e quero adiantar que se tivessemos chuvas, a safra deste ano bateria todos os records"*. Com as declarações de Sidney, ficou caracterizado que choveu insuficientemente de tal modo que comprometeu o bom andamento da safra.

As medidas que o governo deverá tomar para prevenir os efeitos da estiagem, estariam na razão direta da prioridade que deve ser dispensada ao homem do campo, às suas necessidades de assistência financeira, técnica e de orientação de como devem enfrentar os rigores da seca e ao mesmo tempo que se preparasse para um possível inverno fu-

NEGÓCIO CONCRETO SEMPRE TEM SUAS VANTAGENS!



O pré-moldado de concreto é um produto que dispensa manutenção, pintura ou acabamento especial, e que nunca se acaba. Por isto, é a escolha mais segura e econômica.



Galpões Industriais (vão livre de 11 a 18 m), Posteação, Estábulos, Cercas e Currais, podem ser construídos com pré-moldado POTYCRET, com grande economia de tempo. Britas de todos os tipos para pronta entrega. Peça informações e comprove!

POTYCRET

Quadra H, Parque - Quintas. Fones: 222-2408 e 222-4532. Natal-RN. Filial: Mossoró-RN.

turo - tal é o entendimento de Sidney e Frota.

No começo do ano o agricultor contou com esses tipos de apoio e prioridades e por isso plantou. A Emergência prestou serviços, "inestimáveis", na opinião de Sidney. Nesta área, o sertanejo sempre acredita que a um ano anterior difícil, se segue um ano de grandes chuvas. Para sua decepção, as chuvas caídas, não deram a precipitação ideal que seria de 700mm. Esse índice não foi alcançado, só chegando a 400 mm.

SITUAÇÃO DO AGRICULTOR —

Segundo notícias de pessoas vindas do interior, a situação é de calamidade pública para o homem do campo. O agricultor decepcionado e desanimado pelas lutas inglórias, vê suas plantações murcharem e secarem pela falta d'água. Esse mesmo homem, calejado, cujo único meio de sobrevivência é a produção do que planta, ainda poderia sofrer os rigores de uma atraso nos pagamentos dos salários da Emergência, igual ao que ocorreu no ano passado. Diz porém Roberto Frota, que todas as providências estão sendo tomadas para que não hajam atrasos tão longos como os verificados na outra Emergência. Os produtores de algodão, esperançosos de uma produção capaz de suplantiar todas as quedas de safras ultimamente registradas, ficam torcendo por qualquer chuvisco que faça o algodão fazer o cartucho. *É dramático, o momento - diz Sidney, acrescentando que "o remédio é fazer que todos dêem as mãos, e lutem junto com o governo, independente de que facção, bandeira ou partido político pertecerem". A hora é de fortificar o governo para poder contar com a ajuda aos 131 municípios que lhes estão sendo negados a troca de uma barganha que atende em menos de 1/3 as necessidades do Estado. E conclui, "a situação do agricultor, é aquela de quem tem que produzir e não produz nada - em síntese, está em falência".*

E A PECUÁRIA? — Se, para ter um sistema pecuário eficiente, o Estado necessita de recursos forrageiros e hídricos em abundância, o



"Se houvesse chuva, o RN teria tido a melhor safra agrícola de todos os tempos" - esclarece Sidney Fonseca, pecuarista e comerciante.

Rio Grande do Norte não deve ir muito bem. Apesar dos esforços do governo em estimular o aumento da produtividade - direta ou indiretamente - oferecendo capital suficiente a juros e prazos condizentes, assistência técnica e extensão rural, além de fomento e pesquisas, parece que estes planos não estão atingindo o seu objetivo. É simples a resposta, pois o rebanho tem diminuído. A confirmação dessa subtração é dada por Sidney Fonseca: *"não falo mais na diminuição de rebanhos de algumas regiões e sim em estimativas da pecuária".* E é bom notar, como acrescenta Sidney, que o *"pecuarista, mesmo assim, está vivendo situação melhor do que a do agricultor, uma vez que conta com variedades de capins menos sensíveis*

a variações climáticas e até os resistentes às secas.

Por esta razão sua opinião é de que no Nordeste devia se fomentar mais a pecuária, uma vez que traz soluções mais viáveis do que a agricultura. Por outro lado a garantia do sucesso do investimento é patente, assegura ele, e aponta como principal causa as inversões em infraestrutura: construção de açudes, poços, e reservas hídricas que garantem água para o rebanho e finaliza: *"hoje, o rebanho do Estado não chega à cifra de 600 mil reses e a tendência é diminuir, não só pelas vendas sucessivas para o abate, como também pela falta de financiamentos que há mais de 6 anos estão fechados no Nordeste e em todo o Brasil".*

Eis as razões de quem está ganhando a preferência do consumidor!



O grupo GALVÃO MESQUITA/CASA LUX está oferecendo o que existe de melhor em materiais de construção, produtos elétricos e industriais, tintas, presentes e utilidades para o lar. São 30 mil artigos sempre em promoção, pelos melhores preços, à vista ou à prazo. E são exatamente seis endereços para a sua economia. Em lojas modernas e bem localizadas nos bairros da Ribeira, Cidade Alta e Alecrim, GALVÃO MESQUITA/CASA LUX asseguram ao cliente o melhor atendimento e mais facilidades.



**Galvão Mesquita
Ferragens S/A**

Rua Dr. Barata, 217/219 - Fone 222-2968 e 222-2983
Rua Dr. Mário Negócio, 1451 - Fone 222-2149
Rua Segundo Wanderley, 651 - Fone 222-2850



Casa Lux S/A

Rua. Dr. Barata, 194/200 - Fones 222-0048 e 222-2785
Rua Amaro Barreto, 276 - Fone 222-1500
Av. Rio Branco, 643 - Fones 222-2841 e 222-3034

SUDENE FAZ O QUE PODE

De repente, a população nordestina se encontra diante da evidente inércia da SUDENE, o único organismo capaz de impulsionar e dar apoio à combalida economia regional. Nos últimos anos, essa entidade pouco ou quase nada fez para mudar a realidade adversa da região. Entretanto, segundo declarações do representante da SUDENE, a agência de desenvolvimento faz o que é possível. O resto fica por conta da própria iniciativa privada e do governo do Estado.

RN-ECONÔMICO resolveu ir a fonte mais certa para desvendar a verdade de toda essa estória. No Escritório local da SUDENE, recentemente inaugurado em seu novo endereço da Rua Potengi, 529, o diretor, Mário Jorge de Carvalho Lima, rebate as acusações e críticas feitas a SUDENE/RN, mostrando resultados de 16 anos de atividades entre nós. Explica ele que desde 1963 vem sendo aprovadas cartas-consultas e muitos projetos já têm resultados satisfatórios como o da Guararapes - indústria de confecções - que foi aprovado em fevereiro de 1964. De lá para cá 68 novos projetos industriais já foram implantados, incluindo nestes, os de pesca e turismo. Além desses, 36 outros, na área da agropecuária, foram também encaminhados dos quais 8 se encontram caducos para a SUDENE, por não terem preenchido os requisitos exigidos no exame de seleção das cartas-consultas. Há desinteresse dos próprios interessados - explica Mário Jorge - e exemplifica: "essa caducidade se deve à mudança ocorrida na sistemática de investimento, que passou de 34/18 para o FINOR. Com essa nova diretriz, várias empresas não se enquadraram às exigências de análises e o resultado é que foram declarados caducos, 8 projetos do RN. EE conclui: "para essas empresas revalidarem seus projetos terão que começar um novo processo, desde a carta consulta"

MUDANÇA PARA O FINOR —



Mário Jorge, Chefe do Escritório da SUDENE, informa que vários projetos foram declarados caducos porque não se enquadraram nos pré-requisitos de análise.

Com a implantação do sistema de captação de recursos pelo FINOR — Fundo de Investimentos do Nordeste — a coisa veio melhorar para os empresários: primeiro porque não existe juros e a captação é feita automaticamente. Antes, com o modelo 34/18, como já era do conhecimento de todos, o empresário era quem fazia a captação para o projeto e para isso ele tinha que deixar, por fora, taxas de 30 a 40% sobre o valor da liberação obtida pelos escritórios especializados, instalados, na sua maioria, no Sul do País, alguns dos quais segundo o diretor Mário Jorge, "eram verdadeiras arapucas". Com o advento do FINOR, essas aberrações foram corrigidas

e os escritórios de captação desapareceram.

Reporta-se Mário Jorge: "os escritórios de elaboração de projetos, estes sim, continuam atuando no Estado e a nova sistemática veio beneficiar os interessados, pois o FINOR conta com cinco fontes de recursos, estabelecidas no artigo 3º do Decreto-lei nº. 1.376/64: deduções do Imposto de Renddas das pessoas jurídicas de todo o país, as quais podem atingir até 50% do Imposto de Renda devido, incluindo-se nestas deduções os valores destinados ao Plano de Integração Nacional (PIN) e Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA); subscrição voluntária por pessoas físicas e jurídicas, de direito público privado; e três outros recursos previstos em lei. Dessa forma, os escritórios de hoje, orientam as pessoas físicas interessadas no uso dos incentivos do FINOR".

Cabe a SUDENE, a definição de prioridade, a análise e aprovação dos projetos para aplicação de incentivos fiscais, bem como o acompanhamento e fiscalização de sua execução e autorização para a liberação dos recursos pelo banco operador.

Apesar do FINOR oferecer hoje mais vantagens do que o 34/18, ele é limitado, segundo Mário Jorge, "pois trabalha dentro de orçamento anual, com o qual tem que atender empresas já aprovadas e novos empreendimentos que forem surgindo".

PRIORIDADES — Dentro do seu objetivo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, vem executando a sua política de estímulo à iniciativa privada, visando a reformulação, modernização e ampliação de empreendimentos já existentes e a implantação de novos.

Paulo Sérgio Furtado de Mendonça, diretor executivo da PROJAL — Projetos e Assessoramento S.C. Ltda - diz que a SUDENE, cumpre realmente suas atribuições e objetivos, mas ao mesmo tempo faz uma observação: "ela devia ser mais dinâmica em termos de participação entre os estados da Federação". E dá a receita para melhorar a dinâmica:

"o poder de pressão que o Estado possa exercer em termos de incentivos aos empresários. Na Bahia - acrescenta Paulo Furtado - a participação da SUDENE é mais sentida pela presença do polo Petroquímico que absorve cerca de 60 (por cento) do orçamento total para o Nordeste. A consequência é que, os demais estados ficam preteridos e com chances reduzidas".

Por sua vez Mário Jorge, defende a posição do Rio Grande do Norte diante dos demais estados do Nordeste, e é categórico em dizer que, "o nosso Estado não está posicionado na lanterninha como tanto se propala. Seus números dizem que os Estados que mais se destacaram em termos de cartas-consultas aprovadas, foram Bahia e Pernambuco com 15, o Ceará com 10 e o Rio Grande do Norte, com 5. "De acordo com os dados que disponho o Rio Grande do Norte lidera o segundo bloco dos estados em termos de liberação. Com o repasse das primeiras etapas dos projetos da SIDER-NOR — SIDERÚRGICA JOSSAN S/A — (com investimento superior a 1 bilhão de cruzeiros) e mais o da ALCANORTE, o Estado estará com uma participação nos incentivos da SUDENE, superior aos estados de Pernambuco e Ceará", argumenta o representante da SUDENE.

GOVERNO PARTICIPA — Segundo o chefe do Escritório local, Mário Jorge, o governo tem se mostrado interessado no desenvolvimento industrial e empresarial do Estado. Se os resultados são desfavoráveis pode-se perceber que o próprio país atravessa uma séria crise econômica. O próprio Nordeste está penalizado pela falta de chuvas e por uma inflação galopante que lhe segue paralelamente. Diz Jorge: "o Governo participa efetivamente através da Secretaria de Indústria e Comércio, cujo titular encontra-se sempre viajando ao Sul do país, fazendo-se presente às campanhas de divulgação da SUDENE, através de Simpósios, visando a conquista de mais empresas que se disponham a investir no Rio Grande do Norte". Um outro aspecto relevante para destacar a presença do Governo, pode



Para Paulo Furtado, dirigente de um escritório de projetos, a SUDENE poderia ser mais dinâmica, em termos de participação federativa.

ser comprovado na própria criação do Distrito Industrial, que vai proporcionar uma maior oferta de condições infraestruturais a empresas de outros estados, com terreno e implementação apropriadas a implantação do parque industrial do Estado.

Destaca Mário Jorge, que o Estado poderá fazer muita coisa em benefício do empresário norterriograndense, pois, o orçamento aprovado para este ano chega a casa dos 16 bilhões de cruzeiros para o Nordeste. Sallienta Jorge, que "esse orçamento não é aquilo que se esperava, mas chega para o gasto".

EMPRESÁRIOS AFASTADOS — Os empresários do Estado têm demonstrado pouco interesse em procurar o escritório da SUDENE em Natal. Muitos preferem ir direto à sede, em Pernambuco, por concluir que assim resolveriam seus problemas com maior rapidez. Esse fenômeno, segundo Mário Jorge, é facilmente explicável: "realmente o movimento caiu muito nestes três últimos anos e a razão eu explico como sendo produto de maior refinamento por parte da SUDENE, a análise e seleção dos investimentos. Essa seleção acaba sendo natural na medida que os recursos se

mostram escassos". "Apesar disso" — acrescenta — "observamos um fenômeno interessante: ano passado, o saldo de cartas-consultas, que são pré-projetos, era de 37 para o Nordeste e em fevereiro deste ano, este número aumentou para mais 29, todos projetos industriais. E é bom que se faça justiça, pois o Rio Grande do Norte, não está tão ruim assim como se pinta. Entre os outros estados o Rio Grande do Norte e Minas Gerais, apresentaram 5 cartas-consultas, em seguida vem a Paraíba com 4, depois Sergipe com 3, Maranhão com 2 e Piauí e Alagoas com nenhuma".

Para Paulo Furtado, não há afastamento de empresários da SUDENE, e, tal como Mário Jorge, sua opinião é de que existe mais um caráter seletivo, porque "o que ocorria antes eram grupos interessados da indústria ou agricultura, que não tinham condições de levar adiante um projeto, não conseguem incentivos. Hoje são analisados fatores determinantes, fundamentais, desde o capital dos interessados até a capacidade administrativa".

Ambos acham que a procura vai aumentar dentro em breve motivado por medida do Governo Federal, aumentando, através de decreto, as taxas de juros dos bancos. Antes os juros eram cobrados na base de 15 por cento, para financiamento, depois passou para 18 por cento, em seguida 24 por cento e agora 35 por cento. "Com isso é claro que os empresários vão escolher o FINOR que não é financiamento e sim participação", enfatiza Paulo Furtado.

Quanto a escolha de alguns empresários pelo escritório da SUDENE em Recife, por motivos de maior urgência na aprovação e liberação de projetos, acha Mário Jorge que é puro engano pois segundo ele, em Natal o processamento é tão rápido quanto em Recife e com a garantia de protocolo. Porém Paulo Furtado rebate a explicação do diretor do escritório da SUDENE local, dizendo que há poucos dias teve um projeto aprovado e liberado em Recife em apenas 15 dias e conclui, "a coisa se torna mais fácil porque entregamos o projeto na fonte".



ALFARGATAS CONFEÇÕES NORDESTE S.A.

C.G.C. 08.340.499/0001-98

Relatório da Diretoria

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE JANEIRO DE 1980

Senhores Acionistas:

Dando cumprimento aos dispositivos legais, vimos submeter à apreciação de V. Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do movimento do patrimônio líquido e da origem e aplicação de recursos, referentes ao período findo em 31 de janeiro de 1980. Esta Diretoria fica à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Natal, 5 de março de 1980

A DIRETORIA

Demonstrações Financeiras (Valores em mil cruzeiros)

Em 31 de janeiro de 1980 e de 1979, compreendendo, estes, um período de 12 meses. (Reclassificado)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

Balanco Patrimonial			Demonstração do Resultado		
ATIVO		PASSIVO			
	1980	1979		1980	1979
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	927	1.237	Fornecedores nacionais e estrangeiros	29.541	30.086
Clientes	235.743	142.297	Contas a pagar	26.202	14.320
Menos: Provisão para perdas eventuais	8.173	6.620	Empréstimos a pagar	18.653	12.540
	228.497	136.914	Dividendos propostos		4.089
Contas a receber	8.165	1.681	Provisão para imposto de renda		4.698
Estoques	136.503	86.593	Provisões	5.345	7.575
Depósitos compulsórios por importações	11.062	14.872		79.741	73.308
Incentivos fiscais - ICM			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Depositados em conta vinculada	4.037	7.228	Conta da empresa controladora	148.424	63.532
Menos: Pendentes de liberação	4.037	7.228	Empréstimos a pagar	66.422	43.896
Despesas do exercício seguinte	3.796	2.640		214.846	107.428
Imposto de renda diferido		990	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	388.023	243.690	Capital realizado	123.451	63.122
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Reservas de capital	110.492	64.452
Depósitos e empréstimos compulsórios (deduzidas as provisões de MCr\$ 400 em 1979)	1.213	345	Reservas de lucros	3.536	2.369
Aplicações por incentivos fiscais	309	285	Lucros acumulados	28.977	27.474
Contas a receber	159			266.456	157.417
	1.681	630			
PERMANENTE					
Investimentos diversos	22	22			
Imobilizado	160.553	82.690			
Diferido (deduzidas as amortizações de MCr\$ 23.954 em 1979 MCr\$ 11.520)	10.764	11.121			
	171.339	93.833			
	561.043	338.153		561.043	338.153

	1980	1979
VENDAS DOS PRODUTOS	623.939	374.438
Impostos (ICM e PIS)	73.767	26.801
VENDAS LÍQUIDAS	550.172	347.637
Custo dos produtos vendidos	401.455	243.531
LUCRO BRUTO	148.717	104.106
DESPESAS		
Com vendas (incluindo provisão para devedores duvidosos de MCr\$ 5.078 - 1979 MCr\$ 2.552)	65.049	17.097
Administrativas	28.597	29.747
Financeiras (deduzidas as receitas de MCr\$ 4.120 - 1979 MCr\$ 1.400)	33.691	19.770
LUCRO OPERACIONAL	21.380	37.492
Receitas (despesas) não operacionais	298	75
LUCRO ANTES DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO E IMPOSTO SOBRE A RENDA	21.678	37.567
Correção monetária do balanço	33.770	12.204
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO SOBRE A RENDA	(12.092)	25.363
Imposto de renda		4.137
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(12.092)	21.226
Lucro (prejuízo) por ação		
Do capital no fim do exercício	(0,10)	0,34
Do capital médio	(0,13)	0,39

Movimento do Patrimônio Líquido

	Reservas de capital			Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
	Capital	Correção monetária	Outras	Legal		
SALDO EM 31.12.77	42.899		25.037	936	10.694	79.566
Imposto de renda diferido e ajuste de provisão referente ao exercício anterior			43		342	385
Aumento do capital						
Por bonificação	4.382		(4.382)			
	8.740					8.740

Origem e Aplicação de Recursos

	1980	1979
ORIGEM		
Lucro (prejuízo) líquido	(12.092)	21.226
Mais: Encargos que não representam desembolso de numerário		
Depreciação e amortização	15.354	9.085
Correção monetária		
Do patrimônio líquido	88.266	38.298
Do ativo permanente	(54.496)	(26.094)
Correção sobre empréstimo a longo prazo	15.751	12.502
	52.783	55.017
Imposto de renda diferido e ajustes referentes ao		
	(944)	386

Incentivo fiscal - ICM				1.219		
Correção monetária do patrimônio líquido	22.357	10.811	372	4.758	38.298	
Lucro líquido do período				21.226	21.226	
Distribuição proposta à AGO						
Reserva legal			1.061	(1.061)		
Reserva de redução do imposto de renda - Lei 4.239/63		4.396		(4.396)		
Dividendos propostos (Cr\$ 0,06 por ação)				(4.089)	(4.089)	
SALDO EM 31.1.79	63.122	22.357	42.095	2.369	27.474	157.417
Ajuste de provisão do imposto de renda referente ao exercício anterior			(992)	48	(944)	
Incentivo fiscal do imposto de renda			621		621	
Incentivo fiscal - ICM			6.136		6.136	
Aumento do capital						
Por bonificação	33.277	(22.357)	(10.920)			
Incentivos fiscais - FINOR	17.052				17.052	
Por subscrição	10.000				10.052	
Correção monetária do patrimônio líquido		55.172	18.380	1.167	13.547	88.266
Prejuízo líquido do exercício					(12.092)	(12.092)
SALDO EM 31.1.80	123.451	55.172	55.320	3.536	28.977	266.456

Incentivo fiscal - Imposto de renda e ICM	51.839	55.403
Aumento de capital	6.757	1.220
Incentivos fiscais - FINOR	17.052	8.740
Por subscrição	10.000	7.101
Ágio na subscrição		4.971
Conta da empresa controladora	84.892	2.982
Empréstimos a longo prazo	18.700	
	<u>189.240</u>	<u>80.417</u>
APLICAÇÃO		
Dividendos propostos		4.089
Transferência de empréstimos a longo prazo para o circulante	11.925	8.077
Aumento de:		
Imobilizado	37.442	7.909
Ativo diferido	922	179
Realizável a longo prazo	1.051	194
	<u>51.340</u>	<u>20.448</u>
AUMENTO DO CAPITAL DE GIRO	137.900	59.969
Aumento no ativo circulante	144.333	93.194
Aumento no passivo circulante	6.433	33.225
VARIAÇÃO LÍQUIDA	137.900	59.969

Notas Explicativas

Nota 1 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - VALORES COMPARATIVOS

Devido à mudança em 1978, da data de encerramento do exercício de 31 de dezembro para 31 de janeiro, as demonstrações do resultado, do movimento do patrimônio líquido e da origem e aplicação de recursos, referentes ao exercício de 1979, compreendem um período de 13 meses.

Nota 2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulante. As importâncias a pagar à empresa controladora são classificadas a longo prazo, independentemente da data de vencimento, com exceção das operações normais de comércio, classificadas nas respectivas contas.
- A provisão para eventuais perdas é constituída por montante que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas que poderão decorrer da realização de contas a receber bem como descontos por pagamentos antecipados.
- Os estoques são demonstrados ao custo médio de compra ou de produção, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.
- A empresa goza do incentivo, até 31 de dezembro de 1978, de 48% do imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) a pagar. Este benefício está condicionado à aplicação do valor do incentivo em projeto industrial aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Estadual. O montante equivalente ao incentivo foi depositado em conta vinculada ao Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. - BDRN para ser liberado após comprovada a efetiva realização dos investimentos aprovados, para compulsório aumento de capital - demonstrado no ativo circulante. Na ocasião da liberação dos depósitos será feita a transferência para conta bancária de movimento e procedida a transferência da conta do passivo para uma reserva de capital. Para fins de apresentação, o saldo da conta do passivo circulante a ser transferido à reserva de capital quando da liberação dos recursos depositados é demonstrado subtrativamente do ativo circulante.
- O imobilizado é demonstrado ao custo de compra ou construção, menos depreciação, mais correção monetária. A depreciação é calculada segundo o método linear, a taxas anuais fixas que consideram o prazo estimado de utilização dos bens. A depreciação é absorvida no custo da produção ou, quando não atribuível à produção, diretamente nos resultados.
- O diferido é demonstrado pelos custos incorridos durante a fase pré-operacional, mais correção monetária, menos amortização de 20% ao ano.
- A empresa goza até o exercício de 1982, inclusive, da redução de 50% do imposto de renda sobre os resultados das vendas de produtos de fabricação própria, devendo, todavia, constituir reserva pelo valor equivalente ao da redução e utilizá-la em aumento de capital. A provisão para o imposto de renda de 1979, incluindo a parcela destinada a aplicações em incentivos fiscais, foi calculada sobre a parcela não contemplada pela redução, à razão de 30% do lucro ajustado para fins fiscais. A medida que são efetuados os recolhimentos relativos à opção de aplicar parte do imposto de renda em incentivos fiscais, esse incentivo é reconhecido como realizável a longo prazo em contrapartida com uma reserva de capital. O lucro para fins fiscais difere do lucro contábil por levar em consideração importâncias contabilizadas no ano-base, mas dedutíveis futuramente. Em atendimento ao regime de competência de exercícios, o imposto de renda referente a essas importâncias é diferido para ser amortizado contra os resultados do exercício em que essas importâncias forem dedutíveis.
- Os resultados apurados pela companhia contemplam o montante líquido proveniente da correção monetária das contas do patrimônio líquido e do ativo permanente, procedida com base na variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional durante cada exercício. Os saldos realizáveis e exigíveis, sujeitos a variação monetária ou cambial, são atualizados de conformidade com os índices ou cotações oficiais vigentes na data de cada balanço.

Nota 3 - ESTOQUES

	1980	1979
Produtos acabados	44.594	36.687
Produtos em processo	26.964	14.670
Matérias-primas	55.863	31.606
Materiais diversos	8.362	3.427
	<u>136.503</u>	<u>86.593</u>

Nota 4 - IMOBILIZADO

	Custos corrigidos		Depreciação acumulada		1980	1979
	1980	1979	1980	1979		
Imóveis	71.853	45.915	4.880	2.430	66.974	43.485
Máquinas e equipamentos	119.276	45.660	36.624	14.032	82.652	31.628
Móveis e utensílios	7.362	4.300	2.774	1.400	4.588	2.900
Veículos	778	546	570	280	208	268
Outros	122	4.411			122	4.411
	<u>199.420</u>	<u>100.832</u>	<u>38.857</u>	<u>18.142</u>	<u>160.563</u>	<u>82.690</u>

A provisão para depreciação constituída foi absorvida parte no custo da produção e parte nos resultados - MCR\$ 9.081 (1979 - MCR\$ 4.838) e MCR\$ 731 (1979 - MCR\$ 450) respectivamente.

Nota 5 - EMPRÉSTIMOS A PAGAR A LONGO PRAZO

	1980	1979
Em moeda nacional		
Financiamento para ativo imobilizado - Concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, à taxa de juros de 6% ao ano e correção monetária, com vencimentos entre março de 1981 e setembro de 1983 e garantido por hipoteca de bens no valor de MCR\$ 92.868	47.722	43.896
Financiamento para capital de giro - Concedido pelo Banco do Brasil, à taxa de juros de 10% ao ano e correção monetária limitada a 16% ao ano, com vencimentos mensais entre fevereiro e dezembro de 1981 e garantido por estoques no valor de MCR\$ 30.632	18.700	
	<u>66.422</u>	<u>43.896</u>

Nota 6 - CAPITAL REALIZADO

	Quantidade de ações de Cr\$ 1 cada	
	1980	1979
Ordinárias		
Subscritas com recursos próprios	43.111.852	21.641.294
Preferenciais		
Classe "A" - subscritas com recursos dos artigos 34/18 - SUDENE	12.767.528	8.584.137
Classe "B" - subscritas com recursos do FINOR	67.571.353	32.916.566
	<u>123.450.533</u>	<u>63.121.997</u>

Todas as ações têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei 6.404 e do artigo 30 do estatuto.

As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais classe "A" gozam de um dividendo prioritário não cumulativo de até 8% ao ano e prioridade no reembolso de capital sem prêmio. São intransferíveis pelo prazo de cinco anos contados da conclusão do projeto, a juízo da SUDENE.

As ações preferenciais classe "B" gozam de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% ao ano. São intransferíveis pelo prazo de quatro anos contados da data em que forem permutadas pelo FINOR com os investidores.

Os dividendos propostos em 1979 representam 25,9% do lucro líquido ajustado na forma legal.

D. REEVES
Presidente

JOÃO VALÉRIO DE SOUZA
Diretor

ABEL PASCUAL LÓPEZ
Diretor

HOWARD MALLEK
Diretor

PAULO COSTA JR.
Diretor

JOSÉ MARIA DO NASCIMENTO
Téc. Contabilidade CRN-RN 1.442

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas

Alpargatas Confeções Nordeste S.A.

Examinamos os balanços patrimoniais da Alpargatas Confeções Nordeste S.A. levantados em 31 de janeiro de 1980 e 1979 e as correspondentes demonstrações do resultado, do movimento do patrimônio líquido e da origem e aplicação de recursos do exercício findo em 31 de janeiro de 1980 e do período de treze meses findo em 31 de janeiro de 1979. Efetuamos nossos exames consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras são fidedignas demonstrações da posição financeira da Alpargatas Confeções Nordeste S.A. em 31 de janeiro de 1980 e 1979, do resultado das operações, do movimento do patrimônio líquido e da origem e aplicação de recursos do exercício findo em 31 de janeiro de 1980 e do período de treze meses findo em 31 de janeiro de 1979, de conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos e consistentemente aplicados.

Natal, 5 de março de 1980

PRICE WATERHOUSE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC - SP - 160 - "S" - RN

MARCOS JOSÉ DE ALMEIDA LINS
Contador - CRC - PE - 5.251 - "S" - RN

A PREFEITURA DE NATAL VAI DISCIPLINAR O USO DO SOLO URBANO

Legalizar posses de terrenos foreiros do município, fiscalizar e controlar as construções, promover o zoneamento urbano, são algumas das medidas anunciadas pela PMN.

A Prefeitura vai legalizar 4.500 terrenos de posseiros na área urbana da cidade, estabelecendo, todavia, certas condições para essa legalização. Os desmembramentos, no momento não são permitidos, somente o serão após a aprovação do Novo Plano Diretor, em elaboração, que vai possibilitar, através de normas específicas, maior controle e vigilância de terrenos e construções urbanas, ao mesmo tempo em que disciplina, de modo correto, as punições aos infratores, agindo nesses casos com rigor.

LEGALIZAÇÃO DE POSSE — Um grave problema vem se espalhando por diversos logradouros da cidade e desafiando os poderes públicos durante o correr dos anos; a posse de terrenos públicos, visando legalizar a situação desses posseiros perante a Prefeitura, o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral Manoel Pereira dos Santos, após estudos realizados em sua Secretaria decidiu que a legalização dessas posses por parte da Prefeitura seria uma solução para se tentar resolver um grave problema social. Assim, depois de aprovação pelo Prefeito, ficou estabelecida que serão legalizados a partir de agosto, 4.500 terrenos de posseiros, localizados nos bairros das Rocas, Santos Reis, Mãe Luiza e nas favelas do Japão e China.



O objetivo da nova disciplina, segundo Manuel Pereira, secretário de Planejamento da PMN é melhorar as condições de habitação, preservando as condições ecológicas.

Para a concessão da legalização e consequente expedição da Carta de Aforamento ficou estabelecido que os critérios para a concessão seriam: a) proprietário não possuir outro imóvel; b) residir no imóvel; c) não possui renda superior a 3 salários mínimos; d) o terreno ser de propriedade do Município.

DESMEMBRAMENTO URBANO — O problema surgido com relação aos desmembramentos de terrenos urbanos, somente será resolvido após a aprovação do seu Novo Plano Di-

retor. O principal impecílio para que os desmembramentos não sejam concedidos, diz respeito a metragem padrão que se está adotando em relação a dimensão do terreno, quando o lote terá que ter como dimensões mínimas 15x30m ao invés de 5x12m estabelecido no momento. Não existe, a rigor, uma proibição por parte da Prefeitura, no desmembramento de terrenos urbanos, apenas estão sendo feitas essas exigências, até que o novo plano diretor entre em vigor.

NOVO PLANO DIRETOR — O zoneamento da cidade é considerado como fator importante para a utilização do solo urbano. Segundo afirma o Secretário de Planejamento do Município, Manoel Pereira, no momento a sua Secretaria (SEMPLA) está procurando regulamentar a lei nº. 2.211 do Plano Diretor da Cidade: *“Para a utilização do solo urbano adotaremos alguns critérios básicos funcionais, dando à cidade condições para um funcionamento adequado em seu índice de crescimento. A vocação natural da cidade e as características de ocupação já existentes, também serão estudadas minuciosamente, procurando criar uma nova filosofia de unidade de vizinhança. Tudo isso, procurando garantir a qualidade da vida da população, melhorando as condições de habitabilidade e ao mesmo tempo, preservando as condições ecológicas”*.

A propósito do Novo Plano Diretor, o engenheiro José Walter de Carvalho, membro da diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil e presidente da construtora CERTA (Construções Cíveis e Industriais Ltda.), tem importantes considerações a fazer, como elemento que vive o dia-a-dia do mercado imobiliário, sentindo os seus principais problemas.

Para ele, a cidade viveu, em passado recente, à mercê de vários “planos diretores” que regulamentavam, imperfeitamente, o uso do solo e sua destinação. *“Estes planos*

empíricos e caducos, quando aplicados para analisar casos semelhantes, quase sempre geravam tratamento diferenciados, confundindo assim o investidor e criando uma deterioração urbana, pelo uso indiscriminado do solo".

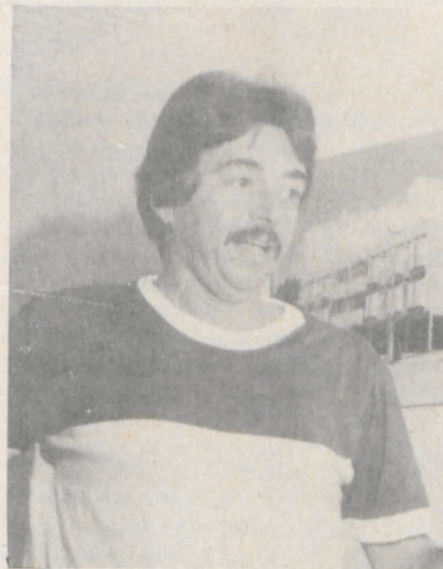
A necessidade de novos parâmetros que disciplinassem a cidade sob o ponto de vista urbanístico, exigiu a elaboração de um novo Plano Diretor de Organização Territorial, no momento em execução por uma equipe dirigida pelo arquiteto Moacir Gomes da Costa.

Na opinião do arquiteto executor do novo plano, ele surgirá como elemento disciplinador do uso do solo e sua ocupação, fornecendo aos empresários do ramo imobiliário, os subsídios necessários para se apoiarem em fontes que indiquem as viabilidades econômicas dos seus projetos.

Para alcançar este objetivo o novo plano diretor deverá conter em seu bojo, elementos que solucionem alguns casos existentes que merecem especial atenção e vêm provocando no momento uma certa celeuma em virtude do seu não disciplinamento.

Entre os maiores problemas, José Walter enumera alguns que ele considera de importância fundamental:

- 1) *a orla marítima, no trecho compreendido entre a ladeira do sol e a praia do forte.* Explica José Walter que ali, os terrenos, face aos limites determina-^{dos} pela SEMPLA, ou estão abandonados, ou então possuem construções de pequeno porte.
- 2) *O aforamento ou invasão por particulares de áreas destinadas nos projetos originais, à praças e jardins, com destinação pública. Os casos já registrados, mostram que a Prefeitura não possui outros elementos para impedir tais fatos, a não ser punir os infratores, além da indenização pelas benfeitorias.*
- 3) *O crescimento urbano desordenado, protagonizado por conjuntos habitacionais de interesse social du-*



José Walter, dirigente do Sindicato da Indústria da Construção Civil, os planos diretores sempre foram empíricos e caducos.

vidoso, desprovidos de parques e jardins e sem a menor infra-estrutura, que possibilite a melhoria da vida das categorias sociais a que se destinam.

Até que o novo plano seja aprovado pela Câmara Municipal de Natal e sancionado pelo Prefeito, deverá aos poucos ser implantado, e suas diretrizes serão exigíveis para todos os projetos a serem apreciados pela SEMPLA, a fim de abreviar a sua aplicação definitiva, que é de interesse de todos.

FISCALIZAÇÃO — Apesar da Prefeitura agir com rigor, ditando uma série de proibições com referência à construções e reformas, a maioria dessas proibições são violadas, e o infrator fica impune, pois no atual plano diretor, não existe estabelecida punibilidade expressa contra os infratores de suas normas.

A informação do Secretário do Planejamento é de que a Prefeitura mantém um sistema de fiscalização ativo e que exerce funções baseado em normas definidas pelo Plano Diretor atual, esperando, contudo, que, com a regulamentação que será posta

em prática pelo novo plano em elaboração, a fiscalização será facilitada com definições claras em torno do assunto.

APROVAÇÃO — No Plano Diretor atual, a Prefeitura, para aprovar um projeto de construção, exige que o proprietário apresente, alguns documentos: Título de propriedade do terreno (escritura), certidão negativa municipal, e projeto técnico assinado por profissionais habilitado e devidamente aprovado pelo CREA — Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Segundo o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, as maiores dificuldades encontradas pela sua Secretaria, reside especificamente na apresentação, pelos interessados, de projetos inadequados, fugindo as normas estabelecidas pela SEMPLA e algumas vezes efeitos por pessoas sem os conhecimentos técnicos adequados, e que, por conta dos erros contidos, obrigam a Secretaria de Planejamento a não permitir a sua aprovação. Entretanto, inadvertidamente, a maioria das pessoas, iniciam a construção no momento que dão entrada na documentação na Prefeitura, e isto é um erro, pois estando o projeto tecnicamente imperfeito, não será o mesmo aprovado e a construção terá que ser embargada, sujeitando ao construtor a pagar multas nadas partes da obra, já construídas antes da aprovação do projeto. da aprovação do projeto.

“E preciso que exista uma conscientização das pessoas que vão construir para que somente iniciem sua construção após ter seu projeto aprovado pela SEMPLA, e assim mesmo, tendo o cuidado de não permitir que seja processada qualquer modificação no projeto original aprovado, sob pena de cometer infrações, que com o novo Plano Diretor, serão aplicadas penas com maior rigor, para evitar que as normas sejam violadas e o infrator fique impune”, finalizou o Secretário de Planejamento.

A cidade hortigranjeira

• O *index* do RN/Econômico é diferente do que o governo pretende adotar para quem fôr contra suas iniciativas. Registraremos todas as iniciativas contrárias aos interesses sócio-econômicos do Estado.

No nosso *index* já catalogamos: a RIOMETAL, o Distrito Industrial, o CETRECON, a revogação de preferência às empresas locais nas licitações promovidas pelo serviço público estadual, o bloqueio de verbas à Universidade Regional do Rio Grande do Norte (Mossoró), sem contar com a visível prioridade dos fatos político-partidários sobre a condução dos negócios administrativos do Estado.

Agora nos vem a informação de que um dos três grandes projetos da atual administração estadual (os outros seriam a Riometal e o Distrito Industrial - o primeiro torpedeado pelo bom senso da comunidade e o segundo frustrado ainda no nascedouro) estaria num impasse. Trata-se da Cidade Hortigranjeira, o cinturão verde que abasteceria Natal de legumes e verduras. O problema que está sendo detectado pelos executores do projeto é que o nível de fertilidade dos terrenos é quase zero. Quer dizer que aquele alvoroço divulgado pelos jornais, segundo o qual os técnicos do governo estavam preocupados em localizar uma terra que favorecesse o tipo de cultura agrícola objetivado pelo projeto, era só

brincadeira? E quanto custou essa brincadeira aos cofres públicos - ao nosso *dinheiro?* e quanto custará corrigir o desacerto?

A verdade é que, mesmo que todas as andorinhas de Acari nos fizessem o favor de depositar seus excrementos no território da cidade hortigranjeira, o governo ainda precisaria comprar toneladas e mais toneladas de adubos para que os natalenses provassem do gosto de tomates, pimentões e coentros oriundos do projeto oficial. Se nos permitissem vender a notícia pelo preço da fatura, corre o boato que uma das empresas consultoras é também fornecedora de adubos. Pode e deve ser intriga. Não é possível esse nível de irresponsabilidade no trato dos negócios públicos. E temos absoluta convicção da idoneidade moral do governador Lavoisier Maia. Mas, segundo ficou provado em administração passada, a simples e grandiosa virtude de ser honesto, não isenta o governante de responsabilidade. Tal indulgência é tida como condescendência. Considerando que no caso da RIOMETAL o governador alegou desconhecimento das negociações, é bem possível que nesse caso ele também esteja alheado. Talvez por isso, nos assiste o direito de indagar quem estaria tomando as iniciativas do governo, sem o conhecimento e até contra vontade do senhor governador.

Respostas devem ser endereçadas a RN/Econômico, à coluna OLHO VIVO.

Cultura

Pedro Simões, advogado, Professor do Curso de Direito da UFRN conseguiu um feito que parecia impossível no Estado do Rio Grande do Norte: vendeu (*vendeu* mesmo) mil exemplares de sua obra em menos de dois meses. O recorde não se deve à quantidade de livros, nem ao tempo consumido mas ao caráter da obra. *Salário e Bem Estar Social* trata de economia política e quase não teve divulgação. O sistema de vendas foi desenvolvido a partir da adesão de inúmeros amigos ao sistema de distribuição: cada amigo ficava com uma certa quantidade de livros e se encarregava de vendê-los a conhecidos. O autor nos informa que recebeu críticas elogiosas pelo seu trabalho, inclusive de estudiosos de outros estados, e que pretende reeditá-lo ainda este ano.

O livro é encontrado nas Livrarias Opção, Universitária, Clima e Cooperativa Cultural da UFRN.

• O Rio Grande do Norte precisa conhecer Jorge Fernandes, sob pena de morrer sem conhecer a poesia em arte maior. Jorge Fernandes integrou o movimento modernista brasileiro e seus poemas guardam estreitíssima relação com as coisas do Estado. Têm a ver com o pitoresco, com o regional, com a herança buliçosa, sensual e lírica dos tropicais. A Fundação José Augusto editou "Poemas" e num exemplar de ano passado da revista Tempo Universitário, da UFRN descobrimos artigos de Eulício Farias e Protásio Melo enfocando aspectos diversos da obra do poeta.

impróprio para funcionários

• RN/Econômico está agora no *index* das publicações *desaconselhadas* pelo governo estadual. Depois de circular a edição de abril, as repartições estaduais em funcionamento no Centro Administrativo, por exemplo, receberam uma *sugestão* palaciana mandando suspender assinatura da revista, proibindo a renovação bem como a circulação de qualquer exemplar em dependências do serviço público estadual. A informação foi prestada por uma leitora do RN/Econômico que trabalha no gabinete de uma das secretarias localizadas no Centro Administrativo.

Conclusão: essa mesma informante nos dá conta que, imediatamente após a ciência do ato proibitório, surgiram, misteriosamente, dezenas de exemplares da revista - devidamente camuflados. A circulação aumentou, claro. Todo mundo queria saber *o por quê* da proibição.



É como costuma dizer o Conselheiro Avelino: o que seria desejável era que os homens públicos imitassem a grandeza do *elefante* (a forma do mapa do RN), nunca porém sua sutileza, isto é, nenhuma.

Muito elogiado o trabalho do professor Franmarques, de Recife, no Curso de Pintura promovido pela Fundação José Augusto. O Curso tem duração de um mês e será concluído no princípio de junho. Aos participantes será concedido um Certificado, depois da aplicação de uma avaliação que constará da produção de uma tela com um tema escolhido pelo professor.

Além da iniciação teórica, o Curso teve - principalmente - aulas técnicas, audiovisuais e uma série de projeções cinematográficas sobre obras famosas.

Strogonoff de feijão

• O colorido dos partidos políticos lembra muito aquela estória do personagem que comprou um candelabro de prata e, em casa, descobriu que a mercadoria era feita de metal vulgar, pintada de cor prateada.

Reclamando do vendedor, este se defendeu alegando que não havia sido esclarecido se a mercadoria era produzida a partir da prata ou apenas de cor prata. Até hoje discutem semântica e intenções ...

O que representam os atuais partidos? Alguém já verificou se são de prata, ou apenas pintados com cor prateada?

Há sustentação ideológica, partindo-se dos programas que defendem, ou são apenas um aglomerado de pessoas que buscam uma legenda partidária que dê legitimidade aos postos eletivos? Vamos a alguns fatos.

O deputado Luiz Antônio (ex-ARENA, ex-PDS) segundo se anuncia, irá para o PTB que por sua vez nasceu como produto espúrio da desunião entre Brizola e Ivete Vargas; Carlos Alberto (ex-MDB/verde, ex-MDB/autêntico) foi para o PTB. Depois da derrota do TSE *iria* para o PTD e agora não se sabe se a conveniência o empurrará para o mesmo PTB ou para outras placas; o deputado federal Pedro Lucena (ex-MDB/verde, ex-MDB/autêntico) fazia inscrever nas caixas de fósforos da campanha para deputado federal (uma caixinha *dourada*, por sinal) que tinha um partido - o MDB - e dele jamais se afastaria, certamente recordando ao eleitorado a mudança de Aluizio Alves. Mudou. Está de pazes e aliança feita com o mesmo Aluizio, no PP; Aluizio Alves, (ex-ARENA, ex-MDB, ex- "sistema de forças que elegeu o senador Jessé Freire") está no PP. Cassado pela Revolução de 64, fato que teve uma ação tão traumatizante sobre todos os seus parentes políticos e sobre seus adeptos, uniu-se ao esquema governista (leia-se revolucionário) para eleger o senador Jessé. Continuando a adesão com os então inimigos políticos participou do atual governo, indicando vários secretários.

Agora, faz uma oposição conveniente, apenas para os efeitos retóricos de seus inflamados discursos.

Nesse strogonoff provinciano - de feijão - apenas os governistas se mantêm coerentes: Dinarte sempre foi governo e não abre, idem os Maia (Tarcisio e Lavoisier), idem os Rosados.

Núcleo de juristas

• Dois professores do Curso de Direito da UFRN, *Carlos Roberto de Miranda Gomes e Adilson Gurgel*, divulgaram um manifesto conclamando professores e alunos do referido Curso a se associarem ao NEJUR Núcleo de Estudos Jurídicos, sociedade civil em constituição, objetivando, dentre outras propostas, dar forma legal aos pleitos que visem ao crescimento econômico

-social do nosso Estado, assim como formular estudos e pareceres sobre temas jurídicos controvertidos.

De iniciativa do próprio NEJUR — embora ainda não constituído oficialmente - foi publicada uma tese do Professor Carlos Gomes sob o título "A legitimação adotiva e o filho superveniente", um tema de vasto e oportuno alcance social.

A contar pelo número de adesões ao NEJUR, a iniciativa já prenuncia sucesso absoluto ... com ampla margem de vantagem para a UFRN.

Camera rápida



• Luiz Eduardo Costa, na Secretaria de Educação, agradou gregos e troianos. É um excelente nome, de reconhecida competência e um administrador aberto ao diálogo. Na reviravolta do secretariado do governo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues seria um dos titulares da nova composição Maia/Rosado. Vamos conferir.

Na hora em que o governo estadual pretende reencontrar sua vocação administrativa e realinhar uma série de políticas, um nome se afirma como provável sucessor de Ezequias Pegado, na Secretaria de Planejamento: Roosevelt Garcia. O nome tem trânsito livre em todas as áreas, principalmente no empresariado, e já assumiria com o handicap indiscutível do excelente trabalho desenvolvido na Secretaria das Finanças do município e pelo fato de ser um dos mais competentes teóricos de Desenvolvimento econômico do Estado.

Lajes está sem água para consumo. O açude do Saneamento, que abastecia a cidade, secou. Os moradores trazem água de Açú até de carroça. A seca castiga sem piedade o Estado do Rio Grande do Norte.

Enquanto a seca devasta o RN, a fatura bate em outras partes mais nobres. A residência oficial do governo, projetada para custar 20 milhões de cruzeiros há dois anos atrás, está atualmente orçada em 50 milhões de cruzeiros. A obra prossegue em ritmo acelerado, apesar da seca e até *por causa* da seca. A proximidade do mar atlântico compensará o chefe do executivo estadual de tanta paisagem desoladora.

A via costeira, "caminho", de acesso à residência governamental, também se desdobra em ritmo intensivo. Por ora, está orçada em mais de 100 milhões de cruzeiros, duas vezes o valor da casa oficial do governo do Estado.

Quantas providências poderiam ser adotadas com a cifra bastante elevada - em termos de RN - de 150 milhões de cruzeiros? Respostas ao encargo das populações rurais e periferias urbanas.

O vice-governador Geraldo José de Melo propôs ao governador o afastamento temporário do encargo de consultas para decisões políticas, sob alegação de que precisava tratar de interesses de sua empresa.

**NOVO OU USADO, BASTA
ESCOLHER A MARCA. DEPOIS
VENHA BUSCAR O SEU CARRO
EM DUAUTO VEÍCULOS.**

**Carros novos
de todas as marcas
com garantia de fábrica. O seu
carro usado serve como entrada!**



FIAT



Mercedes-Benz



Um passo à frente



Foi feito para você



d/duauto veículos ltda.

O salão nobre do automóvel.

Presidente Bandeira, 1240 Lagoa Seca.

Peças e equipamentos para o seu carro você encontra em
DUAUTO EQUIPADORA — PEÇAS E ACCESSÓRIOS
Pneus Good Year para todos os tipos de veículos procure em
DUAUTO PNEUS

IMÓVEIS

A HORA E A VEZ DOS LOTEAMENTOS

Em função da retração de crédito, o mercado de venda de casas está em baixa. Os planos de loteamento talvez em função do pequeno desembolso mensal se apresentam como a melhor oferta de venda de imóvel.



O presidente do CRECI, Francisco Ribeiro acha legal o sistema de "transferência de chaves".



Eduardo Câmara, de Kontato Imóveis "nossa especialidade são os loteamentos".

O poder aquisitivo do povo a cada dia se esvazia mais e a cada aumento de produtos de consumo, agora ocorrendo quase que diariamente, o natalense de classe média vive dias dramáticos. No setor imobiliário, as empresas corretoras começam a se revelar como uma das partes mais ressentidas. Natal possui cerca de 45 corretoras legalmente constituídas, afora os corretores, registrados no CRECI — Conselho Regional de Corretores Imobiliários - como pessoas físicas -, que chegam a 400.

Na opinião de alguns empresários a coisa está preta e chegam a profetizar que, a continuar assim, teremos o desprazer de constatar o fechamento de muitas imobiliárias, dentre em breve.

Para Francisco Ribeiro, no entanto, presidente do CRECI, o mercado está em ascensão, principalmente com a medida do governo federal, melhorando a política de captação de recursos do BNH. E acrescenta: "hoje o BNH, está financiando até 80% para compra de terreno".

Seu filho, Francisco Marcos Ribeiro Alves, sócio Gerente da empresa imobiliária Novo Rumo, Empreendimentos Imobiliários Ltda., acha até, que a inflação está favorecendo, no setor imobiliário principalmente a classe de renda média, de orçamento limitado, pois para ela a compra de terreno representa um investimento certo e de lucro garantido.

Segundo ele esse pessoal está conseguindo conciliar dentro de seus orçamentos domésticos, uma parcela pequena para investir.

De opinião mais simplista, Eduardo Luiz Dantas Câmara, sócio gerente de Kontato Imóveis Ltda., diz que a falta de dinheiro é grande e como no setor residencial a coisa não vai bem, nós estamos nos especializando mais em loteamentos". E aduz: "porque neste plano a valorização está muito boa e o mercado está bom". Em Bezerra Imóveis, Imobiliária Ltda, na opinião de Arruda de Aquino - gerente financeiro - a constatação do esfriamento não pode ser disfarçada. E ele reflete este seu pensamento como opinião pessoal.

PODER AQUISITIVO — O poder aquisitivo do natalense está sendo considerado muito baixo pelas empresas imobiliárias que consideram de classe média o assalariado de Cr\$ 15 a Cr\$ 20 mil. Partindo dessa faixa de rendimento familiar, a maior procura verificada nas imobiliárias por aluguéis de residências se situa na sua maioria entre Cr\$ 3 mil e Cr\$ 6 mil. Venda de casas, que há dez anos era o forte das imobiliárias, chegava a um resultado mensal de 10 unidades vendidas num mês, hoje a média caiu para uma casa. Essa retração encontra justificativa nos preços de imóveis que se tornaram imoderadamente altos. Hoje uma casa normal está na ordem de Cr\$ 1 milhão.

VALORIZAÇÃO GRANDE — Apesar de ser verificado um poder aquisitivo muito baixo, a valorização imobiliária continua crescendo.

Os percentuais de aumento de custo de vida, o aumento de combustível, principalmente a gasolina e de gêneros alimentícios básicos são fatores marcantes da inflação, ultimamente.

Por sua vez uma chave de casa de qualquer conjunto, em Natal, tem subido de preço assustadoramente.

O conjunto de Ponta Negra, cujas prestações do BNH, são as mais elevadas, já verificadas em conjuntos re-

sidenciais construídos em Natal, tem sido objeto de curiosidade o número de casas desocupadas. O fator decisivo no abandono das casas, tem sido o preço da gasolina. Para se ter uma idéia, quem mora em Ponta Negra e trabalha no Centro da cidade, dispondo de condução própria, está gastando em média Cr\$ 12 mil para casas de prestação de até Cr\$ 4 mil. Nas imobiliárias o que mais se constata é o número muito alto de casas para alugar no Conjunto Ponta Negra. "Se continuar assim, do jeito que vai, são poucas as imobiliárias que vão escapar", - diz Eduardo Câmara, Sócio gerente de Kontato Imóveis: "nossa idéia agora é partir para loteamentos". Neste setor conta Eduardo que vai muito bem com os sucessos obtidos com dois grandes loteamentos: O Novo Horizonte, com todos os lotes vendidos isso em torno de Cr\$ 16 mil cada e o Vale das Cascatas, em Pium.

Francisco Marcos Ribeiro da Novo Rumo, é de mesma opinião de Eduardo Câmara e está partindo para loteamentos nos municípios como de Eduardo Gomes, São Gonçalo do Amarante e etc. Na opinião de Arruda de Aquino, de Bezerra Imóveis, todo o negócio é bom, se bem administrado, e hoje "de qualquer coisa se vive e é meio e vida, só não é grande negócio o aluguel de casa". E conclui: "o negócio são as empresas imobiliárias partirem para o mercado de loteamento".

COMO ANDAM OS NEGÓCIOS
— Para alguns corretores os negócios imobiliários estão muito diferentes do que há um ano atrás. A especulação imobiliária atingia em 1979 expressões assustadoras e níveis intoleráveis. A venda da chave por exemplo ainda continua prevalecendo como uma operação comercial legal e por isso mesmo é feita publicamente, através de anúncios de

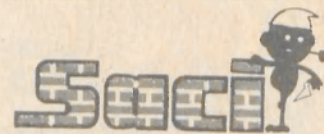


Os adquirentes de baixa renda são exatamente os que mantém em dia suas obrigações, afirma Fco. Marcos Ribeiro, da Novo Rumo.

folhas de jornais inteiras com centenas de chaves oferecidas a títulos de transferência. Este é um seguimento alimentado pelo Sistema Financeiro do BNH. O presidente do CRECI, Francisco Ribeiro, acha perfeitamente legal esse procedimento, uma vez que muitos dos mutuários passam a chave sem visar lucros e sim por um preço correspondente as prestações pagas até o momento da transferência.

Esse tipo de negócio tende a aumentar com o mercado de preço das chaves reativado a partir da flutuação de unidades do conjunto Ponta Negra, preteridas, dados os constantes aumentos da gasolina e sua distância do centro de Natal. Quanto aos preços, ainda continuam altos e é por esta razão, pontifica Eduardo Câmara, que "as vendas caíram".

Apesar da queda de vendas e das leis de mercado, agora observadas pelo Conselho de Corretores, há



**mostra porque
está sempre
na vanguarda.**



Quem constrói em Natal desde 1962, conhece muito bem a SACI. Porque a SACI está sempre na vanguarda, revendendo os melhores materiais de construção produzidos no RN ou no País.



Além disso, a SACI não é somente uma loja de alto nível. É também uma indústria, produzindo lajes pré-moldadas, combogós, mosaicos e artefatos de cimento em geral.



**Pensou em construir
Pensou na SACI.**



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

ainda uma supervalorização na oferta de preços se comparados aos do ano passado. Em abril de 79 uma casa tipo "c" no conjunto Ponta Negra custava cerca de Cr\$ 40 mil, atualmente uma casa do mesmo tipo e no mesmo conjunto está custando o dobro, Cr\$ 80 mil e até o triplo. Dos outros tipos A e B, os preços variam entre Cr\$ 150 e Cr\$ 200 mil. As prestações de uma casa no mesmo conjunto estão oscilando em torno de Cr\$ 3 a 6 mil dependendo do tipo e das benfeitorias. E é bom salientar, como frisa Arruda Aguiar de Bezerra Imóveis que tem mutuários alugando pela metade do preço e consignando o restante da prestação com o BNH. Um detalhe curioso é o de que com o aumento ou reajuste da ORTN agora em julho, uma prestação que custa atualmente Cr\$ 3.600 passa para Cr\$ 5.225. Com esse reajuste, temido pelas imobiliárias esperam os "experts" do ramo um esvaziamento muito grande o que poderá acarretar a saída do mercado de algumas imobiliárias pouco estruturadas financeiramente.

CRECI FISCALIZA — O Conselho Regional dos Corretores da 17ª. Região (RN), foi fundado com o intuito de legalizar a profissão de corretor e dar amparo legal aos seus filiados inscritos. Com ele a clandestinidade tem sido controlada e métodos rígidos estão sendo adotados aos que abusam e negociam imóveis sem o registro de habilitação. Diz Francisco Ribeiro que a Lei 6.530 de dezembro de 75, deu autonomia e legalizou 450 corretores entre pessoas físicas e jurídicas.

A SAÍDA DAS IMOBILIÁRIAS — Face ao esfriamento evidenciado nos últimos meses nos movimentos e negócios das empresas no setor de casas para venda e aluguel as



Arruda de Aquino, de Bezerra Imóveis acha que todo negócio imobiliário é bom, desde que bem administrado.

empresas imobiliárias de Natal, estão partindo maciçamente para o sistema de loteamento de terras. Como Natal já se encontra uma colcha de retalhos, estão partindoções". Eduardo Câmara, compartilhados da Grande Natal. Novo Rumo Empreendimentos Imobiliários, por exemplo já se definiu nos seus negócios e opera basicamente com terrenos e loteamentos. Tem loteamentos em Eduardo Gomes, São Gonçalo. Diz Francisco Marcos, que os compradores são sempre pessoas de poder aquisitivo médio a baixo e arremata, "são esses que pagam sempre em dia suas obrigações". Eduardo Câmara, compartilha da mesma filosofia e diz que vai se especializar em loteamento e como considera Natal um pouco saturado neste ramo, seu mercado comprador fica entre Currais Novos e Caicó e diz: "lá vendo todos".

BOMBAS SUBMERSAS
PARA FAZENDAS, INDÚSTRIAS
E RESIDÊNCIAS
e com **CYRO CAVALCANTI**



ÁGUA
DE ONDE
ESTIVER
PARA ONDE
VOCÊ
QUISER

- VENDAS
- INSTALAÇÃO
- PERFURAÇÃO
- ASSISTÊNCIA

CYRO CAVALCANTI
Av. Duque de Caxias, 170 - Fone 222.7072, 222.2234
Ribeira Natal

A ARRANCADA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Limítrofe com a cidade de Natal, o município de São Gonçalo do Amarante tem se revelado auto-sustentável pelas suas largas possibilidades de captação de ICM e outros tributos. Sua jurisdição engloba vários distritos e povoados, destacando-se na parte de arrecadação os povoados de Jardim Lola e do Gancho, onde funcionam indústrias do complexo têxtil da UEB. Só esta fonte de arrecadação representa um repasse da ordem de 60% do total das receitas da Prefeitura, que ano passado atingiram a marca de Cr\$ 18 milhões, quando a previsão era de somente Cr\$ 13 milhões. Vale destacar que para atingir esta faixa de arrecadação, um trabalho obstinado foi empreendido pelo atual prefeito Hamilton Rodrigues Santiago, que embora seja nascido na cidade de Taipú, luta ombro-a-ombro com os habitantes locais, desde a década de 60, quando passou a gerenciar a cerâmica de Santo Antônio do Potengy, de propriedade do seu amigo Aldo Barreto.

Antes de entrar para a vida pública, Hamilton ajudou muitos amigos em campanhas eleitorais. E foi partindo deste trabalho que ele foi conquistando a confiança da população de São Gonçalo, um município que conta hoje com cerca de 22 mil habitantes. Num pleito renhido, onde teve como principal opositora a senhora Hélia de Barros, Hamilton conseguiu se eleger prefeito, por uma diferença expressiva de 777 votos, nas eleições de 1977. Foi essa sua primeira participação direta na política, vinculado ao antigo MDB. Sua meta, no momento, é continuar com o trabalho que vem desenvolvendo e, com relação ao futuro fazer o seu sucessor, afirmando:

“Quanto a mim, acho muito cedo ainda para qualquer pronunciamen-

to a respeito de nova candidatura. Só no momento certo é que decidirei continuar ou não na política. Se isto vier a ocorrer, de preferência filiado ao Partido Popular. do qual já recebi convite para candidatar-me a deputado estadual. No momento oportuno consultarei as bases políticas que ajudaram na minha campanha, para escolha de um candidato à minha sucessão. A partir daí poderemos chegar a um denominador comum em torno de uma candidatura de representação popular do município na Assembléia Legislativa, que reúna todas as tendências populares, a qual poderá recair no meu nome ou no de qualquer outro companheiro. Desde que, reúna o apoio da direção estadual do PP, do povo e dos companheiros de partido. poderei pensar no assunto”.



Com 46 anos e jovem na política, o prefeito Hamilton Santiago tem se revelado um habilidoso homem público, evitando os conflitos com as facções contrárias à sua administração. Graças a esse seu método, São Gonçalo do Amarante despertou agora para o progresso. Do Governo Lavoisier Maia, tem recebido apoio e incentivo. Em função da prosperidade industrial da região, com o complexo UEB dos povoados de Jardim Lola e do Gancho e mais as várias cerâmicas instaladas em localidades possuidoras de um solo barrento, rico em liga calcária, a região caracterizou-se por uma maior vocação ceramista. Essas indústrias todas, reunidas, formam o suporte econômico do município. Hamilton se orgulha das possibilidades de São Gonçalo e está sempre atento a colabo-

rar com o seu progresso. Para isto, conta com uma equipe de auxiliares administrativos capazes, sempre dispostos a ajudá-lo.

EDUCAÇÃO — Entre as metas de sua administração, Hamilton tem dando muita ênfase à Educação, à Saúde e ao Bem-Estar. Em primeiro lugar, e a guisa de muito esforço, entre as primeiras realizações do seu governo podem ser destacados: a conclusão da Escola Municipal de 1º e 2º graus “D. Joaquim de Almeida”, obra que contribui para o aumento de espaços físicos para o ensino; a construção da Escola Municipal “Leonel Mesquita”, de 1º grau, no povoado do Rio da Prata; outra escola de 1º grau, construída em convênio com o PAEM, Escola “Luiz de França Lima”; no distrito de Genipapo, foi concluída a Escola Municipal de 1º grau “Monsenhor Walfredo Gurgel”; e, ainda no campo educacional, concluiu a restauração das escolas municipais dos povoados de Poço de Pedra, Guanduba e de Oiteiros. Além desses empreendimentos, o prefeito se preocupou com a situação das crianças pobres da região e implantou unidades do Projeto Casulo, em convênio com a LBA, sendo a Prefeitura responsável pela sua manutenção. Além deste convênio, a prefeitura mantém outros com o PAEM, MOBRRAL e Merenda Escolar, todos visando o desenvolvimento de Educação no Município.

SAÚDE — Nesta área, o prefeito Hamilton Santiago tem registrado para a região mais realizações do que as administrações anteriores. O abastecimento d'água dos distritos de Rego Muleiro, Santo Antônio do Potengi e da própria sede do Município, em convênio com a Fundação SESP, proporcionou aos moradores da região mais conforto e higiene. Paralelamente, atendendo aos anseios do povo, foi construído o Mini-Posto de Saúde “Maria Ezilda Santiago”, e foram instaladas fossas sépticas e lavan-

derias no Distrito de Santo Antônio do Potengi, com previsão de no segundo semestre deste ano serem construídas outras fossas sépticas na sede do Município. Para melhorar os serviços de assistência médica, a prefeitura providenciou a aquisição de uma ambulância tipo Caravan.

E, para concluir a precíua atuação de Hamilton nesta área foi dado início no começo deste ano, à construção do serviço autônomo de águas e esgotos de São Gonçalo do Amarante, onde irá funcionar o escritório do SESP local.

OBRAS — Larga atuação vem sendo desenvolvida no setor de bem-estar, com a finalidade de proporcionar mais interesse da gente local pelas coisas da terra. Em primeiro lugar, está a preocupação de dar melhor aspecto à cidade, melhorando suas ruas. E para isso foram pavimentadas as ruas Pio XII, José Mesquita, Poty Cavalcanti, Irmã Almeida e a Gonçalo Pinheiro. Em fase de pavimentação, em Santo Antônio do Potengi, estão as ruas São José e Santo Antônio.

O lazer tem sua presença viva dentro da comunidade e nada se compara com o trabalho desenvolvido pelo prefeito no tocante à melhoria urbanística da cidade. Para este ano, estão previstas a construção da Praça Pública de São Gonçalo; melhoramentos na fachada da cidade, providenciando-se na Rua principal a elevação de canteiros, assentamento de mosaicos, e a construção de uma estrutura de cimento armado, para colocação de um relógio público. Todos esses serviços têm contado, como fonte de financiamento, com os recursos próprios do município, e do Fundo de Participação. A implantação de um moderno sistema telefônico com Posto de Serviço da TELERN, é outra melhoria que merece ser destacada.

SERVIÇOS URBANOS — A limpeza pública e a estética da cidade

também estão na pauta das realizações do prefeito Hamilton Santiago. Para melhor execução desses serviços ele providenciou a aquisição de uma basculante para a coleta de lixo, além de manter uma equipe constante de pessoal no serviço de limpeza da cidade, com o que proporciona mais empregos à população. A energia também é outro aspecto importante da linha de realizações da prefeitura. Foram feitas eletrificações dos povoados e distritos de Rego Muleiro, Barreiros, Utinga, da Rua 31 de Março, Jardim Lola, e a eletrificação que parte do Gancho (próximo ao distrito de Igapó) ao conjunto Amarante, e uma estação secundária entre Genipapo e Poço de Pedras. As previsões de eletrificação para este ano reúnem aos distritos e povoados de Serrinha, Igreja Nova, Guanduba e Oiteiros.

No setor Rodoviário municipal, o prefeito se empenhou em dotar o município de boas estradas vicinais. Para isso construiu dois barreiros no distrito de Santo Antônio do Potengi, um em Coqueiros, quatro em Guanduba, dois em Utinga, dois em Alagadiço, dois em barro Duro, dois em Chã Moreno, dois em Taporá, dois em Rio da Prata, um em Catambueira, e um em Genipapo.

Fazendo parte do mesmo plano rodoviário, a prefeitura local, instalou Abrigos Rodoviários nas localidades de Igreja Nova, Bela Vista, Poço de Pedras, Genipapo, Guanduba, Santo Antônio do Potengi, conjunto Amarante, Gancho e Ponte de Igapó. Além disso, a administração tem dado assistência permanente na conservação das principais estradas e da sinalizadora rodoviária do município.

Esses serviços, considerados de vital importância para o desenvolvimento da região, têm provocado na gente de São Gonçalo ares de tranquilidade, segurança e confiança na administração municipal, personificada no prefeito Hamilton Santiago, um homem simples e amigo, permanentemente voltado para os problemas do povo.

OS ASSALARIADOS PRETENDEM CORREÇÕES COM O CUSTO DE VIDA

Os representantes das principais entidades de classe trabalhadora expõem suas dificuldades e suas pretensões.

Nem mesmo os reajustes salariais semestrais, decretados recentemente pelo Governo Federal vieram suprir ou repor o poder aquisitivo do assalariado. Por um lado, os aumentos concedidos estão bem longe de acompanhar o índice do custo de vida e, sob outro ângulo, observa-se as reclamações dos patrões queixando-se das dificuldades para reajustar o salário de seus funcionários semestralmente, alegando que o ônus em suas receitas não deixaria margem para o lucro. Controvertendo ainda mais o problema, está o fato de que o próprio Governo obriga às empresas privadas a tal determinação, mas, esquivando-se do compromisso perante ao funcionalismo público federal, seu empregado, deixando-o assim marginalizado.

Há dez anos observa-se que o salário real, de período a período, caiu substancialmente pelo fato dos reajustes terem sido concedidos a taxas inferiores ao aumento do custo de vida. Mesmo nos anos que a taxa foi igual (ou superior?) a esse aumento, não se pode afirmar que os trabalhadores foram favorecidos, pois o reajuste foi insuficiente para recuperar perdas passadas. Agora, com o advento do reajuste semestral, o mesmo comportamento vem se observando, e por sinal se agravando: percentuais continuam irrisórios e os patrões alegam ter dificuldade em pagá-las, em virtude de sua periodicidade.

LUCRO PEQUENO — Para o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, empregador, João Batista Ribeiro, "as atividades dos Postos de gasolina são controladas pelo Conselho Na-



"Os lucros são pequenos"
segundo João Batista Ribeiro,
presidente do Sindicato do
comércio Varejista de
Derivados de Petróleo.

cional do Petróleo. CNP. e os lucros são bastante pequenos

Embora não chegasse a afirmar que não pudesse reajustar semestralmente aos seus empregados (cerca de sessenta) João Batista diz que "o lucro ideal na venda de gasolina e óleo Diesel seria de 10%, mas está sendo somente de 6,7%. Com isso o lucro das empresas é irrisório, comparando-se às demais atividades que chegam, no mínimo, a 30%".

No Rio Grande do Norte existem 148 Revendedores de diversas Companhias que comercializam com derivados de petróleo, conforme explica o Presidente do sindicato da classe, e todos os associados, após os reajustes semestrais, estão sofrendo na pele as consequências da determinação Federal. "O reajuste semestral antecipou nosso aperto", asseverou.

Indagado se os Revendedores não recebiam nenhum incentivo ou subsídio para trabalhar para as Companhias (Shell, Atlantic, Esso), João Batista explicou que: "Recebemos comissões sobre as vendas dos derivados de petróleo. Essas comissões são destinadas para capital de giro, da nossa empresa, pagamento do PIS, lucros, como também a cobertura salarial dos funcionários. Mas o fato é que as comissões só chegam às nossas mãos bem depois de termos pagos os reajustes semestrais".

Procurando sempre mostrar dados concretos indicativos dos pequenos lucros, João Batista finalizou dizendo que "existe também o problema da evaporação. O CNP tolera até 0,6% mas na realidade é bem mais do que isto, o que representa prejuízo para os revendedores".

O Sindicato do Comércio Varejista de Petróleo, tentando compensar as constantes perdas e os baixos lucros que têm os revendedores, vem junto à sua Federação lutando perante ao CNP equacionar o problema, principalmente no que concerne à cobertura salarial.

O COMÉRCIO — Soam afirmações (e não acusações) que as melhores e mais suntuosas mansões de Natal pertencem aos nossos comerciantes. Segundo essa opinião, esses empregadores, na grande maioria, mantêm-se insensíveis em relação às reivindicações e problemas dos seus empregados, limitando-se tão somente a pagar-lhes salários aviltantes. Afirmando os comerciantes que os patrões exigem muito e pagam pouco.

Bastante exaltado, um comerciante que preferiu o anonimato esbravejou para o repórter dizendo que a categoria a qual está vinculada é a mais aviltada de todas as profissões. Essas considerações foram feitas segundo este raciocínio: "Um comerciante tem, no mínimo, que apanhar quatro transportes coletivos por dia, pois é muito remota a possibilidade de levar marmitta para o local de trabalho. Tem que andar bem trajado para angariar a simpatia do patrão e, principalmente dos clientes. Se termina o horário do expediente e

tiver alguém na loja. o comerciário não pode sair. Tudo isso a troco de quê? A troco de ninharia!

Fazendo considerações a respeito destas afirmações, o Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio, Genival Inocência Penha, diz que "o dia-a-dia do comerciário é tão precário como os das demais categorias". Na sua opinião, o salário pago aos comerciários está bem aquém da realidade regional.

Atualmente a categoria comercial congrega no Estado em torno de 30 mil empregados, embora apenas 4 mil sejam sindicalizados. Essas pessoas percebem o chamado "salário convenção" que até 1º de abril foi de Cr\$ 2.460,00 e que agora está em torno de Cr\$ 3.500,00, isto para os novatos na profissão.

SÃO COMMISSIONISTAS — Mesmo afirmando que os "comerciários são mal assalariados", Genival Inocência fez questão de frisar que a maioria da categoria é comissionista, o que lhe garante um salário oscilante de Cr\$ 6 a Cr\$ 7 mil cruzeiros por mês.

Em relação ao reajuste semestral, diz o Presidente do Sindicato em apreço que "a determinação amenizou um pouco a situação, mas em contra partida não houve medida de contenção do custo de vida". Afirmou também que o Sindicato aguarda convocação na Delegacia do Trabalho para dialogar com empregadores um aumento de 65% sobre o salário pago em novembro, mais 5% de quinquênio e gratificações. Desta forma, o comerciário viria a perceber mensalmente em torno de Cr\$ 5 mil. Embora diga "esperar a compreensão dos patrões", Genival deixou transparecer improvável a aceitação da proposta do Sindicato.

FUNCIONALISMO PÚBLICO — "O Governo, através da Lei 6.708 de 30 de outubro de 1979 obrigou indiscriminadamente às Empresas privadas reajustarem semestralmente aos seus funcionários, mas, em contra partida esquivou-se da responsabilidade perante seus empregados que são os funcionários públicos, deixando-os margina-



Genival Inocência, presidente do Sind. dos Empregados do comércio: "comerciários são mal assalariados".

lizados. A grande maioria deles são casados e detém em média 20 a 30 anos de serviço, percebendo salários irrisórios, além de não gozarem de outros direitos trabalhistas como 13º mês, incentivos funcionais, etc". Com estas colocações iniciais, Francisco de Assis Rocha Cavalcante, Presidente da Federação dos Servidores Públicos do RN, acredita que fica bem esclarecido o tratamento diferenciado para o servidor público, dispensado pelo governo federal.

Cavalcante (como é mais conhecido) também é Presidente da Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, AFURN, como também da Federação das Associações Universitárias Brasileiras, (FASUBRA) que congrega 33 Entidades de classe. De acordo com o que adiantou, a FASUBRA elaborou um documento reivindicatório estatístico (ver box) mostrando a evolução dos vencimentos do funcionalismo público frente ao custo de vida e o entregou ao Diretor do Departamento de Administração do Serviço Público, DASP. José Carlos Freire. O referido documento esclarece que de 1964 para cá o salá-



Baseado em estudos do DIEESE, o presidente da Federação dos Servidores Públicos do RN, Francisco Rocha Cavalcante, afirma que os salários dos funcionários públicos cresceu 48 vezes e o custo de vida aumentou 126 vezes.

rio dos funcionários públicos subiu 48 vezes, enquanto o custo de vida aumentou 126.

DIEESE — O documento que chegou às mãos do Diretor do DASP foi elaborado conforme dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, DIEESE. Nele são tomados para exemplo o funcionário na categoria de Agente de Portaria, Agente Administrativo, Nível Médio e Nível Superior, mostrando a defasagem salarial, nos vencimentos desses níveis funcionais.

Frente aos descostos a que vem sendo entregue o funcionalismo público, principalmente por ter seus vencimentos bastante inflacionados, afirma Cavalcante que esse fato obriga-os a "fazer bicos" até mesmo no horário de trabalho. Daí surgem as faltas, os pedidos para sair mais cedo e uma série de expedientes que normalmente gera atrito entre chefes e funcionários: "Como estimular a produtividade com baixos salários?" finalizou Cavalcante.

OS ESTIVADORES — Quem pas-

sa pela rua Frei Miguelinho, na Ribeira, e se der ao cuidado de prestar atenção, irá, fatalmente observar dezenas de homens musculosos sentados pelas calçadas em visível estado de expectativa. Esses homens são os Estivadores, devidamente registrados em seu Sindicato de classe que passam o dia esperando entrar algum navio no porto para ganhar seu sustento. Como as condições técnicas do Porto (particularmente a Boca da Barra) não permitem a atracação de navios de grande calado, vários deles são desviados para o Porto de Çabedelo, ou mesmo Recife.

Dizendo-se profundo conhecedor das condições do nosso Porto, pois desde há 36 anos exerceu atividades no local, o Presidente do Sindicato dos Estivadores, Vicente Ferreira Xavier, afirma que *"o Governo Lavoisier Maia foi o único que não olhou para o Porto de Natal, local de escoamento de produção, e consequentemente gerador de riquezas para o Estado e divisas para o País"*. Como consequência também desse abandono, os estivadores passam o dia esperando um navio para trabalhar.

Explicou Vicente Ferreira, que *"o problema do Porto de Natal é somente dinamitar uma pedra na Boca da Barra. Caso esse serviço seja feito, poderemos receber navios de grandes calados, pois atualmente só aportam os de até 24 pés"*. Sempre dizendo que a atual administração não tem olhado para o Porto, Vicente enalteceu as pessoas do ex-governador Cortêz Pereira e do Almirante Tertius Rebello. No seu entender essas autoridades foram as únicas que fizeram alguma coisa pelo Porto de Natal.

O DIA-A-DIA — O Sindicato dos Estivadores congrega 65 associados. Esses homens são empregados autônomos e só ganham se trabalharem. Com o último reajuste de março a categoria passa a perceber mensalmente próximo a Cr\$ 7 mil. A Superintendência Nacional da Marinha Mer-



Vicente Xavier, presidente do sindicato dos Estivadores: *"o problema é a falta de navios"*.

cante SUNAMAN estipulou que as Agências de Navegação devem pagar aos estivadores por dia de serviço Cr\$ 242,00. Essa quantia é acrescida de 25% se for feriado, 50% se for à noite e 75% se for uma noite de feriado.

O Presidente Vicente lamenta que *"o maior problema do Porto é a falta de navios, pois o mesmo não recebe embarcações de mais de 24 pés. Faremos um apelo ao Governador Lavoisier Maia para que ele olhe com mais carinho para o Porto de Natal e, no mínimo mande dinamitar o bico de pedra da Boca da Barra. Só assim a nossa produção de lagosta, Sisal, Couro e Sal não serão escoadas para outros Estados, e os estivadores podem trabalhar"*, enfatizou.

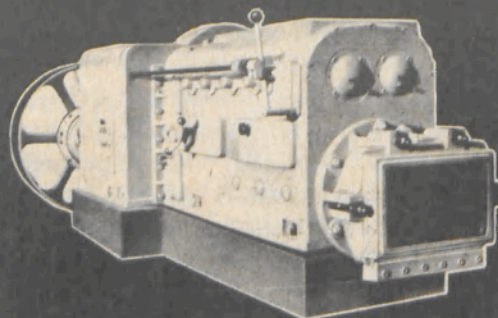
AS COSTUREIRAS — Após vários anos de luta, finalmente o Sindicato dos Oficiais, Alfaiates, Costureiros e Trabalhadores nas Indústrias de Confeções de Roupas no Estado do Rio Grande do Norte, conseguiu vencer uma batalha, até então de difícil solução: No dia 6 desse mês, mediante negociação com a classe patronal, estipulou-se um salário piso de Cr\$ 3.668,04. Até antes seus associados percebiam tendo como base o salário mínimo.

Informou o Presidente desse Sindicato, Antônio Alves de Lima que *"quebramos o tabú do piso salarial com base no mínimo regional. Ora, não era justo se pagar o salário mínimo a um trabalhador que veio de um aprendizado. A profissão de*

MÁQUINAS PARA CERÂMICA M.V.P. 5 Super MORANDO

CESAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL
TRATADO

POLIA DE COMANDO COM
FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGAS-
TÁVEIS SÃO RECAMBIÁVEIS

costurar é uma atividade que exige mão-de-obra especializada''.

AS NEGOCIAÇÕES — As negociações entre Sindicato e empregadores foram realizadas sob um clima de tranquilidade. A Entidade classista dos empregados lançou a proposta de um aumento de 80% a quem percebesse de um a três salários; 60% aos de três a cinco e 40% aqueles que ganhasse além de cinco salários. Os empregadores não aceitando aquela proposta lançaram sua contra proposta; 15% além do reajuste de 47,7 decretado pelo Governo, o que computaria um reajuste de 62,7%. A aceitação foi unânime, com a ressalva de que os patrões também pagariam 5% de quinquênio aos empregados que trabalham ininterruptamente há cinco anos. Esse percentual subiria progressivamente em função do tempo de serviço do trabalhador.



“Quebramos o tabu do piso salarial” - observa Antônio Lima, presidente do Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiros e Trabalhadores nas Ind. de Confeções de Roupas do RN.

Mesmo afirmando que esse aumento “*não dá para satisfazer às necessidades da categoria, pois no Rio Grande do Norte em torno de 7 mil pessoas exercem a atividade, dos quais 3.500 são sindicalizados*”, Antônio Alves vai mais à frente e profetiza: “*Esse foi o maior passo que o Sindicato deu em prol da classe em conseguir um piso salarial para seus associados, que antes estavam sujeitos ao pagamento do salário mínimo*”, concluiu.

No mês de maio, por consagrar-se mundialmente o mês do trabalhador, acontecem os reajustes semestrais, acontecem os seminários, as palestras, o endeusamento àquele que trabalha, mas, na realidade, esses reajustes e tudo mais, teoricamente nada resolve, pois os possíveis lucros dos trabalhadores estão sendo engolidos pela inflação.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS FAZEM REIVINDICAÇÕES AO DASP

No último dia 17 de março o Diretor Geral do DASP, José Carlos Freire, recebeu da diretoria da FASUBRA um documento reivindicatório no qual são anexadas solicitações em favor dos funcionários públicos ligados às Universidades brasileiras. O documento foi elaborado segundo dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos DIESE e, entre outras reivindicações, mostra numericamente a evolução dos vencimentos da classe, frente ao custo de vida de 1969 até agora, como também a defasagem salarial.

O estabelecimento para os servidores universitários de aumentos salariais semestrais a exemplo das empresas estatais; a concessão a exemplo dos servidores regidos pela CLT, do 13º. salário aos funcionários regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, sem prejuízo da percepção do quinquênio; a instituição de incentivos salariais para os servidores técnico administrativos, como já é concedido ao pessoal docente; uma correção salarial tendo em vista a perda de poder aquisitivo pelo Servidor Público Federal, são algumas das reivindicações feitas ao DASP.

CORREÇÃO SALARIAL — Conforme a reivindicação, a correção salarial compor-se-á indiscriminadamente de um abono de Cr\$ 3 mil e mais um aditivo de 50% de correção salarial, com efeito retroativo a 1º. de Novembro de 1979, sem prejuízo dos reajustes já concedidos e a inclusão de reajustes semestrais do Governo Federal. Como justificativa da solicitação, a FASUBRA, assessorada pela DIESE, apresentou um levantamento da evolução dos vencimentos e custo de vida. Comportamento dos Vencimentos confronto salário x custo de vida

O quadro da esquerda mostra o comportamento dos vencimentos nominais dos funcionários públicos nas categorias de Agente de Portaria, Agente Administrativo, de Nível Médio e de Nível Superior, isto de 64 para cá. Já o outro quadro (da direita) está enfocando os índices do custo de vida. Ambos confrontam das disparidades salariais x custo de vida.

Conforme o exposto vale dizer que o vencimento nominal de um Agente de Portaria cresceu 48 vezes (100 para 4.828) um Agente Administrativo 83 vezes (100 para

8.379) enquanto o salário de um profissional de nível médio cresceu 64 vezes (100 para 6.481). Finalmente observa-se que o vencimento que mais cresceu foi o de pessoas de nível superior, chegando a 75 vezes (100 para 7.501). Mas, por outro lado o índice do custo de vida cresceu 126 vezes (100 para 12.650).

Com esse comportamento pode-se determinar que um Agente de Portaria teve seu salário defasado em 162%, um Agente Administrativo em 51%, um de nível médio em 95% e, finalmente um profissional de nível superior sentiu seu salário, nesse espaço de tempo, esvaziar-se em 69%.

O trabalho realizado pela FASUBRA/DIESE deixa bem claro que de 64 para cá, em nenhum ano, o reajuste havido repôs o poder aquisitivo do empregado; o salário real caiu substancialmente no período, em virtude dos reajustes terem sido realizados a taxas inferiores ao aumento do custo de vida e, mesmo nos anos que a taxa de reajuste foi superior ao aumento do custo de vida, não se pode dizer que os trabalhadores foram beneficiados, pois o reajuste foi insuficiente para recuperar perdas passadas.

TÉCNICA VERSUS EMPIRISMO: GRAVES ANTAGONISMOS QUE PREJUDICAM A ECONOMIA ESTADUAL

ALCIR VÉRAS DA SILVA

A tentativa de adoção de métodos científicos relacionados com a área econômico-administrativa — desprovida de uma educação voltada para a formação de uma consciência empresarial — vem impedindo o crescimento da economia norte-riograndense e o desenvolvimento social do Estado.

A Fragmentação da Unidade Empresarial e o Empirismo Administrativo

O Rio Grande do Norte enfrenta o problema da pulverização de pequenas empresas, as quais, sobrevivendo a duras penas, se marginalizam, distanciando-se da ciência administrativa pelo empirismo que praticam em seus processos produtivos. No Brasil, cerca de 92% das empresas são de pequeno e médio porte, e no Rio Grande do Norte esse percentual, evidentemente, aumenta. Constituem-se num problema social devido a dois aspectos fundamentais: a) absorvem elevado emprego onde predominam os baixos salários; b) a classe proprietária, fortemente dependente de capital de giro, e sem muita flexibilidade para reinvestimentos, acaba tornando-se auto-assalariada.

Num mercado extremamente incipiente como o nosso, não sobram muitas alternativas e essas empresas acabam se multiplicando dentro de um mesmo ramo industrial ou comercial, num processo de saturação que agrava a sua própria situação e a dos seus concorrentes. Alie-se a isso o fato da presença de filiais de grandes empresas, as quais, pelas condições de competência de preços, estreitam os espaços do mercado das pequenas unidades locais.

Há, é bem verdade, a atuação de órgãos governamentais de assistência técnica e financeira junto a essas pequenas empresas. Na maioria dos casos, porém, a orientação obedece a critérios padronizados, nem sempre aplicáveis aos casos específicos de cada Estado, região ou comunidade.

Essas pequenas empresas, via de regra, entram num gradativo processo de endividamento que culmina com o seu fechamento ou venda de seu patrimônio. O mais curioso é que, não raro, em pouco tempo, aqueles empresários mal sucedidos abrem um novo ramo de negócios, em geral completamente diferente do primeiro. De panificador passa-se, com a maior rapidez, para agente de automóveis. De comerciante de autopeças ascende-se para imobiliária. Hortigranjeiros mimetizam-se em construtores e vice-versa. E assim por diante.

Realmente, em matéria de especialização econômica, vivemos um autêntico amadorismo. Natal vem sendo palco dessa tendência há muitos anos. E o problema é sério porque, como em toda comunidade onde são reduzidas as oportunidades de trabalho, todos querem ser proprietários (ter o seu próprio negócio) e assim cresce o número das pequenas propriedades.

Estamos, desse modo, diante de uma falácia traduzida por um sofisma econômico, onde uma sociedade em que todos poupam não há lugar para investidores.

O caso aqui exposto requer estudo e tratamento adequado. Embora seja aparentemente de natureza econômico-administrativa, as implicações extrapolam essas duas áreas e caem, ao nosso ver, no terreno da educação e da conscientização profissional. As perguntas que se seguem, por si só, justificam um estudo: Por que a grande maioria dos pequenos empresários resiste, fortemente, ao emprego de métodos científicos de administração em suas organizações? Qual a causa de se mostrarem tão impermeáveis à utilização dos meios de racionalização do trabalho em seus processos de produção, quando só lhes trazem vantagens econômicas? Por que a ação dos órgãos governamentais nesse sentido tem sido, na maioria das vezes, infrutífera? E sabemos que existem órgãos criados especificamente para esse fim e no entanto a improvisação e o empirismo continuam nas pequenas empresas.



A própria CIPA não tem conseguido integralmente seus intentos. Passado o período da campanha de prevenção de acidentes, os operários abandonam seus equipamentos de proteção.

Para mostrar que a questão, além de abrangente e complexa, acontece em todos os segmentos sociais, mostraremos, a seguir, alguns exemplos fora dessa óptica especificamente empresarial: os pequenos agricultores são os que mais resistência oferecem ao uso de métodos científicos agrônomicos; no Brasil é raro usar-se cinto de segurança nos veículos; e na área da medicina preventiva é acentuadamente elevada a rejeição ao emprego dos mais simples cuidados dispensados à saúde e aos requisitos mínimos da higiene sanitária.

Isso prova que o emprego do tecnicismo não tem nenhum efeito quando dissociado da esfera educacional.

Empresa Familiar

Dentro desse mesmo terreno outro aspecto que merece consideração é o da empresa familiar. Em boa parte das empresas privadas no Rio Grande do Norte há uma predominância muito acentuada de membros da mesma família, formando parte da diretoria administrativa em quase todos os escalões. Isso não constitui propriamente um mal e a administração não possui preconceito familiar. Pelo contrário, pode até trazer vantagens particularmente importantes para a próxima organização. Porém, há casos, e com bastante frequência, onde a informalidade administrativa impera, levando a empresa a índices de baixa produtividade em razão das relações de trabalho se confundirem com sentimentos, afetividades e outros tipos diversos de envoltimentos pessoais. Essa

prática induzirá fatalmente a um nepotismo sem precedentes que passará, inclusive, a acobertar deficiências, e daí para o malogro empresarial é um passo.

A empresa familiar no Rio Grande do Norte e no Nordeste apresenta pois uma realidade que se choca frontalmente com os princípios das organizações administrativas formais. Como, então, conviver com esses dois tipos de procedimentos administrativos? Entendemos que se trata, também, de um caso fronteiro ao campo da educação na medida em que novas concepções administrativas possam ser introduzidas e a empresa, embora mantendo a hegemonia familiar, saiba fazer prevalecerem os princípios da organização científica.

As Contradições da Política Urbana

Questões relacionadas com o planejamento urbano de Natal podem se constituir em objeto de pesquisa.

Referimo-nos ao caso da política urbana recente, a qual, seguindo um modelo de região metropolitana, orienta a instalação de áreas residenciais e conjuntos habitacionais nas periferias das capitais. Natal, embora não seja considerada região metropolitana, sofre influências dessa política. Suas zonas de residências estendem-se ao longo da periferia criando uma dependência, cada vez mais forte, em relação ao centro da cidade.

No centro continuam o comércio, as instituições, a maioria dos órgãos da administração direta dos governos estadual e municipal, os hospitais, boa parte dos supermercados, e quase todas as empresas estatais.

Com exceção de algumas indústrias, grande parte do emprego está localizada no centro. Isso provoca um fluxo bastante intenso de transportes coletivos e de veículos particulares durante o início e o término dos dois expedientes de trabalho, através de, praticamente, duas únicas vias de acesso. E a deficiência de restaurantes populares no centro obriga a classe trabalhadora a fazer quatro deslocamentos diários.

Os conjuntos habitacionais não possuem infraestrutura de serviços, o que acentua mais ainda a dependência ao centro. E os poucos estabelecimentos comerciais improvisados não atendem as necessidades da população nos requisitos domésticos mais elementares.

Se elevarmos esse assunto para o terreno da política nacional de economia de combustível, vamos verificar uma enorme contradição. Isto é, descentralizam-se as áreas residenciais e centralizam-se os serviços estimulando-se, portanto, o uso do automóvel e alimentando-se o consumo de combustível cada vez mais na medida em que se distanciam as zonas de residências.


Vazamento de Renda

Existem problemas na economia do Rio Grande do Norte que, embora conhecidos pelas autoridades do governo, carecem de medidas efetivamente concretas que produzam resultados a prazo mais curto. Alguns desses problemas arrastam-se por várias décadas; outros, entretanto, são mais recentes. Todos eles gravam profundamente a economia de um Estado já classificado com um dos mais pobres da Federação.

Referimo-nos aos recursos minerais existentes no Estado. Possuindo um subsolo rico em minérios - a chelita no Seridó e o petróleo na plataforma marítima - o Rio Grande do Norte absorve parcela insignificante da tributação desses produtos, cujo sistema fiscal vigente carrega para a União a quase totalidade dos impostos arrecadados.

O vazamento de renda, todavia, não se restringe unicamente a esses dois produtos, mas estende-se, também, a outros bens primários como, por exemplo, a pesca, além de diversos produtos da agricultura regional. Sendo nosso aparelhamento portuário inegavelmente deficiente, aqueles bens extrativos são escoados para o exterior através dos portos de Recife, Cabedelo e Fortaleza. As próprias estatísticas registram as referidas exportações como sendo provenientes dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Todas essas situações que acabamos de alinhar são alguns dos problemas que estão a exigir estudo, com a maior brevidade, para a adoção das medidas que se fizerem necessárias. Seria uma tarefa multidisciplinar envolvendo economistas, administradores, advogados e outros profissionais, sem esquecer, contudo, o papel relevante que teriam nossos representantes, junto ao legislativo federal, na defesa dos interesses da economia norte-riograndense.

 **squeema**
Ltda.
SOM IMAGEM CALCULADORAS




INSTALAÇÃO DE TOCA-FITAS



VENDAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE Sharp • Dismac • Olympla



 **squeema**

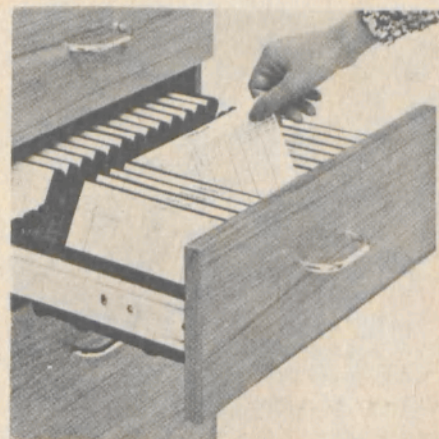
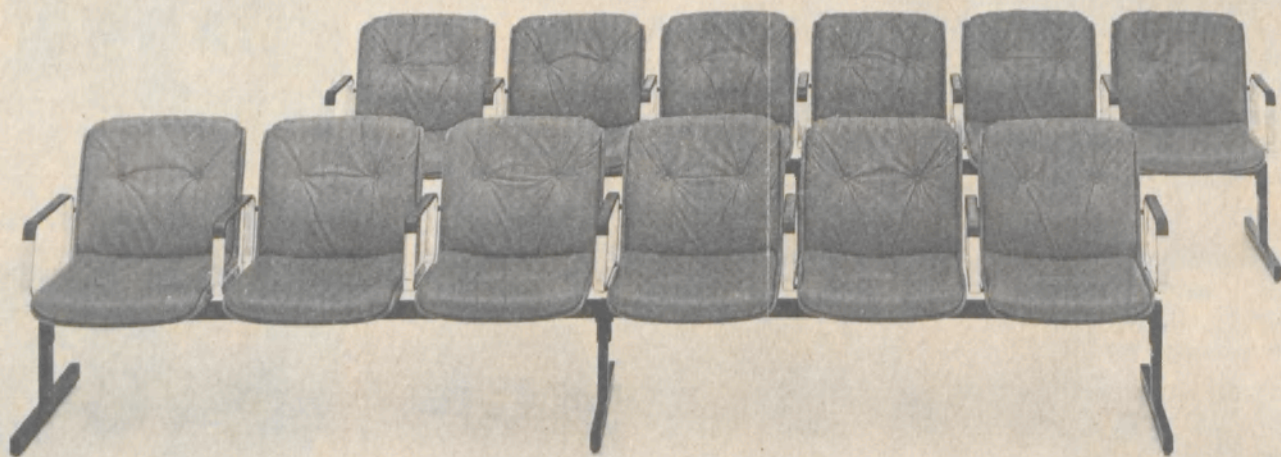
LABORATÓRIO ELETRÔNICO

RUA SERIDÓ, 722 - PETRÓPOLIS

FONE(084) 222-6382

- NATAL-RN

**CHRIS DECORAÇÕES
APRESENTA O MELHOR PROGRAMA
PARA O SEU ESCRITÓRIO:
MÓVEIS ESCRIBA**



CHRIS MÓVEIS — DECORAÇÕES

Av. Hermes da Fonseca, 1174 — Fone: 222-1861 — Tirol — Natal-RN

O RÁDIO DEIXOU DE GRITAR PARA SER OUVIDO

Modernas técnicas de comunicação eliminam a "gritaria" do rádio e criam uma nova fórmula para a audiência.

Ameaçado de ficar sem ser ouvido por conta da gritaria que provocava na década passada, o rádio mudou sua estrutura para sobreviver, e com isso voltou a ser um veículo indispensável numa correta composição de *mídia* de qualquer campanha de propaganda.

Se foi a descoberta do transistor que salvou o rádio, quando do surgimento da televisão, foi a introdução agora de um novo tipo de programação, incorporado pela emissora de FM, que deu ao rádio as armas para chegar a década de 80 em condições competitivas.

Este é um fenômeno universal, mas que vem se desenvolvendo agora em Natal atualmente de uma maneira completa.

DITADURA — Ao longo dos últimos anos, o natalense médio que ouve rádio, foi induzido a se transformar em torcedor de uma espécie de *campeonato* de audiências.

Um *campeonato* onde o vencedor já era previamente conhecido, e que fazia o maior alarde de sua vitória.

Na verdade, este "Campeonato" nunca existiu como tal. Como o IBOPE (único instituto de credibilidade a fazer regularmente pesquisas de audiência em Natal realiza quatro pesquisas anuais, a divulgação de cada uma representava um Campeonato.

Com uma programação de forte apelo popular, onde os seus argumentos eram gritados à plenos pulmões, a *Rádio Cabugi* chegou ao primeiro lugar. Para não ficarem atrás, as emissoras concorrentes trataram de usar as mesmas armas. Como todos gritavam, e nem todos estavam dispostos a ouvir gritaria, apenas um segmento de público passou a ser atendido na sua expectativa. E, nesse campo, a *Cabugi* era mesmo imbatível. Uma verdadeira ditadora no IBOPE, que tinha de ser cortejada por todos os anunciantes.

ILUSÃO — Além do mais, a audiência da *Rádio Cabugi* tinha por base alguns programas de fortíssimo apelo popular, tipo "Patrulha da Cidade", com incriveis piques de audiência, que sempre garantiam uma média elevada.

Esses piques, serviam de argumento para a venda de posições na programação geral. Desta maneira, por conta de uma alta média de audiência, um anunciante era obrigado a programar a emissora, mesmo que seus comerciais não fossem programados nos horários de *piques*.

Mas, o grande argumento permanecia. O argumento do "Campeonato do IBOPE". E carecia de maiores explicações.

VIRADA — Foi exatamente dentro desse quadro, há menos de um ano, que a grande virada do rádio começou.

Depois de várias tentativas no rádio do grito, uma emissora local resolvia buscar novos caminhos. Primeiro renovou o seu equipamento, se aparelhando para oferecer uma matéria-prima da melhor qualidade.

A fase seguinte foi denifir uma linha de programação compatível com a expectativa do grande público ouvinte de rádio.

Em vez de fazer experiência, a *Rádio Nordeste* optou por um tipo que promovia uma verdadeira revolução no rádio brasileiro, conquistando audiência com a diminuição de pessoal.

Programação coroada de êxito em São Paulo, onde existe a maior competição em matéria de mercado radiofônico, tirando a *Rádio América* de um dos últimos, para o primeiríssimo lugar em audiência. Fenômeno que se repetiu por outras capitais.

Restava saber se Natal é diferente.

VITROLÃO — Os próprios dirigentes da *Rádio Nordeste* não acreditaram no êxito da proposta que lhes era apresentada. Como pensar em audiência a partir da supressão dos únicos programas em que a emissora conseguia aparecer?

Mas, estava na hora de ser tentada alguma coisa.

E instalou-se a nova programação da *Rádio Nordeste*. "Um vitrolão", zombavam os concorrentes, criticando o que para o ouvinte representava um elogio.

Os resultados foram imediatos. Em três meses, sem a necessidade de gritar para ser ouvida, a *Nordeste* igualou-se no primeiro lugar.

Na pesquisa seguinte, disparou na frente, ocupando uma posição incontestável.

"Atualmente - diz Felinto Rodrigues - nossos concorrentes não podem desmentir o argumento que sempre usaram em seu favor. Ao que sei, duvidam apenas se continuaremos mantendo a posição. Não temos razões para mudar agora que conquistamos o que nós mesmos duvidávamos. O que posso dizer é que nosso exemplo já está sendo seguido por outras emissoras. Também sei que cada vez aumenta a participação do ouvinte na nossa programação.

ANÁLISE — Um especialista em *mass mídia*, que concordou em falar a RN-ECONÔMICO se sua identidade fosse preservada - "sabe como é, sou do ramo, e não quero problemas com as pessoas com quem trabalho" - fez a seguinte análise sobre a atual audiência de rádio em Natal:

— "A única emissora que oferece em qualquer horário uma audiência uniforme é a Nordeste. A Cabugi, tirando a "Patrulha da Cidade" e o futebol, empata com a Poti, cuja audiência só é expressiva pela manhã. Programando nessas emissoras, só existe alguma vantagem com horário muito bem determinado; do contrário, é pagar o preço de uma audiência e na verdade ter outra bem inferior".

Felinto Rodrigues explica as suas preocupações daqui pra frente:

— "Sei das responsabilidades do primeiro lugar. Estamos procurando preservá-lo e valorizá-lo. Mesmo porque o único objetivo que tínhamos em atingi-lo era oferecer ao anunciante um veículo publicitário capaz de cumprir o seu papel. Por esta razão não vamos colocar mais de dois comerciais por intervalo, para continuar oferecendo ao público exatamente o que ele buscava e que encontrou na nossa programação.

Deixando de gritar, o rádio passou a ser ouvido. Prova disso é a repetição com que ouvimos ao longo do dia a vinheta que canta "Rádio Nordeste ... priim."

A VORACIDADE DO LEÃO

ADILSON GURGEL

Até alguns dias atrás, tínhamos a oportunidade de ver os vídeos de nossas televisões tomadas por um leão. Um leão aparentemente manso!

A campanha do imposto de renda para o corrente ano teve uma das reações mais negativas da nossa propaganda oficial. Os contribuintes ficaram aterrorizados não só com a presença do leão como com as "ameaças" diárias veiculadas pelas autoridades fisco-tributárias, através de nossa melhor imprensa.

No mês de abril, pouco depois de encerrado o prazo de entrega das declarações do imposto de renda, o leão colocou as suas garras à mostra e abriu avidamente a sua boca para devorar parte dos rendimentos não tributáveis obtidos pelos contribuintes daquele imposto, durante o ano próximo passado. O decreto-lei aprovado em 16.abr.80, instituindo o "empréstimo compulsório" para absorção temporária de poder aquisitivo aí está para legalizar a voracidade do leão.

O texto da lei, no entanto, esconde alguns detalhes, até de natureza jurídico-constitucional, que alguns doutrinadores já estão mostrando, mas que as autoridades fisco-tributárias procuram encobrir. É o que aqui veremos.

REALIDADE versus RELATO OFICIAL

— O economista GALBRAITH, no seu livro *A Era da Incerteza*, nos diz que:

Em poucas coisas da vida ocorre um hiato tão grande como entre uma declaração lacônica e antisséptica sobre a política do governo por parte de um porta-voz bem falante, refestelado em seu tranquilo gabinete de trabalho, e o que acontece com o povo, quando é posta em prática. (p. 29).

Como já ocorreu inúmeras vezes, esta verdade voltou a ser magistralmente provada nas declarações feitas ao jornal "O Globo" (edição de 17.abr.80), pelo Secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles (autor da campanha do malfadado leão). Senão, vejamos:

1. — O TRIBUTOS DOS ASSALARIADOS — Em sua entrevista, afirma o porta-voz governamental que, "para um rendimento de Cr\$ 82 bilhões, mil contribuintes das faixas mais altas do imposto de renda pagaram apenas 1,3 por cento de imposto, enquanto qualquer assalariado com renda anual de Cr\$ 94.200, - que é o limite do imposto de renda este ano -, pagou 5 por cento, mais do dobro dos que têm altos rendimentos".

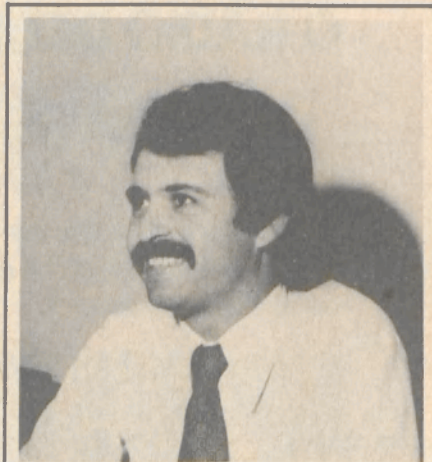
O jogo de palavras e cálculos impressionante e até deve irritar os que não entendem da matéria e se sentem tremendamente injustiçados. A verdade é bem outra! Ora, um contribuinte assalariado e solteiro, sem qualquer dependente e que ganhe Cr\$ 94.200, não vai pagar qualquer quantia a título de imposto de renda neste exercício fiscal, muito menos 5 por cento ... ele está isento deste imposto! A percentagem falada de 5 por cento não será paga sequer por um contribuinte, assalariado e solteiro, que ganhe o dobro da quantia citada pelo Secretário da Receita Federal: no caso, o contribuinte teria uma renda bruta de Cr\$ 188.400 e pagaria Cr\$ 2.750.

Junte-se a isto o fato de que os contribuintes das faixas mais altas, normalmente, são investidores. E muitos investimentos já são fortemente taxados (pelo mesmo imposto de renda) na fonte pagadora, existindo também o caso da correção monetária paga pelas cadernetas de poupança, totalmente livres de qualquer imposto.

2. — O CONFISCO TRIBUTÁRIO — O fato de que, na prática, o empréstimo compulsório com juros de 6 por cento ao ano, sem correção monetária, venha a se constituir um confisco, também foi refutado pelo porta-voz oficial.

A realidade, porém, é contundente: estamos vivendo uma era de inflação girando em torno de 80 por cento; a correção monetária é instituição consagrada no direito pátrio como atualização do poder aquisitivo da moeda; até no campo do direito privado (nas relações entre particulares) temos que as coisas que são emprestadas deverão ser restituídas no "statu quo ante" (no estado em que se encontravam quando foram entregues ao tomador do empréstimo), isso seguindo tradição desde o Império Romano. Diante de todo esse quadro, temos que o fato de o contribuinte emprestar compulsoriamente uma quantia hoje e receber praticamente a mesma quantia daqui a um ano, significa receber a devolução de uma coisa deteriorada, carcomida pela inflação, com seu poder aquisitivo estupidamente aviltado. Acrescente-se o fato de que "o empréstimo compulsório" está retroagindo a rendimentos auferidos no ano passado, prejudicando, portanto e mais uma vez, o contribuinte.

Como não se pode chamar a isso de confisco, que outro nome se pode dar, na prática!? Sacrifício? Mas, para que, se o dinheiro, ao invés de produzir novas rique-



ADILSON GURGEL, é Professor do curso de Direito da UFRN, tendo feito curso de pós-graduação na Universidade Federal de Sta. Catarina. É advogado militante no fóro de Natal, especialista em Direito Tributário.

zas, de movimentar novas indústrias, de construir novas casas, de pagar o salário mais justo, de gerar novos empregos, está sendo "enxugado" para dormir por um ano nos cofres do Banco Central? Tudo sem maiores finalidades que não a de "hibernar" para depois acordar e provocar um prejuízo de Cr\$ 1,8 bilhão (6 por cento de juros sobre os Cr\$ 35 bilhões que se pretende "enxugar" com o empréstimo compulsório). Desnecessário observar que aquele dinheiro para pagar os quase Cr\$ 2 bilhões de juros sairão dos bolsos "enxugados" dos próprios contribuintes.

Pergunta-se, ainda: será que poderíamos chamar de "medida eficaz de combate à inflação"? A experiência mostra que não. Afinal, o país já tentou expediente semelhante para conter a "inflação" de viagens para o exterior. No entanto, terminou-se por abolir a medida antipática e inócua quanto aos seus objetivos.

3. — ESTADO DE ARBITRIO — O Secretário da Receita Federal, a despeito da fase de abertura política, quis dar uma de arauto do "Estado de Arbitrio", em detrimento do Estado de Direito que se tenta viver neste país, com Governo e povo empenhados na mesma luta. Às horas tantas de sua entrevista, o porta-voz da Receita Federal afirma que várias pessoas deram entrada em processos contra o chamado "imposto calamidade", no ano passado, sem terem logrado qualquer êxito. Por isso, recomenda ele que não aconselha ninguém a interpor qualquer medida judicial contra o confisco ora instituído.

Pasmem, meus senhores! ... É corolário do Estado de Direito, inclusive assegurado pelo art. 153 da nossa Constituição Federal, a permissividade legal de qualquer pessoa submeter qualquer assunto ao Poder Judiciário para que ele se pronuncie. É pelo império da lei, e não através de pala-

DEIRO, o qual já agora advertia há um tempo que:
sucesso de qualquer política financeira depende muito da atitude psicológica dos contribuintes, segundo a consciência e política, na mais pura acepção da palavra. Os abusos dos legisladores e autoridades fiscais amortecem aquela consciência e levam o espírito do povo a transigências com os sonegadores e a hostilidade contra o Fisco, que só tem a ganhar com a adesão legal dos cidadãos.

“Direito Tributário Brasileiro”, p. 483)
— EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO É O QUE? — Finalmente, não só o Secretário da Receita Federal, como outros porzes governamentais estão bradando quatro ventos que o “confisco”, aliás, chamado empréstimo compulsório não é mais do que um imposto. Com isso, o decreto-lei não estaria obrigado a obedecer o princípio universal de igualdade do tributo (conquista do Estado e do Direito que tem suas origens da Magna Carta, de João Sem Terra, promulgada em 1215, na Inglaterra, de tão democráticas conquistas e tradições). Pois bem, não sendo desejo dos arautos do Governo, inclusive citando até decisões do Supremo Tribunal Federal, esque-

o princípio de igualdade de tributos sancionados no Sistema Tributário Nacional. Tem muita razão o Prof. CAIO TÁCITO quando afirma:

O legislador, nem sempre afeito à perfeição, não está adstrito a critérios lógicos e, conforme a sátira de JEAN RIVERO, pode se dar ao luxo de cometer erros que reprovam um estudante de Direito. (in: “Direito Administrativo”, p. 165).

E os legisladores da Corte nada mais fizeram do que cometer três erros crasos ao produzirem este empréstimo compulsório:

a) Contrariaram expressa determinação constitucional do art. 21, § 2º, item II, que afirma literalmente:

A União pode instituir empréstimos compulsórios, nos casos especiais, definidos em lei complementar, AOS QUAIS SE APLICARÃO AS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS RELATIVAS AOS TRIBUTOS E ÀS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.

b) Sendo, portanto, o empréstimo compulsório equiparado aos tributos, conforme o texto constitucional, os legisladores contrariaram também o princípio da igualdade do tributo, consagrado pelo art. 153,

princípio de igualdade de tributos sancionados no Sistema Tributário Nacional. Tem muita razão o Prof. CAIO TÁCITO quando afirma:
c) Contrariaram um princípio geral do Direito, universalmente consagrado, de que a lei só retroage para beneficiar (especialmente em matérias penal e tributária). No caso aqui discutido, a lei retroage para prejudicar violentamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS — Portanto, já está uma situação carecedora de melhora, medidação por parte de todos nós, especialmente daqueles encarregados de legislar neste nosso país. Almeja-se a realização plena de um Estado de Direito. Para isso, se, para isso, garantir todos os direitos individuais da pessoa e do cidadão, sobretudo, obedecer o texto constitucional: lei magna a reger as ações e relações do Estado e de seus súditos. Para que se viva num Estado de Arbitrio, necessariamente que o poder freie o poder. E o freio que temos é o Direito, é a obediência aos princípios do Direito Natural, inerente a toda a natureza humana, positivado no Direito pátrio em nossa Constituição. Constituição que deve ser honrada e respeitada!

Nada de errado existe em se estabelecer um empréstimo compulsório, contanto que sejam obedecidas as recomendações e os cuidados estabelecidos em lei.

Nós estamos preparados para prestar os melhores serviços de contabilidade e auditoria à sua empresa.



Para isto, formamos uma excelente equipe de técnicos com longa experiência em contabilidade comercial e industrial e em auditoria. Assim, podemos garantir bons serviços aos nossos clientes. Consulte-nos.



AUDIENSE
AUDITORIA E CONTABILIDADE S/C LTDA.

Rua Juvino Barreto, 200
Fone 222-6569 - Natal-RN

Bacharéis Responsáveis:

FRANCISCO COSME DA SILVA * ALMIR AVELINO DE FREITA

A VALORIZAÇÃO DO EMPREGADO É UMA IDÉIA QUE DÁ LUCRO

A experiência de duas empresas northeriograndenses comprova que valorizar o empregado, como principal agente de produção, é uma iniciativa que só traz vantagens para os seus negócios.

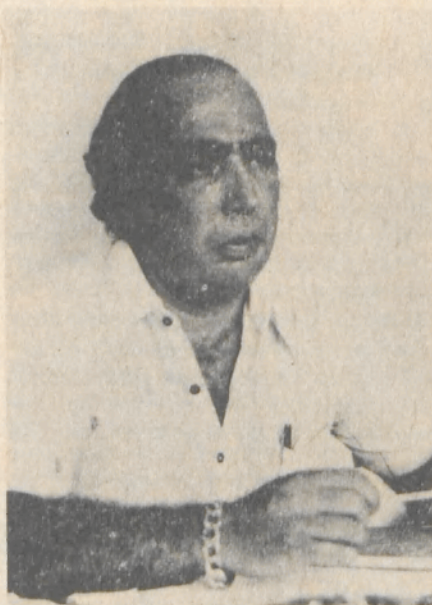
A valorização do empregado, o seu reconhecimento como sujeito e não objeto do processo produtivo, é a receita certa para o aumento de produtividade física e melhor desempenho lucrativo para as empresas. É o que se depreende do exemplo de duas empresas locais: a Alpargatas Confeções do Nordeste S/A e a Natal Veículos e Peças S/A.

Dois aspectos objetivos tornaram realidade a harmonia requerida pelos dois fatores de produção - empresa e empregado -: salários acima do mínimo regional e assistência social à pessoa física do empregado e de seus dependentes.

A Alpargatas mantém cerca de 2 mil empregados aqui em Natal. Trata-se de uma empresa de capital aberto, operando com 16 unidades fabris, distribuídas entre cinco Estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Compõem essas unidades três divisões: uma de fiação e tecelagem, outra de manufaturados têxteis e uma divisão de calçados, esta, no Rio Grande do Sul.

Na Alpargatas Confeções, os negócios vão bem - é o que diz o chefe de pessoal, José Geraldo Vanin. *"Em ritmo de trabalho normal, a fábrica natalense está produzindo hoje, cerca de 18 mil camisas por dia, isto graças à harmonia de relacionamento entre os patrões e seus empregados"*.

Por outro lado, a Natal Veículos e Peças S/A tem se mantido como empresa modelar, entre suas congêneres e, também consegue dar um bom exemplo em termos de relacionamento entre empregado e empregador. Diz Teodoro Lemos, diretor



José Geraldo Vanin, chefe de pessoal da Alpargatas Confeções do Nordeste S.A.: *"Nossa preocupação é com o operário em sua extensão total de sua casa ao trabalho"*.

Administrativo da empresa, que: *"o nosso orgulho é o de considerarmos a empresa como uma família, tal o entendimento existente na relação entre os empregados e suas chefias."* A regra do sucesso, segundo Teodoro, não está muito distante de quem pretende ter sensibilidade administrativa e reside no bom tratamento de assistência social, médica e hospitalar. Outro ponto fundamental, acrescenta ele, *"está no interesse pelos problemas dos empregados, sejam de qual ordem forem"*.

ESTRATÉGIA DA ALPARGATAS — A atuação do setor de pessoal da Alpargatas divide-se em duas grandes áreas: área de expediente de pessoal e área de benefícios, ou

Serviço Social. Movidos pelo princípio de que a matéria-prima para a empresa é o homem, quando se pensa em qualquer iniciativa, a primeira preocupação é o operário no seu todo, quer dizer, salienta José Geraldo, *"o homem em sua extensão total, de sua casa ao trabalho"*. Desse modo, o que a fábrica oferece ao seu operário no sentido de realizar boa produção, *"são fatores básicos geradores de segurança e tranquilidade para os trabalhadores, que vão desde a assistência social gratuita, feita a cargo de duas assistentes sociais e cinco estagiárias, até restaurante com refeições diárias a custo de pagamento simbólico: Supermercado com gêneros alimentícios e confecções a preços de custo; assistência médica dentro da fábrica o dia todo, feita através de cinco médicos contratados; serviços odontológicos e mais convênio com farmácias, óticas e casas funerárias. Além desses benefícios, mantém a fábrica convênio com a Caixa Econômica Federal, para empréstimo pessoal, com descontos na folha de pagamento"*, enfatiza José Geraldo.

Paralelamente a esses benefícios, a fábrica atua com um centro de treinamento profissional e industrial onde as candidatas a admissão, que nunca operaram com máquinas de costura, aprendem a manuseá-las e se integram com facilidade ao trabalho. O treinamento tem duração de 12 semanas, no final das quais é feito um teste seletivo.

JUSTIÇA DO TRABALHO — Na Junta de Conciliação e Julgamento, onde são julgadas as questões trabalhistas, entre empregado e empregador, segundo José Geraldo, a Alpargatas, é tida como severa e de disciplina rígida, porque, acrescenta ele, *"a direção da empresa não permite empregado faltoso sem motivo justificando, nem indisciplina"*. E adianta, *"isso porque a empresa oferece benefícios, mas cobra obrigações"*. Em termos de salário são várias as formas e modalidades de pagamento, diz José Geraldo: *"o salário que pagamos ao iniciante na fábrica é Cr\$ 10.94 a hora, o que dá a este valor, um acréscimo de 20%*

acima do salário mínimo regional. Além dessa forma de pagamento visando o bem-estar do empregado, o Departamento de Pessoal, mantém outras modalidades: o "Clube dos 100" ou seja, 100% de eficiência. Os operários que se enquadrarem ou se associarem a esse clube, ficam percebendo Cr\$ 300,00 por semana, além do salário normal e de seis em seis meses a fábrica proporciona aos componentes do clube um almoço de confraternização. Atualmente participam do clube cerca de 180 pessoas. E acrescenta José Geraldo, "esse percentual é obtido dentro da jornada normal de trabalho".

Além desse incentivo, o Departamento de Pessoal, segundo o seu titular, mantém um prêmio de assiduidade na seguinte modalidade: o empregado que no decorrer do ano não tiver falta recebe o salário do mês de dezembro acrescido de 50 por cento; o que tiver uma falta recebe 35 por cento; e o que tiver duas faltas, 20 por cento. E quem tiver de três a cinco faltas, recebe apenas 10 por cento a mais.

ABERTURA NA NATAL VEÍCULOS — Segundo o diretor administrativo, Teodoro Lemos, o clima dentro da Natal Veículos, é de abertura total, e esta, acrescenta ele, "tem sido a nossa técnica para conseguir eficiência e produtividade do quadro dos empregados. O relacionamento é o melhor possível, apesar de um número ainda reduzido de operários - cerca de 100".

No setor de assistência médica a empresa tem convênio com a UNIMED, através da qual dá assistência médica para os empregados; mantém refeitórios com duas refeições por dia, sendo que pelo almoço é cobrada uma taxa simbólica de Cr\$ 15,00J.

Como toda empresa que se interessa em fornecer bons serviços, a Natal Veículos se preocupa com treinamento profissional constante, oferecido pela General Motors do Brasil e na própria empresa, a nível não-especializado.

RESULTADOS — A Natal Veí-



Teodoro Lemos, diretor de Natal Veículos e Peças S.A: "nosso orgulho é o de considerarmos a empresa como uma grande família".

culos tem obtido bons resultados, segundo seus diretores, pelo comportamento mantido até hoje, sempre voltado para o homem.

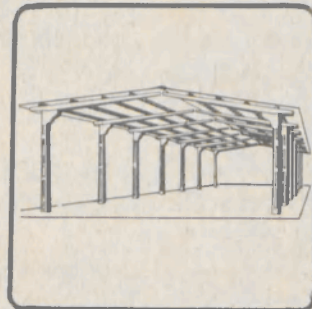
Graças a isso, é que o alcance de vendas tem atingido índices excelentes, cerca de 180 veículos da linha Chevrolet por mês, numa cidade de pouco mais de 500 mil habitantes.

Participam do grupo, três empresas: Natal Veículos e Peças S/A, em Natal; Dão Silveira Carneiro S/A, em Campina Grande; e Seudão Automóveis S/A, em Patos, na Paraíba. O grupo é originário de Campina Grande e tem como presidente geral, Dão Silveira. O faturamento em Natal, tem girado em torno de Cr\$ 32 milhões mensais e o capital da firma é de Cr\$ 26 milhões. Tudo isto deve ser tomado como exemplo para os empresários que lidam com a mão-de-obra de número elevado. Estas técnicas de tratamento humano dispensadas ao operário não significam nenhum favor, e sim, estratégia de obtenção de "mais valia" ou seja maior produtividade através da qual se alcança melhores resultados produtivos e, conseqüentemente, lucrativos, reduzindo também a possibilidade de tensões sociais.

CILNORTE

Lajes e pré-moldados em geral.

Galpões industriais podem ser construídos com pré-moldados de cimento da CILNORTE, proporcionando grande economia de tempo e dinheiro.



Com Lajes Pré-moldadas da CILNORTE tudo fica mais fácil para a sua construção, e com garantia de segurança absoluta.



As cercas construídas com as estacas CILNORTE duram toda a vida.



CILNORTE

Industria e Comércio Ltda.

Fábrica - BR 304 - Km. 16 - Macaíba - RN.

Esc. - Rua Apodi, 154 - C. Alta - Natal-RN.

Fones: 222-0989 e 222-8124

• CONTROLE DE EMPRÉSTIMOS

O Conselho Monetário Nacional decidiu a utilização de novo esquema para controlar a expansão dos empréstimos do sistema financeiro. A partir de agora, as aplicações que excederem o limite de 45% sobre o saldo de 31.12.79 serão utilizados na aquisição de ORTN.

• CIP VAI CONTROLAR MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Visando estabilizar o índice do custo de material de construção o CIP — Conselho Interministerial de Preços, está controlando desde abril os preços dos materiais destinados a construção, como, madeira, tijolos e telhas de barro. Em todos Estados existirá fiscalização sobre esses preços.

• AUMENTAM OS ACIDENTES DE TRABALHO

Para um total de 20.332.500 trabalhadores segurados em todo o país pelo INPS, em 79 foram registrados 1.561.765 acidentes de trabalho, resultando em 7,68% de acidentes por massa segurada, uma das percentagens mais altas do mundo. Nos 3 primeiros meses deste ano, este índice já atingia 3,7%, preocupando as esferas competentes.

• FISCALIZAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Monetário aprovou e a partir do dia 30 de julho próximo todas as Instituições terão suas demonstrações financeiras fiscalizadas por Auditores Independentes.

• PRO-CARVÃO VEM AÍ

O presidente do BNDE, Luiz Sande confirmou a fase de entendimentos finais com o Ministério das Minas e Energias para que o BNDE possa atuar como Agente Financeiro do PRO-CARVÃO, projeto que também terá sua implantação no Nordeste trazendo benefícios à região com a exploração do carvão mineral e vegetal.

• MUDANÇA NO ITR TRAZ LUCROS AOS MUNICÍPIOS

O novo Imposto Territorial Rural - ITR, contribuirá sensivelmente para que boa parte dos municípios brasileiros, principalmente os mais carentes tenham a sua receita ampliada. O INCRA, esclareceu, que, pelos novos critérios de cobrança do ITR, a partir deste ano, haverá maior redistribuição de renda, proporcionando aumento significativo da produção agropecuária e consequente elevação de outros tributos.

• REDUÇÃO NA ARRECADAÇÃO DO ICM

Segundo dados divulgados pelo Governo, a redução do ICM em todo o país foi de 5,8% até abril deste ano, levando-se em consideração ao montante recolhido em igual período do ano passado.

• ANUNCIADAS NOVAS MUDANÇAS NO FGTS

O Ministro do Trabalho Murilo Macedo anunciou novas mudanças no FGTS. A principal delas, diz respeito ao saque. Em vez de sacar o total, o empregado despedido retirará uma parcela, ainda não qualificada, no FGTS. Segundo o Ministro, esta fórmula é destinada a resolver o problema da alta rotatividade nas empresas. O assunto continua em fase de estudos.

• ORTN

O Ministro da Fazenda baixou portaria fixando em 3,4% o acréscimo para o mês de junho, referente a correção monetária aplicável a ORTN e em Cr\$ 586,13 o valor. O novo coeficiente aplicável às ORTN's é de 58,613.

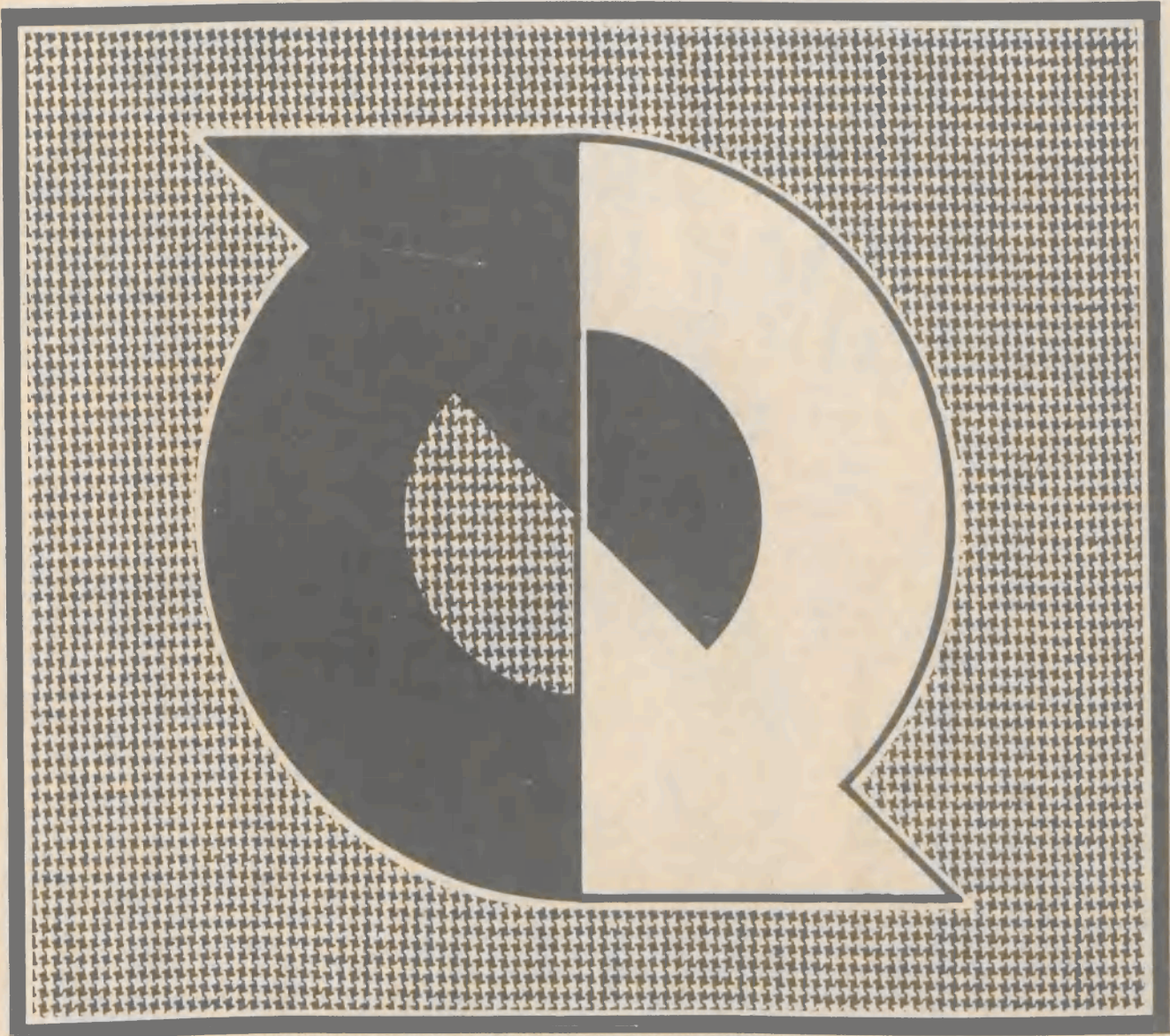
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PARA JUNHO

Dia 10 — PIS: último dia para recolher o PIS s/faturamento referente ao mês de dezembro/79; — prazo final para recolher o PIS/foiha de pagamento-dez/79; — último dia para entrega da DRC solicitando DIPIS para cadastro de pessoas admitidas em maio e ainda não cadastradas; — prazo final para entrega ao IBGE das 2as. vias das notas fiscais de operações realizadas em maio.

Dia 13 — último dia para comunicar ao Ministério do Trabalho o cadastro dos novos empregados.

Dia 20 — último dia para cadastramento no PIS de pessoas ainda não cadastradas.

Dia 30 — prazo final para entrega do IR descontado na fonte referente aos pagamentos efetuados em maio; — último dia para recolhimento do FGTS de empregados que tiveram pagamentos feitos em maio; — prazo final para recolhimento do IUM ao Banco do Brasil; — último dia para pagamento ao IAPAS referente aos descontos efetuados dos empregados no mês de maio; — prazo final para recolhimento de 2,5% sobre o valor de produtos rurais adquiridos em maio: FUNRURAL; — último dia para entrega da CARG das empresas que encerraram seus balanços em abril; — prazo final para recolher Imposto Sindical referente valor pago aos empregados em maio; — último dia para pagamento ao Banco do Brasil do ISTR.



ESTA MARCA ACOMPANHA A EVOLUÇÃO DO TEMPO

Quando surge uma nova marca, o público passa um pouco de tempo para reconhecê-la associando-a à empresa que lhe deu origem. Com esta marca a coisa vai ser diferente. Ela é o cartão de visita do novo Grupo Lázaro que resultou da associação das Empresas Ivanilson, Equipadora Lázaro, Presentes Lázaro e Serviços Lázaro que, agora juntas, vão estar

melhor condicionadas a atender aqueles que estão avançando no futuro.

Todas aquelas pessoas que não estão paradas no tempo vão segui-la na direção do sucesso. Você que progride e que está sempre à frente não terá dificuldades para guardar este símbolo porque também estará com ele. Agora que você está apresentado, tenha mais prazer conhecendo-a de perto.



**GRUPO LAZARO
COMERCIO E
REPRESENTAÇÕES
LTDA.**

Av. Deodoro, 431 Fone - 222-0284 - Natal-RN.

COMEÇAR DE NOVO

GUTEMBERG TINOCO

Com a vitória do movimento de março de 64 passou a nação por uma nova experiência. O poder de então, e de agora, acreditava que a solução para o desafio de transformar nosso país no "Brasil-Gigante" repousava no domínio da técnica e na supremacia desta sobre as outras faces do conhecimento científico. Depois de consolidar-se no poder, ou talvez em função desse objetivo, o movimento criou condições de aniquilar seus líderes, já que os adversários não mais ofereciam perigo imediato. A nova geração, que àquela altura batia à porta da conscientização, entendeu não só ser um direito participar da vida nacional, como, acima de tudo, um dever para com sua descendência.

Os jovens sempre foram idealistas, românticos heróis à procura de uma oportunidade reveladora, donos do mundo por possuírem o sentimento de devoção à uma causa justa e incorruptível. Este ideário, está claro, opunha-se tenazmente à idéia oficial de criar um "Novo Homem" no predomínio da técnica.

Sentindo-se ameaçado ou incomodado, o Governo também se precaviu de lideranças desconfortáveis. Criou-se, então, os decretos 477 e 228 que em muito contribuíram para a alienação generalizadora da mocidade brasileira. Houve, desde então, um grande aumento no consumo de tóxicos, que deixou de se restringir aos marginais e expandiu-se na juventude, inclusive das classes mais abastadas. É sintomático que este surto tenha atingido seu ápice entre 1968 e 1973, período de maior repressão política. Como os ideais dos jovens não puderam ser carreados para a construção de uma sociedade justa, voltaram-se para a ilusão dourada do mundo dos tóxicos e do vício.

Segundo concepção vigente na nova ordem, tudo o que era espúrio, corrupto e maléfico ao país, provinha da classe política e da socrática subversão dos jovens pela mesma. Os homens de bem passaram a ser os técnicos ou militares. Escolhessem, os moços, a profissão que quisessem, desde que fossem exercidas com "competência" e sem "desvirtuamento". Era preciso serem técnicos das leis, do bisturi, dos números da administração, etc. "E tanto se repete uma

mentira tornando-a verdade", que foi coroada de êxito este empreendimento.

Passada a euforia do "Brasil, ame-o ou deixe-o", deparamo-nos com uma grave crise econômica, social, política e financeira. O "Modelo Brasileiro" é uma Cinderela distraída ou teimosa que ainda não se apercebeu o quanto já vai longe o toque de sua meia-noite. Talvez, por saber que nenhum príncipe ousaria desposá-la. Tenta-se, então, remediar parte do erro. Fomenta-se, timidamente, contudo, o jogo político. Meio desgostosa, como o sujeito que baldeou a água para depois bebê-la, descobriu a "Revolução" que quase todo o arsenal político está nas mesmas faces por ela proscritas, e que voltam enrugadas pelo anacronismo de suas idéias.

Surpresa por não encontrar renovação? Ora a situação é tão imprevisível quando trancafiar um casal de coelhos no cio e descobrir, passado algum tempo, que eles procriaram. Onde estão os jovens cujas idades variam entre os 28 e 35 anos? Esta geração, certamente a que mais sofreu, tolhida no seu idealismo, de criatividade natimorta, está em seus escritórios, nas suas clínicas, nas suas empresas ou como operários malpagos, sustentando este país e descrendo nos valores nacionais! Convencida de que seu tempo já passou, forma este hiato, um diapasão entre o passado esclerosado e um futuro exigente e desafiador.

Chegamos por fim, ao leito do problema. O país está acéfalo. A Universidade brasileira projeta a grotesca impressão de ser um cão recém-domesticado que ninguém tem coragem de trazer para sua casa. Há uma forte tendência à radicalização na sociedade brasileira. A classe média acha que caiu no "conto da Revolução"; não vendo seu sofrimento minorado, está pobre, sem coragem e com a vergonha de pedir esmolas, embora necessite. Quanto aos pobres aí se dá o único milagre brasileiro. Não se sabe como não desapareceram cedendo lugar à classe média "submergente".

Quero ter a pretensão de alertar com estas palavras, para a latejante convulsão que se



GUTEMBERG TINOCO é estudante de Direito da UFRN e presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

divisa. Basta chegar um demagogo travestido de messias redentor do Brasil, (um Jânio Quadros qualquer), para galvanizar o país em torno de sua auréola mística. Isto tanto pode ocorrer à extrema direita quanto à extrema esquerda. Seria tolice pedir moderação e prudência a uma pessoa que quer o poder a todo custo. Estamos na mesma situação de um campo arado e fértil esperando a semente. A primeira semente que vier, germinará.

Embora grave, resta-nos uma saída para o atoleiro. De imediato, devemos aguçar o senso crítico buscando fundamento e a exequibilidade dos propósitos oferecidos. Respeitar e incentivar a classe política resguardando o lugar das novas gerações. Crer no poder da ciência, na esperança de que não somente do improvisado e do empirismo saiam nossos líderes, mas que tenham em si a comunhão da competência com a legitimidade resguardada por sua força moral que alicerça um caráter resistente às investidas da corrupção e da degenerescência.

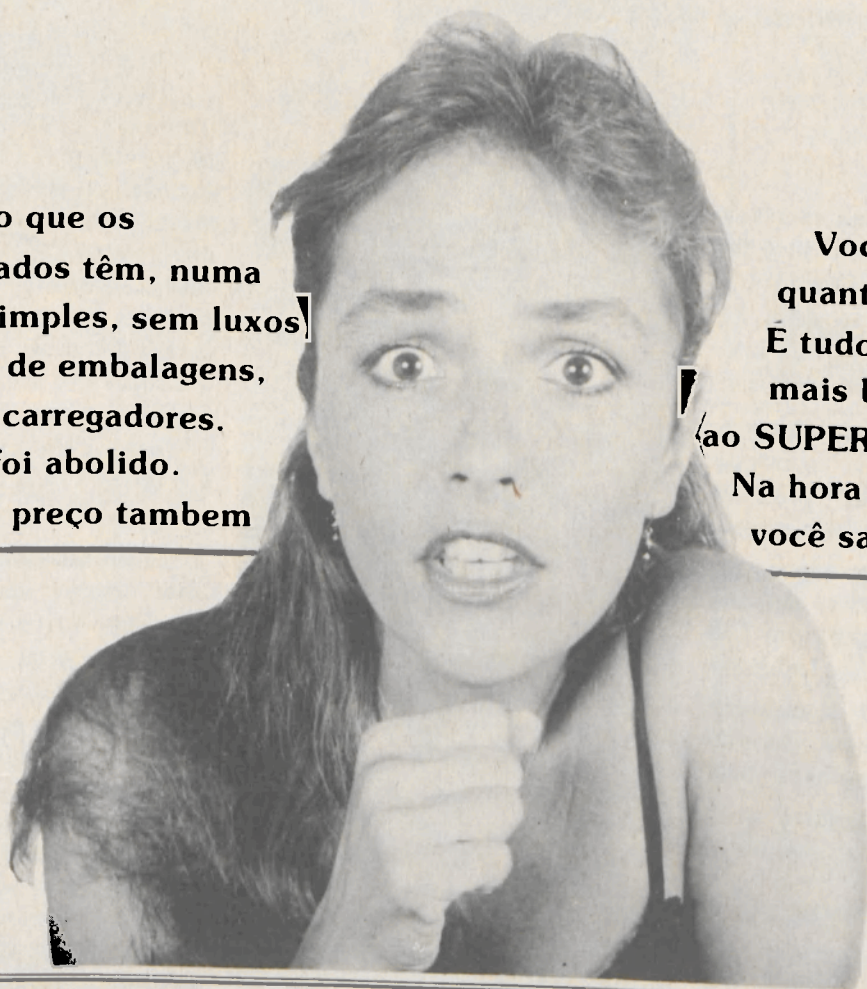
Somente através de um regime democrático, pluralista e sólido é que garantiremos a liberdade de expressão, condição primeira para o surgimento de lideranças.

"Em vez de amaldiçoar a escuridão, é preferível acender uma vela". Quem sabe poderemos fazer isto nas próximas eleições?

VOCÊ JÁ FOI AO SUPERBOX? ENTÃO NÃO SABE O QUANTO ESTÁ PERDENDO.

Quase tudo que os
supermercados têm, numa
loja mais simples, sem luxos
nem sacos de embalagens,
ou mesmo carregadores.
Tudo isso foi abolido.
Abolido do preço também

Você nem imagina
quanto sai lucrando.
É tudo incrivelmente
mais barato. Só indo
ao SUPERBOX para crer.
Na hora de pagar é que
você sabe a diferença



superbox



Feira de Descontos

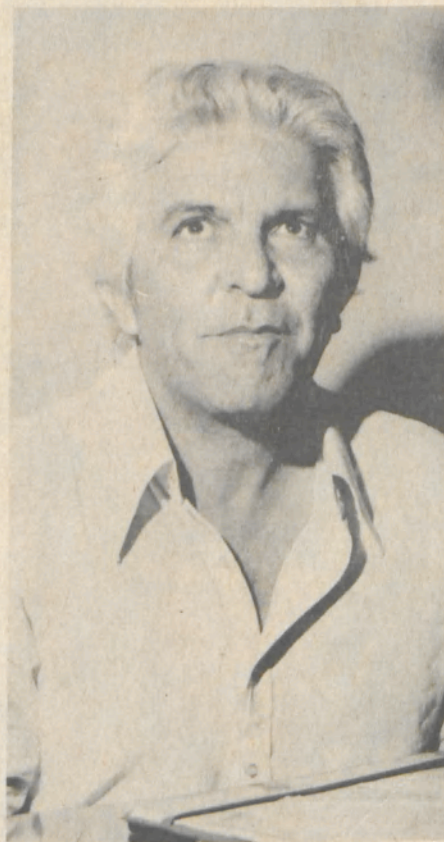
Esquina da Alexandrino de Alencar com Olinto Meira.

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA: POLÍTICA AINDA INDEFINIDA

O governo do Estado vendeu cerca de 70 tratores da CIDA. Em seguida, comprou uma unidade de manutenção de tratores por 3 milhões de cruzeiros. Ninguém conseguiu captar a sutileza da operação. Afinal, o governo entende a necessidade de se ofertar como auxiliar da mecanização agrícola do Estado, ou não? Considerando o "desembarço" dos tratores, a resposta é negativa. Tomando o exemplo da aquisição da unidade de manutenção, a resposta é positiva. Onde está a definição?

Uma verdadeira celeuma envolveu a opinião pública do Estado, pelo fato de a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, ter vendido, há dois meses atrás, por preço de ocasião 70 tratores e cinco sucatas, consideradas por eles "inviáveis de recuperação". As máquinas, conforme afirmam, desgatarem-se precocemente, já que não receberam a tempo a devida manutenção. Agora, garantindo não mais incorrer naquele erro, a Companhia adquiriu por Cr\$ 3 milhões e 200 mil, três Unidades Móveis de Manutenção, apelidados de "Melosas", as quais deverão assistir à sua frota espalhada pelo Estado, prometendo também que, doravante, a vida útil das máquinas será dobrada.

As acusações contra a CIDA partiram principalmente dos agricultores. Quando, no final de fevereiro deste ano a entidade, fez a alienação de 25 tratores de esteiras por Cr\$ 4.529,050,00 e três sucatas desses tratores por Cr\$ 123 mil a opinião pública? Além dessas máquinas foram também leiloadas 35 tratores de pneus por Cr\$ 5.728,514,00 e



Mauro Medeiros, diretor da CIDA: "os tratores estavam se depreciando por falta de manutenção".

duas sucatas por Cr\$ 66 mil e duzentos. Como se vê, cada máquina foi vendida "quase de graça", e alguns Estados, como exemplo a

Paraíba, aproveitaram a "ocasião" para comprá-las e as estão utilizando. Será que o Rio Grande do Norte se daria ao luxo de se desfazer dessas máquinas agrícolas, já que o Estado é considerado carente de insumos agrícolas? Bem, se a CIDA errou ou não em vender os tratores baratos, alegando que os mesmos exigiriam um custo de recuperação bastante alto, por outro lado, propôs-se, com a compra das Unidades Móveis de Manutenção, "tratar melhor" suas máquinas, e consequentemente procurar incrementar a mecanização da agricultura no Estado.

COMBOIO DE MANUTENÇÃO

— Este é também o nome dado às Unidades Móveis recentemente adquiridas pela CIDA. Cada Unidade consiste no equipamento de um caminhão Fiat, no qual foram colocados compressores de ar, serviço de solda, tambores contendo diversos tipos de óleos combustíveis, além de outros materiais. Em outras palavras, o Comboio é uma Oficina ambulante. Cada chassis custou Cr\$ 540 mil, enquanto cada equipamento foi pago à razão de Cr\$ 271 mil.

Conforme adiantou Mauro Medeiros, Diretor da CIDA, a aquisição dos Comboios de Manutenção deveu-se ao fato de que "os tratores da CIDA estavam se depreciando precocemente por não ter um serviço sistemático e eficiente de manutenção. Quando se quebrava uma máquina era necessário levá-la de reboque até um núcleo de mecanização. Esses núcleos ficam um em Natal, um em Mossoró, um em Pau dos Ferros e um em Caicó. Agora, isso não mais ocorrerá, pois as "Melosas" irão até as máquinas, e não as máquinas até às Oficinas".

JUSTIFICANDO — Procurando justificar o leilão "a preço de bolo" da CIDA, Mauro Medeiros afirma que "administrativamente e financeiramente seria inviável recuperar os



O "cemitério" de tratores da CIDA.

70 tratores. Eles trabalharam muito e sem a devida manutenção. Foi mais viável para a Companhia vendê-los, comprar outros novos e, por conseguinte, adquirir as "Melosas".

Para compensar as perdas que o Rio Grande do Norte teve com o leilão das máquinas, onde muitas delas foram para outros Estados, a CIDA em sua última compra de máquinas Agrícolas adquiriu 43 tratores de esteira por Cr\$ 85.970.000,00, além das "Melosas". Desta forma o Estado, atualmente, conta com a frota de 104 tratores de esteira e 204 de pneus. A CIDA agora "tem tudo nas mãos para trabalhar", mas será que novamente virá a leiloar suas máquinas "a preço de banana", alegando que elas se desgastaram precocemente?

OS ALUGUÉIS — Agora "com panos práns mangas" para trabalhar,

já que adquiriu tratores novos e os Comboios de Manutenção, mesmo alugando suas máquinas a preços altos, há de se esperar que a CIDA incremente a Agricultura e particularmente a açudagem do Rio Grande do Norte. Disse o Diretor da Companhia que Cr\$ 600,00 e Cr\$ 900,00 são cobrados por hora nos alugueis de tratores de esteira. Os de pneus o preço cai para Cr\$ 250,00. Nessas investidas o cliente participa somente com o combustível, vez que o operador é dado pela CIDA.

Como mais uma vez a seca se abate sobre o Estado, caso os 308 tratores da CIDA trabalhem nos serviços de açudagem, há de se convir que resultados positivos ficarão. Se esses tratores hoje preparam os açudes, é lógico profetizar que estarão abrindo caminhos para a Agricultura. É necessário lembrar que essas máquinas devam ser zeladas para que não aconteça o que houve com o último leilão da CIDA.

PEPSI-COLA, BRAHMA,
BANCO DO BRASIL, UFRN,
SPERB DO NORDESTE,
ALPARGATAS, BANCO ITAÚ,
DUCAL PALACE, ALCANORTE,
BANDERN, A SERTANEJA,
UNIVERSIDADE DE SERGIPE,
MORADA RIOMAR,
FIAÇÃO MOCÓ

Os construtores destas grandes empresas tiveram a feliz idéia de preferir esquadrias de alumínio da ÚNICA MENTAL.
Faça como eles: valorize seu investimento preferindo também a melhor qualidade e o mais fino acabamento.



UNICA METAL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.



F. BEZERRIL
IMÓVEIS

CRECI 163 - 17ª. REGIÃO

PROJETOS,
ADMINISTRAÇÃO,
LOTEAMENTOS,
COMPRA E VENDA DE
IMOVEIS EM GERAL

Rua do Saneamento, 232 - Ribeira
(Ladeira de Marpas, por trás do Riomar)
Fones: (084) 222-3004, 222-0200, 222-7957
Telex: (084) 2279 — Natal-RN

ORGANIZAÇÕES
FERNANDO BEZERRIL

O PAÍS DOS NORDESTINOS (2)

PEDRO SIMÕES NETO

Na edição anterior, o articulista fez uma exposição sobre a conferência do deputado Paulo Lustosa (PDS/CE) realizada no Seminário "A Universidade e o Desenvolvimento do Nordeste", do qual participou como coordenador do grupo responsável pelas reflexões sobre o tema político. Neste artigo, ele analisa a exposição sujeitando-a a reflexões críticas.

O Federalismo Nordestino, espécie de quarto Poder da República, sugerido pelo deputado Paulo Lustosa, merece alguns reparos. Na prática, a intenção institucional se desintegraria, obviamente. Entendemos que a proposta do parlamentar cearense tem muito mais um sentido objetivo, que subjetivo. Pretendeu o conferencista integrar os Estados nordestinos numa só política econômico-social, dotá-los de maior poder de pressão e assim legitimar suas reivindicações. Até aí, nada mais justo, nem exequível. O problema reside exatamente na unificação das políticas.

Consideremos, para efeito de argumentação, que o desequilíbrio na distribuição de recursos do país tenha como causa imediata a prioridade que o governo central dispense aos setores mais modernos da economia, talvez como maior força responsiva. Consideremos ainda, que haja - como efetivamente há - uma defasagem acentuada entre os diversos níveis de desenvolvimento dos Estados nordestinos.

Tomemos os exemplos do Ceará - terra do conferencista - e o Rio Grande do Norte. Bafejados por melhor sorte, mais operosidade ou maior coerência em suas políticas, o Estado do Ceará já ingressou na fase de consolidação de seus projetos industriais. Dispõe hoje de um razoável parque fabril, um dinâmico setor de manufaturados e sua

agricultura, apesar de castigada pela estiagem, mantém-se num nível crescente de produtividade.

AS DIFERENÇAS — O mesmo quadro não valeria para o Rio Grande do Norte, pelo que se supõe, sem maiores dificuldades que o Estado do Ceará, iniciaria sua integração federada, com larga vantagem sobre seu vizinho, na busca de melhores níveis de desenvolvimento. Mas não fica só por aí. É até legítimo, além de concebível, que algumas unidades - tanto quanto países - tenham um nível de crescimento mais elevado que outros. O problema não é esse. É que, tanto quanto ocorre na distribuição de rendas entre as diversas regiões do país, a balança pende sempre para os que estão em situação mais vantajosa. E parece lógico que seja assim, pelo menos em termos macroeconômicos. Supõe-se (e não é a nossa suposição) que, uma vez que os benefícios são gerados, serão integrados numa receita uniforme, redistribuída pelo governo da União, harmonicamente. A suposição é falsa, conforme ficou evidenciado no próprio discurso do conferencista, onde nos foi revelado que, em 1975, o valor das aplicações federais no Nordeste representou 0,89% do Produto Interno Bruto do país. E vale até o exemplo pitoresco: quando o governo central investe em algum programa no Nordeste faz o maior estardalhaço pelos órgãos de comunicação, dando conta a Europa, Rio e Bahia de que o governo auxilia o desenvolvimento regional. Os programas são regionais. Entretanto, quando faz aplicação de uma soma astronômica, na Ferrovia do Aço, por exemplo, que beneficia também um setor econômico regional, o programa é sempre nacional.

O ARQUIPÉLAGO — Pois muito bem. É fácil perceber que os Estados mais desenvolvidos do país nordestino teriam a mesma sorte dos primos ricos brasileiros. Exceto se houvesse uma ética sempre presente na federação nordestina - o que particularmente não acreditamos - segundo a qual, viabilizados determinados recursos como capazes de deslanchar o desenvolvimento de um Estado este teria prioridade na captação da renda e os primos remediados do Nordeste abririam mão de suas fatias.



O Nordeste é um arquipélago, não é uma ilha, com relação ao resto do país. Problemas semelhantes, soluções dissensuais e um elenco de necessidades globalizantes, algumas, e particulares, outras. As soluções requeridas pelo Estado do Ceará - aproveitando o exemplo - para a consolidação do seu processo de industrialização, não são semelhantes às do Rio Grande do Norte. Enquanto o Estado do Ceará marcha para consolidar seus empreendimentos do setor industrial, o RN mal dispõe de um parque industrial ponderável no próprio contexto econômico estadual. Uma política de incentivos fiscais orientada para as indústrias, beneficiaria diretamente os cearenses, enquanto o Rio Grande do Norte - só para argumentar - poderia ser mais responsivo se a mesma política fosse aplicada na agricultura, com oferta de insumos.

A BIPOLARIZAÇÃO — Contrapor ao enfraquecimento econômico do Nordeste, o propósito de enriquecê-lo através de uma mais justa distribuição de rendas, esquecendo a própria conjuntura econômica nacional, nos parece uma temeridade - senão um exercício superficial.

Como pretender as mudanças, as transformações sócio-econômicas regionais, mantendo as instituições nacionais que desfavorecem não apenas a região, como o próprio país? Se a região é eternamente desfavorecida, é porque as instituições político-econômicas vigentes são injustas.

Não bastasse essa constatação, aceitar o entendimento de que o Nordeste, por seu arbítrio, pudesse mudar a face da região, seria desconhecer a realidade do próprio sistema federativo nacional. Pior. Seria reconhecer que o Nordeste obteria seu desenvolvimento alheio ao quadro nacional, apesar, além e acima dos problemas nacionais. Outrossim, a pretensão de quebrar a unida-

de nacional, insulando e pinçando a região de um contexto nacional não nos parece sensato. A não ser que o conferencista pretendesse uma nova Confederação do Equador.

CONCENTRAÇÃO DE RENDAS — O conferencista, habilidosamente, ou talvez por julgar impertinente, esquiu-se de comentar o aspecto da concentração de rendas. A ela aludiu tão somente para particularizar o fato da concentração regional. Não obstante, no desfiar de suas estatísticas, exhibe uma realidade social desanimadora, como querendo atribuí-la apenas ao descaso do governo da união com relação à iniciativa privada no destino. Será verdadeira essa posição?

Vamos responder pela ótica do próprio expositor, quando ele menciona o **capitalismo selvagem tupiniquim**, segundo sua própria concepção, incontrolável. A questão poderia ser: atendidas as sugestões apresentadas pelo deputado, que privilegiam o capital - embora com colorações regionalizantes - não se manteria o quadro nacional? Ou será que o Nordeste teria uma ética especial, um compromisso social implícito, de redistribuir harmonicamente sua renda, transformando, de fato, a face de pobreza da região?

O combativo e inteligente parlamentar cearense não busca soluções fora do sistema, fato que tolhe sua perspectiva de analista pois o compromete com pontos de vista ao invés de princípios. O fato de ter sido relator da parte econômica do programa do PDS, se por um lado o credencia em termos de competência, por outro, retira-lhe o descompromisso do analista político e econômico, pois fica irremediavelmente vinculado a uma situação que se pretende manter, admitindo apenas reformismos ao invés de mudanças estruturais.

O país - segundo palavras do mesmo conferencista - expropria uma região em favor de interesses do sistema econômico, fomenta a desigualdade de oportunidades e favorece aos rendimentos de capital, criando em consequência, desníveis entre regiões e entre fatores de produção, deixando emergir a miséria entre aqueles que não contemplou, deliberadamente. Tem mais: o regime faz do país um imenso campo de experimentação, geralmente de conteúdo casuístico, no afã de manter um sistema político-econômico cujo fracasso é evidente, mas que, segundo o deputado, deve permanecer porque esse é o interesse dos que compõem o **establishment**. O reformismo tem essa característica: procede a re-

visão nas estruturas sem alterá-las substancialmente. No fundo, permanecem as mesmas, com uma roupa remendada.

REFORMA TRIBUTÁRIA — E por que uma Reforma Tributária? Por que não uma revisão tributária ampla, reformulando toda a sistemática de impostos nacionais?

Aceitas as sugestões de Paulo Lustosa e movimentaríamos dois preceitos tributários: o ICM seria um imposto incidente sobre o consumo das mercadorias e o IPT seria receita direta dos Estados. E o imposto sobre a renda? E o ISS que é negado pelas prestadoras de serviços de outros Estados, com o beneplácito da legislação tributária, sob alegação de que a fonte de recolhimento é a sede da empresa? E o ITR, que poderia ser um mecanismo dos mais ativos e competentes para que se procedesse a uma revisão na política agrária deste país (evitamos, deliberadamente o termo Reforma Agrária)?

O espectro revisionista tem um caráter mais amplo, bem mais amplo que a mera reforma, que deixa intocados os erros estruturais. É bom lembrar que o nobre deputado se esqueceu dos municípios, do impasse porque atravessam as Prefeituras, mercê da reforma de 1967. Nunca é demais lembrar que o município é a unidade da federação mais próxima do povo, da comunidade - e que a idéia de sociedade está estreitamente ligada a benefícios urbanos, principalmente nos centros urbanos das zonas rurais.

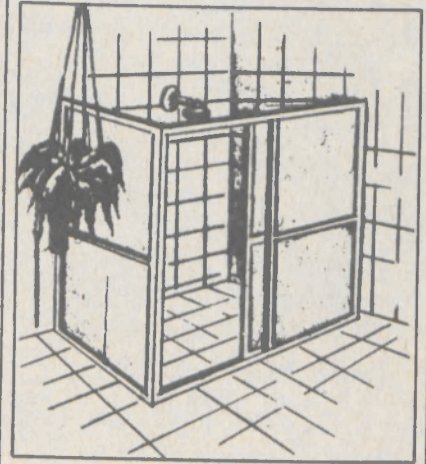
E por que não o imposto progressivo, incidente sobre os bens de consumo necessários e os supérfluos, com desvantagem para os últimos? E por que não o imposto de renda crescente para os rendimentos de capital e decrescente para os rendimentos da produção e do trabalho, evitando assim a proliferação de um capitalismo improdutivo? E por que não estabelecer benefícios fiscais para o esforço de produtividade das empresas?

Uma simples reforma sequer tocaria os problemas, quanto mais amostraria soluções.

Já afirmamos, aqui mesmo nas páginas do RN/Econômico, que a reforma, no máximo, esconde o problema, como no caso das calças velhas. Só que não pode restaurá-las em estado de novas.

* Colaboraram nestas apreciações, os Professores Carlos Roberto de Miranda Gomes e José Taumaturgo da Rocha.

NÃO USE CORTINAS, USE BANHO-BOX

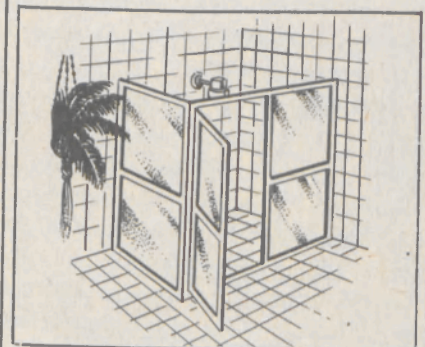


Providencie hoje mesmo a instalação de um **BANHO-BOX** e elimine de uma vez por todas o problema de limpeza e conservação de seu banheiro.

BANHO-BOX é moderno, prático, durável, e é oferecido em diversas cores para que a senhora não tenha problemas de escolha.

APROVEITE A OPORTUNIDADE!

Consulte hoje mesmo o nosso representante, que terá o máximo prazer em prestar maiores esclarecimentos.



**CARLOS MAGNO
INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA.**

Av. Prudente de Moraes, 1574
Fone 223-2347 - Natal-RN

RN DESENVOLVE PLANTIO DE SERINGUEIRAS

A Secretaria de Agricultura do Estado, desenvolve em Ceará-Mirim um projeto de plantio de seringueiras. A oportunidade de tal projeto pode ser avaliada através da própria escassez do petróleo que se oferecia como matéria prima para a fabricação de borracha sintética.

A crise mundial do petróleo e, conseqüentemente a escassez de seus derivados - entre eles a borracha sintética - viabilizou a implantação de seringais, do qual se extrai a borracha natural. O Brasil na qualidade de 10º. consumidor mundial do produto, como não podia deixar de ser, se viu obrigado a explorar a atividade na contingência de rever a política de incremento. A exemplo de outros Estados da Federação, mesmo não esperando-se resultados economicamente positivos a curto prazo, no Rio Grande do Norte está sendo implantado experimentalmente 100 hectares de seringueiras, o que poderá representar novos caminhos para a agricultura do Estado. O plantio tem como responsável a Secretaria da Agricultura do Estado, SAG, e desenvolvido, inicialmente em Ceará Mirim, esperando-se estender a plantação aos municípios de Nísia Floresta e Canguaretama.

Sendo um Programa de âmbito nacional, (a Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás a ele já estão engajados) a iniciativa, entre outras metas, objetiva desestimular a utilização da borracha sintética, derivada do petróleo, com a implantação e exploração dos seringais. Pelo fato do Rio Grande do Norte também apresentar um clima e solo adaptáveis ao plantio da seringueira, conforme apontaram estudos experimentais, o Estado é gratificado com a implantação de 100 hectares da espécie, sendo 50 hectares em Ceará Mirim, - já iniciado o cultivo - e 25 hectares,

respectivamente em Nísia Floresta e Canguaretama.

A LONGO PRAZO — Economicamente o plantio e o cultivo de um seringal é uma atividade considerada de difícil execução. Daí porque as seringueiras (100 hectares) que estão sendo plantadas no Estado só poderão apresentar resultados satisfatórios a partir de 1986, embora a partir de abril do próximo ano já devam estar plantadas e bastante crescidas 35 mil árvores.

A atividade é de uma complexidade técnica tão acentuada que a Secretaria da Agricultura necessitou

mobilizar de Rondonia um Engenheiro Agrônomo especializado no assunto, Tarcísio Bezerra Dantas. Conforme adiantou o profissional, *"plantar seringueiras é um investimento feito hoje, mas os frutos só serão colhidos a longo prazo. Mesmo assim a iniciativa poderá abrir novos caminhos para a agricultura do Estado"*.

Sempre se furtando de afirmar se o plantio dos 100 hectares de seringueiras traziam resultados positivamente econômicos para o Estado, Tarcísio Dantas preferiu fazer suas considerações a nível de suposições. Desta forma explica: *"Estudos iniciais sugeriram a viabilidade de se plantar seringueiras no Rio Grande do Norte, como também em alguns Estados da Federação. Essas Regiões apresentam clima quente e solo seco, considerado o principal aspecto para o bom desenvolvimento do vegetal, vez que essas características naturais não permitem o desenvolvimento do fungo Micro-Cyclus Ulei, tido como o maior problema dos seringais cultivados"*.

Tomando-se por base que o Rio Grande do Norte no mínimo tem garantido seis meses de estiagem (e agora está sendo o ano todo), essas foram uma das principais razões para



Tarcísio Dantas, engenheiro agrônomo, foi contratado pela SAG para orientar o projeto de Seringueiras.

aqui se implantar seringueiras. Assim, há de se esperar que a iniciativa, mesmo a longo prazo, traga resultados animadores.

O ANO TODO — Mesmo declarando a nível de suposições, pois o plantio é experimental, Tarcísio Dantas fez questão de frisar: “São quase certos os resultados positivos. O cultivo de seringueiras representará no Rio Grande do Norte novos caminhos para a agricultura, observando-se que para as demais plantações (milho, feijão, algodão etc) existe um tempo determinado. A plantação e o cultivo do seringal exige mão de obra o ano todo”.

OS LOCAIS — Dos 100 hectares, 50 destes está sendo implantado na Fazenda Massangana, em Ceará Mirim, enquanto os dois projetos de 25 hectares, serão implantados nas Fazendas Eflex e Gruta do Bode, respectivamente, em Nísia Floresta e Canguaretama.

Como Nísia Floresta e Canguaretama ficarão para próxima oportunidade, em Ceará-Mirim são executados os trabalhos iniciais, o que corresponde justamente à preparação da muda da seringueira, colocando-a para germinação.

Mil quilos de sementes de seringueiras foram trazidas de Santarém - Pará, a fim de prepará-las aqui em Natal, de forma adequada para a germinação, num espaço de tempo compreendido entre dez a vinte dias. No processo de germinação colocaram as sementes em canteiros elevados e, após essa operação, as passaram para o chão ou viveiros, local aonde deverão permanecer durante seis a sete meses, tempo ideal para a enxertia.

A ENXERTIA — A enxertia é um processo técnico análogo aos serviços executados por cirurgiões plásticos. Os médicos sobrepõem no músculo ou tecido avariado um outro músculo ou tecido com o objetivo deles se unirem ou “se colarem”. A jovem seringueira (de seis a sete meses) na enxertia tem seu caule parcialmente aberto, onde se colocam sementes de outras espécies ou va-



60 mil mudas de seringueiras foram plantadas em Massangana, no município de C. Mirim, e, depois de transplantadas, ocuparão uma área de 50 hectares.

riedades de reconhecida produtividade. Com o passar do tempo, por processamento genético, a pequena árvore “herdará” os caracteres daquela semente, tornando-se assim um vegetal das mesmas propriedades e características.

Explicou o Engenheiro Tarcísio Dantas que 60 mil seringueiras serão plantadas, para no mínimo se aproveitar 35 mil pois, principalmente, na enxertia centenas ou milhares delas morrem. “Serão enviveiradas 60 mil mudas, de forma que 30 mil seja no chão e o restante em sacos plásticos. No final dos trabalhos desejamos ter 35 mil seringueiras devidamente plantadas e enxertadas”.

AS VARIEDADES — A Secretaria da Agricultura adquiriu na Firstone, em Ituberá - Bahia 480 variedades de sementes de seringueiras de reconhecida produtividade as quais serão enxertadas nas mudas aqui existentes. São elas: FX3899; FX3864; FX985; MOF180; IAM873. A partir de abril de 1981, 35 mil pés de seringueira estarão plantados, sendo que uma em cada vinte será enxertado com as variedades acima relacionadas.

A implantação de um seringal obedece primeiramente a preparação das mudas, num tempo estimado de dez a vinte dias. Depois vem o enviveiramento que consome de seis a sete meses, e com essa idade, finalmente acontece a enxertia. Enxertada, a jovem árvore começa a “absorver” os caracteres hereditários da semente que lhe está inoculada e, após cinco ou seis anos se presta para a exploração comercial justamente quando já tiver um caule com 45 ou 50 centímetros de diâmetro.

Pelo fato do encarecimento constante da borracha sintética, em virtude do escasseamento do petróleo que lhe dá origem, o Governo Federal resolveu olhar com mais seriedade para o problema. Como atualmente somente a Bahia possui seringais cultivados, essa atividade será disseminada por todo o País já que somos o 10º. consumidor de borracha no mundo e produzimos somente 10% do que consumimos. A implantação do projeto no Rio Grande do Norte é fruto de um convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da SAG, com a SUDHEVEA (Superintendência da Borracha) no valor de Cr\$ 9.581.200,00.

HÁ ALGUMA FORÇA ATRASANDO A MARCHA ANTI-INFLACIONÁRIA

PAULO PEREIRA DOS SANTOS

Tem sido, na verdade, uma caminhada bastante crucial, esta do combate à inflação brasileira. O Governo vem utilizando todo instrumental de que os compêndios e as experiências de outras economias dispõem para deterem a força inflacionária, mas até agora não surtiu os efeitos desejados.

A ferramenta da política monetária e fiscal não vem podendo penetrar no âmago das causas maiores desse mal. Esta política, mesmo antes do governo do General Figueiredo, já vinha sendo adotada sem resultados satisfatórios. Mário H. Simonsens, apesar de sua alta competência técnica, não conseguiu ganhar a batalha contra a subida crescente dos preços dos produtos e serviços. E ainda em poucos meses, à frente da SEPLAN, na administração do governo atual, Simonsens recebeu bastante poder e liberdade de ação para resolver o problema, mas foi frustrado na luta, como se sabe. Assume Delfim as rédeas do mesmo combate, com uma vasta experiência de governos passados, em que mostrou uma capacidade técnica invejável, sendo considerado internacionalmente como arauto do chamado "MILAGRE BRASILEIRO". Mesmo com esses atributos, ele ainda não pode deter a corrida desenfreada dos preços. É bem verdade que, faz pouco tempo que ele assumiu a direção do Planejamento, o que nos permite, ainda, dar-lhe um crédito de confiança.

Percebendo os poucos resultados da política monetária e fiscal, Delfim partiu, ao lado dessa mesma política, para uma outra de ordem mais estrutural, em que a agricultura pudesse responder com mais produção e produtividade, já que os produtos agrícolas estavam pesando substancialmente na balança da inflação. Este remédio ainda não apresentou resultados palpáveis. Como a região do sul do país ainda está na fase da colheita dos seus produtos, resta-nos algumas esperanças de melhoria. Mas com isso não vamos nos ufanar, porque o problema econômico do Brasil nos parece, pelo menos no momento, muito difícil. Devem existir por trás de toda essa política econômica, outros inte-

resses maiores, que não nos cabem aqui identificá-los, porque não os conhecemos. Contudo, alguma coisa deve estar emperando o bom andamento da solução.

Na verdade, não se pode desconhecer o empenho do governo para o equacionamento do problema, entretanto o mecanismo utilizado até o momento, tem-se mostrado ineficaz.

É bem verdade que, as medidas de natureza monetarista e fiscal têm seus efeitos com uma certa lentidão, geralmente, requerem um período de 3 a 6 meses para os seus resultados. Mesmo assim, já houve tempo suficiente para se reformular métodos e medidas ineficientes.

Talvez haja uma explicação para esse quadro econômico brasileiro. E para isso, teríamos de voltar a repensar sobre os fundamentos maiores de inflação. Passemos, portanto, a considerar alguns pontos importantes, que compõem o mecanismo anti-inflacionário.

GASTOS EXCESSIVOS — Os gastos excessivos do governo ainda não sofreram reduções substanciais, que permitissem reflexos positivos no orçamento nacional. Agora mesmo, segundo informações divulgadas na imprensa, já existe um déficit orçamentário da ordem de 12 (doze) bilhões de dólares. Para esse caso só há três saídas: ou emissão de moeda, ou empréstimos internacionais ou se lançar mãos das reservas cambiais. Todas essas alternativas são inflacionadoras. Como resolver então o problema? É uma indagação que não tem resposta dentro do contexto orçamentário. O que é possível fazer é procurar adotar a alternativa que for menos prejudicial à economia. Porque nessas alturas o mal não tem mais cura, pelo menos, neste ano de 1980. Temos que aguardar os cortes de despesas do orçamento de 1981, se for o caso. Todo esse quadro é resultante ainda da má aplicação a distribuição dos recursos do governo.

EXPORTAÇÃO — Não se conseguiu ainda um incremento significativo na exportação, sobretudo de produtos do setor primário, que redundasse numa melhoria



importante para o balanço de pagamentos. Espera-se pela tão anunciada safra de soja, trigo, arroz e feijão, que poderá diminuir parcialmente, os diferenciais desse desequilíbrio. Apesar de se saber que essa safra não vai resolver o problema, mas contribuirá para a redução do déficit.

Por outro lado, o pacote de medidas em favor das exportações até agora não motivou, suficientemente, os empresários brasileiros, principalmente, aqueles que desenvolvem suas atividades no setor secundário da economia. E este setor pesa de forma expressiva no balanço das exportações. Verifica-se que o mecanismo do "pacote" não convenceu, nem estimulou os exportadores. Os resultados estão mostrando isso.

CONTROLE DE PREÇOS — Por se tratar de um paliativo, o sistema de controle de preços é por natureza ineficaz, não estirpa as causas básicas do mal inflacionário. Por outra parte, não pode ser utilizado por muito tempo, porque desestimula a expansão das unidades produtoras da economia, a exemplo das experiências havidas em outros países do mundo. Quando perdura por um período longo, chega a um ponto em que os vendedores não podem deixar de aumentar os preços dos seus produtos, pelo fato de serem forçados pela pressão altista dos custos dos fatores de produção. Então, por mais que o governo fiscalize, não conseguirá evitar essa ascensão dos custos. A solução é debelar as causas diretas do mal, o que até o momento não foi feito.

ALTERNATIVA ENERGÉTICA — Sabemos que a partir de 1973 o Brasil, como os outros países do mundo, passou a receber as influências diretas da política altista dos preços do petróleo imposta pela OPEP. E até agora, os aumentos sucessivos, que o "ouro preto" vem impondo aos países, representam uma força ininterrupta

ta que se constitui num alimentador poderoso da inflação. Hoje não se pode mais desconsiderar, nas análises econômicas, esta variável importante.

As medidas tomadas pelas autoridades econômicas do país, no tocante ao acionamento do Projeto PROALCOOL, não atingiram ainda seu estágio ideal. O que tem sido feito, em prol do bom andamento do projeto, ainda se caracteriza por uma lentidão mórbida, que vem atrasando, fortemente, o processo de substituição da gasolina pelo álcool anidro.

CONTROLE MONETÁRIO — Os resultados das medidas controlistas, adotadas na área financeira, não têm correspondido satisfatoriamente. Inexiste a compatibilidade dessas medidas com a política global ou macro-econômica do país. Há necessidades de algumas reformulações. Há poucos dias, Delfim apertou um dos botões do painel da política monetária, visando provocar uma retração no meio circulante com o retraimento dos empréstimos bancários. Esta determinação não deixou de ser um sinal de recessão, porque vai reduzir o volume de recursos financeiros na área empresarial, acarretando um atraso no crescimento da economia. O ministro afirma também que essa retração será seletiva, atingindo mais os segmentos como

bens de consumo duráveis (carro, televisores, geladeira, etc), não afetando assim os outros setores econômicos. Mas não nos esqueçamos de que o crescimento do crédito bancário em apenas 45% diminuirá também os empréstimos para investimentos de grande envergadura, pois haverá bancos que atingirão esse teto antes do segundo semestre, ficando este semestre sem operação creditícia. Como vai ser isso? Vai ocorrer uma redução de recursos financeiros, que diminuirá o poder de expansão empresarial, indiretamente, o poder de compra do consumidor, o que significará um aperto nas empresas. Os comerciantes ou empresários procurarão, nessas circunstâncias, reduzir sua produção, forçando desse modo o aumento do fluxo de desemprego.

Achamos que essas medidas são sempre retardatárias, daí não surtiram os desejados efeitos. Parece-nos que autoridades econômicas só adotam medidas de "tentativas", sem a devida certeza de que elas irão dar resultados esperados, pelo menos, ocorre isso com boa parte delas.

COOPERAÇÃO MÚTUA — Sabe-se que toda economia é dinâmica e como tal, todas as suas variáveis dependentes e independentes também o são. Então, verifica-se que determinadas medidas econô-

micas tomadas pelo governo, antes de surtirem seus efeitos, são tragadas pelas ondas dessas variáveis. Porque elas têm uma ação muito lenta, incapaz de acompanhar o ritmo veloz daquelas variáveis. E a burocracia contribui com sua maior parcela para essa situação. Isso enseja a alguns agentes da economia (empresários e comerciantes), antevendo os resultados usados pelo governo, e feridos nos seus interesses, procurarem engendrar saídas em favor dos seus negócios, em detrimento da ação macro-econômica adotada pelo mecanismo governamental. Esse aspecto nos parece ser também um fator que se enfileira com outros responsáveis por este estado de coisas. Quer dizer não há um espírito de cooperação mútua entre governo e empresário. "Cada um procura brasa para sua sardinha".

Achamos que essa situação pinta um quadro sombrio para o Brasil.

Se o governo não conseguir deter algumas forças negativas, sutis e ocultas do contexto econômico brasileiro, não será possível ganhar a batalha da inflação. Existe algum comportamento contrário, por baixo do mecanismo anti-inflacionário, que a autoridade governamental não tem conhecimento, o que a impossibilita de debelá-lo.

É essa a impressão que temos.

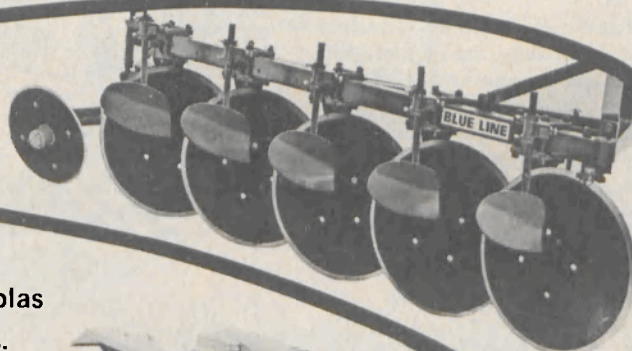
Granorte Veículos e Peças Ltda.

Av. Sen. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-3097 — 231-4272 — Natal-RN.
Departamento de Tratores.

Ford

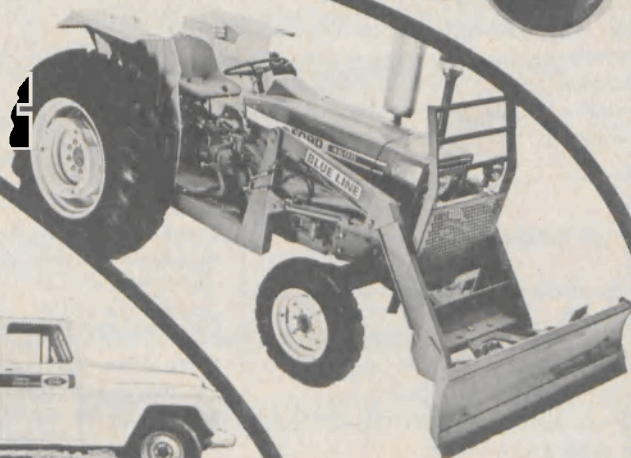
ARADO FIXO

* Grande Robustez e Eficiência.



TRATOR FORD 4600

* O Trator de Múltiplas Aplicações.



PEÇAS,
ASSIST.
TECNICA

* O Apoio contínuo.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CLIENTE

* Garantia de sua Tranquilidade.





CHOCOLATE CASEIRO

□ A *Casa do Chocolate de Gramado* trouxe para Natal toda a delícia dos chocolates caseiros feitos em Gramado, no RS. **INALDA OLIVEIRA**, proprietária da loja, está bastante satisfeita com o sucesso do seu negócio, que apesar de novo já conta com uma clientela assídua. As instalações da *Casa do Chocolate de Gramado* contam com uma equipe de atendimento formada por moças treinadas.

Você encontra os *chocolates caseiros de gramado* na loja 14 do Centro Comercial Aluizio Bezerra.

PRIVÉ ALPHAVILLE

□ a **PROEX** lança no mercado imobiliário o *Edifício Alphaville*, um requintado prédio de apartamentos que foge totalmente dos já existentes em Natal. O Alphaville será o primeiro edifício da cidade a contar com porteiro eletrônico, gerador de energia próprio e som ambiente, além de excelente acabamento. O *Alphaville*, que constará de 12 andares, terá apenas um apartamento por andar, no melhor estilo privé, e fica em localização privilegiada na Av. Nilo Peçanha - Petrópolis.

Para os interessados em investir no que existe de melhor no mercado imobiliário, é necessário, apenas, procurar Paulo de Tarso Nunes, na PROEX.

RIZO NA CIDADE

□ Chega ao comércio da cidade mais uma camisaria, as **LOJAS RIZO**, que abrem sua filial na galeria do edifício Barão do Rio Branco - Loja 20, dispondo de uma ampla loja especializada em artigos masculinos, do terno formal às roupas mais descontraídas. As **LOJAS RIZO** colocam a disposição de seus clientes um prático sistema de crediário próprio, evitando a complicação e os juros elevados das financeiras.

JANELAS DO POTENGI

□ A **APERN**, através do **PROCASA**, lançará no próximo mês de julho mais um edifício de apartamentos em nosso mercado: o **JANELAS DO POTENGI**, com apartamentos estilo quarto-e-sala. O "**JANELAS DO POTENGI**" contará com uma localização privilegiada, na Av. Junqueira Aires, bem próximo ao centro da cidade, e com uma panorâmica invejável para os seus futuros adquirentes, proporcionando como o próprio nome sugere, uma visão de toda a beleza do Rio Potengi, cantada em prosa e versos pelos nossos poetas. Para você desfrutar de toda essa beleza natural e funcionalidade do *Janelas do Potengi* é só se inscrever na **APERN**, na praça Pe. João Maria, 74, e reservar o mais rápido possível o seu apartamento.



CLINICA DE BEZELA

□ **CAETANO**, famoso cabelereiro cearense, vice-campeão das Américas em torneio realizado na Argentina, inaugura em Natal a sua *Clinica de Beleza UNISSEX*, localizada na Av. *Rodrigues Alves*, 775 - Tirol.

A clínica, instalada no melhor estilo, conta com 2 partes distintas para melhor atender à clientela. A parte masculina, que consta de sala-de-espera, com bar-executivo e salão de corte. Isoladamente, a parte feminina com sala-de-espera e lanchonete, sala de corte, manicure e esteticista especializado. **CAETANO** trouxe para Natal uma equipe formada com os melhores profissionais do Ceará. Espera o mesmo completar a sua clínica o mais breve possível, dotando-a de sauna e salão para exercícios físicos.



LUA DE MEL

□ **Uiara Ferreira de Souza Freitas e Marliete Fiuza da Mota** entram no comércio natalense, como pioneiras no ramo. Elas inauguraram em maio a *Lua de Mel Cama e Mesa*, boutique especializada em enxovais para noivas e artigos para o lar. A *Lua de Mel* torna mais fácil agora a escolha dos artigos para as noivas, evitando as viagens para compras nos centros maiores. A *Lua de Mel* coloca à disposição de sua clientela o que existe de melhor em cama, mesa, banho, bordados, rendas e labirintos, sendo todos os artigos adquiridos nas melhores fontes. Localiza-se na Rua Potengi, 638 - Petrópolis, em frente ao C C A B.

PIERRE CARDIN EXCLUSIVA

□ **George Siminéia** conseguiu marcar mais um tento para a sua **PIPELINE**: a exclusividade do *jeans Pierre Cardin* que só agora entram no mercado brasileiro, depois de lançados na última FENIT. A **PIPELINE**, loja especializada em confecções masculinas, mantém assim a exclusividade dos seus artigos e coloca em nosso mercado o que existe de melhor e mais moderno em confecções no país.

VOLKSWAGEM GOL

□ Lançado no mercado automobilístico brasileiro mais um modelo da Volkswagen, o *Gol*, um excelente carro de porte médio, que conta com todos os requisitos necessários para o seu rápido sucesso de vendas.

Em Natal, o lançamento aconteceu simultaneamente em **MARPAS** e na **SERIDO**. Ambas as revendas estão satisfeitas com a grande procura dos interessados em conhecer e reservar o *GOL*, que aparece em três versões, para melhor atender ao mercado. Vá ver de perto o *GOL*, em **MARPAS** na Av. Tavares de Lira - Ribeira, e na **SERIDO** - na Av. Nascimento de Castro - Lagoa Nova.

Um símbolo de confiança!

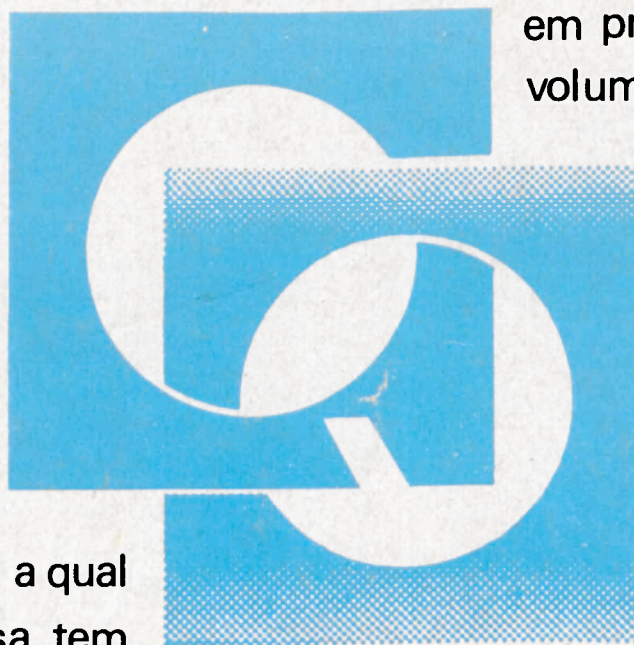
A posição de destaque que Queiroz Oliveira alcançou no comércio de materiais para construção no Rio Grande do Norte não foi conquistada por acaso. É o resultado de uma longa e difícil caminhada de 18 anos, durante a qual a empresa tem

conseguido manter uma filosofia de profundo respeito ao consumidor, de lealdade aos fornecedores, de permanente assistência profissional

e social aos funcionários, e ainda de rigorosa correção para com o fisco. Estamos

em primeiro lugar em volume de recolhimento de ICM, entre as firmas do nosso ramo, o que significa dizer que estamos vendendo mais. Para nós, isto é

a confirmação de que estamos no caminho certo; e de que a nossa meta original de transmitir confiança está sendo firmemente alcançada.



QUEIROZ OLIVEIRA
Materiais para Construção Ltda.

CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI